



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO Nº 7, DE 2017-CN

Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989, relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2016.

Ofício nº 206 de 2017, na origem.

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PUBLICAÇÃO: 10/08/2017 (Diário do Congresso Nacional).





Ref.: "DIREX/PRESI"

Ofício n.º 2017/ **206**

Belém (PA), **24 JUL. 2017**

Ao
Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
DD. Presidente do Congresso Nacional
BRASÍLIA (DF)

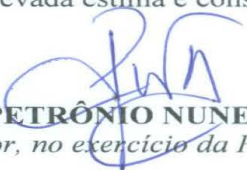
Assunto: **Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – Exercício de 2016**

Senhor Senador,

Em cumprimento ao parágrafo 4º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, encaminhamos a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, cópia digitalizada do Relatório de Gestão, integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2016, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

Em caso de eventuais esclarecimentos, indicamos a empregada Socorro Barroso, coordenadora de Integração de Políticas, com lotação na Gerência de Gestão de Programas Governamentais (GPROG), para contato através do telefone (91)4008-3826 ou correio eletrônico jesus.santos@bancoamazonia.com.br.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.


LUÍS PETRÔNIO NUNES AGUIAR
Diretor, no exercício da Presidência


ODUVAL LOBATO NETO
Gerente GPROG



Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda



FNO

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE***

(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

***PROCESSO DE CONTAS
ORDINÁRIAS
EXERCÍCIO DE 2016***

**Belém - Pará
2017**



BANCO DA AMAZÔNIA
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
BANCO DA AMAZÔNIA S/A

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como processo de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017, bem como das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013; das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016; das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011.

Unidade Jurisdicionada: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

BELEM/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BACEN – Banco Central do Brasil

CGU – Controladoria Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONDEL – Conselho Deliberativo

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

LOA – Lei Orçamentária Anual

MI – Ministério da Integração Nacional

PPA – Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIAFI – Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS

N.º da Tabela	Título da Tabela	Página
Tabela 1	Área, Nº de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte	14

LISTA DE QUADROS

N.º do Quadro	Título do Quadro	Página
Quadro 1	Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação - Exercício de 2016	23
Quadro 2	Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa	24
Quadro 3	Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa Exercício	24
Quadro 4	Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa	25
Quadro 5	Distribuição Orçamentária do FNO por Porte do Beneficiário	26
Quadro 6	Distribuição Orçamentária do FNO por Atividade Econômica e Unidade Federativa	27
Quadro 7	Distribuição Orçamentária do FNO por Espaço Prioritário da PNDR e Unidade Federativa	28
Quadro 8	Distribuição Orçamentária do FNO por Mesorregiões Diferenciadas pela PNDR e Unidades Federativas	28
Quadro 9	Distribuição Orçamentária do FNO para o Programa Faixa de Fronteira da Região Norte	29
Quadro 10	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf - Código PPA 0411	31
Quadro 11	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0618	32
Quadro 12	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0618	33
Quadro 13	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0743	34
Quadro 14	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0747	35
Quadro 15	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Cultura Regional - Código PPA 0789	36
Quadro 16	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial - Código PPA 0789	37
Quadro 17	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Micro e Pequenas Empresas - Código PPA 0789	38
Quadro 18	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029– Turismo - Código PPA 0789	39
Quadro 19	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade - Código PPA 1066	40
Quadro 20	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura - Código PPA 1133	41

Quadro 21	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária - Código PPA 0289	42
Quadro 22	Receitas e Despesas do Fundo - Exercício de 2016	43
Quadro 23	Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO - Exercício de 2016	46/48
Quadro 24	Avaliação do Sistema de Controles Internos e de Riscos da UPC	51/53
Quadro 25	Sistemas utilizados pelo FNO e suas respectivas funções	54
Quadro 26	Necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades	54
Quadro 27	Sistemas de informação da UPC	59
Quadro 28	Força de trabalho de pessoal de TI	60
Quadro 29	Manifestações recebidas pela Ouvidoria	65

LISTA DE GRÁFICOS

N.º do Gráfico	Título do Gráfico	Página
Gráfico 1	Planejamento e Execução de ações em TI	55
Gráfico 2	Demonstrativo de terceirizados em TI ao final do exercício	62
Gráfico 3	Evolução da redução de despesas e aumento dos investimentos	63
Gráfico 4	Redução de fragilidades	63
Gráfico 5	Comparativo quadro TI	64

LISTA DE ANEXOS

N.º do Anexo	Título da Tabela
Anexo 1	Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO – Exercício de 2016
Anexo 2	Demonstrativos contábeis e Parecer da Auditoria Independente
Anexo 3	Rol de Responsáveis

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. VISÃO GERAL	11
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	11
2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO	12
2.3 ORGANOGRAMA	13
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS	13
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	13
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício	23
3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	30
3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	30
3.2.1 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da Unidade	30
3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário e Restos a Pagar de exercícios anteriores	43
3.2.3 Informações sobre a realização das receitas	43
3.2.4 Informações sobre a execução das despesas	43
3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	45
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	49
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	49
4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	51
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	54
5.1 GESTÃO DE PESSOAS	54
5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	65
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	65
6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	65
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	66
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	66
7.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS;	66
7.3 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	66
7.4 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/1964 e 6.404/1976)	66

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	67
8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	67
8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	67
9. CONTEUDO ESPECÍFICO	70
9.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	70

1. APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente e as orientações e recomendações dos Órgãos de Controle, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2016**.

O referido relatório integra o Processo de Contas Ordinárias do FNO a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada anualmente a apresentar nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e está elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017, bem como as orientações das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013; das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016; das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011.

O Banco da Amazônia, na qualidade de agente financeiro do FNO, para a elaboração do referido Relatório de Gestão, observa a configuração identificada nos normativos retrocitados, em especial à estrutura indicada no Anexo Único da Portaria TCU nº 59/2017, formatando as informações conforme conteúdo estabelecido e aplicável à natureza jurídica desse Fundo Constitucional de Financiamento.

Assim, necessário ressaltar que no item 2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS são apresentadas informações sobre a finalidade e competências desta UPC, bem assim sobre os normativos de criação, alteração e funcionamento.

O item 3 – “PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS” apresenta informações sobre as ações alinhadas às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Norte.

O item 4 – “GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” descreve as estruturas e os mecanismos direcionados para garantir que o Fundo atue sempre alinhado com o interesse geral da sociedade.

No item 5 – “ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO”, o sub-item “GESTÃO DE PESSOAS”, ainda que previsto no Anexo Único da Portaria nº 59/2017 – TCU como integrantes do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas. Por outro lado, na abordagem do sub-item “GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” são apresentadas informações sobre o processamento de dados e os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais.

O item 6 - “RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE” apresenta os canais de acesso do cidadão e os mecanismos de transparência das informações sobre a atuação desta UPC, visando bem informar aos cidadãos.

O item 7 - “DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS”, apresenta informações sobre a gestão financeira no exercício e os demonstrativos contábeis definidos legalmente.

De igual sorte, o item 8 – “CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE” apresenta o tratamento dado às determinações e recomendações do TCU e às recomendações do Órgão de Controle Interno.

No item 9 – “OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO” são juntados dados sobre saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos e da inadimplência, bem como, o Rol de Responsáveis, e as Declarações de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993, quanto à entrega das declarações de bens e rendas dos gestores do agente financeiro Banco da Amazônia.

Assim, as informações sobre a Gestão do FNO, prestadas através de seu agente financeiro Banco da Amazônia, mostram que as suas ações creditícias observam as diretrizes e prioridades contidas no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2016, tendo por metas a redução dos desequilíbrios intra e interregionais e a promoção da inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e demais políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região.

A ação do Fundo ratifica a importância desse instrumento creditício no processo de desenvolvimento sustentável da Região Norte, mediante o atendimento de 100% dos municípios e gerando benefícios socioeconômicos intra e interregionais.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos através do FNO refletem, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia, e, de forma compartilhada, com os seus parceiros institucionais e colaboradores, na busca por resultados para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento regional em bases mais sustentáveis.

MARIVALDO GONÇALVES DE MELO
Presidente do Banco da Amazônia

2. VISÃO GERAL

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 para contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos da Região Norte, através de sua instituição financeira de caráter regional.

Definidas na Constituição Federal
--

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea “c”, destinou 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No caso específico da Região Norte,

Definidas em Leis Infraconstitucionais e em Normas Regimentais

A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, criando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das referidas Regiões, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.
--

A Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (Publicada no DOU de 13.11.95) - Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Lei nº 9.808, de 20.7.99 (Publicada no DOU de 21.7.99) - Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

Lei nº 10.177, de 12.1.2001 (Publicada no DOU de 15.1.2001 e Retificada em 16.1.2001) - Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Lei nº 11.524, de 24.9.2007 (Publicada no DOU de 25.9.2007) - Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nos 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de

27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (Publicada no DOU de 18.9.2008) - Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

Lei nº 11.945, de 4.6.2009 (Publicada no DOU de 5.6.2009) - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Lei nº 12.716, de 21.09.2012 (Publicada no DOU de 24.09.2012) – Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e

dá outras providências.

2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional - MI		Código SIORG: 042670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte			
Denominação abreviada: FNO			
Código SIORG:	Código LOA: 53901	Código SIAFI: 537002	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996)			
Principal Atividade: ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		Código CNAE: 6499-9/99	
Telefones/Fax de contato:	(91) 4008-3888	Fax (91) 4008-3406	
E-mail:			
Página na Internet: http://www.bancoamazonia.com.br			
Endereço Postal: Av. Presidente Vargas, n.º 800, Centro. - CEP 66.017-000 - Belém (PA)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada			
Criação: A Constituição Federal de 1988-art. 159, inciso I, alínea “c”.			
Normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 7.827, de 27.09.1989 Lei nº 9.126, de 10.11.1995 Lei nº 9.808, de 20.7.1999 Lei nº 10.177, de 12.1.2001 Lei nº 11.524, de 24.9.2007 Lei nº 11.775, de 17.9.2008 Lei nº 11.945, de 4.6.2009 Lei nº 12.716, de 21.09.2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

537002	00001
--------	-------

2.3 ORGANOGRAMA

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO é um fundo especial de natureza financeira, não dispondo de áreas ou subunidades mais estratégicas de gestão. Por tal motivo não dispõe de elementos para elaboração de organograma.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea “c”, regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que os aplica em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) -o “Plano Mais Brasil”; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 450 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km². A população atual da Região Norte é de 17,2 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,47 hab/km² e renda per capita de R\$ 13,43 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 163,2 bilhões, equivalente a 7% do PIB brasileiro, que se encontra na ordem de R\$ 3.239,4 bilhões (v. Tabela 1).

Tabela 1 Área, Nº de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte

Estado	Extensão territorial (km²)	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	790.101	5,18	9.629	12,19
Amapá	142.814,60	16	750.912	5,26	10.420	13,88
Amazonas	1.570.745,70	62	3.873.743	2,47	64.120	16,55
Pará	1.247.689,50	144	8.073.924	6,47	91.009	11,27
Rondônia	237.576,20	52	1.748.531	7,36	29.362	16,79
Roraima	224.299,00	15	496.936	2,22	7.314	14,72
Tocantins	277.620,90	139	1.496.880	5,39	19.530	13,05
Região Norte	3.853.327,30	450	17.231.027	4,47	231.384	13,43

Fonte: IBGE - Estimativa população 2014 / IBGE / PIB - base 2012

No Exercício de 2016, o Fundo foi operacionalizado através de 5 (cinco) programas de financiamento, quais sejam: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI); e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

As diretrizes estratégicas do Fundo foram voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de novas oportunidades de ocupação de mão de obra, para o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) e no Produto Interno Bruto (PIB) regionais, a contínua redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

A ação creditícia do FNO está alinhada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; e às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo no exercício de 2016, aprovadas Ad referendum pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM), na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº

202, de 28/08/2015, alteradas pelas Portarias nºs 67, de 20/04/2016, 288, de 05/09/2016.

a) DIRETRIZES

Diretrizes Definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827/89

- a) Concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) Ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
- c) Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra local e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d) Preservação do meio ambiente;
- e) Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f) Conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g) Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h) Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i) Apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- j) Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- k) Programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009); e
- l) Divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009).

Diretrizes Recomendadas pelo Ato nº 33 do CONDEL/SUDAM

- a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizado pela Lei Complementar nº 129 de 08/01/2009;
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Política Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), assim como outras Políticas, Planos e Programas do Governo Federal direcionados para a Região Norte;
- e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- j) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- k) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- l) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como, aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais; e
- m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, produtores rurais e empresas de pequeno-médio porte, suas associações e cooperativas, bem como, microempreendedores individuais.

b) PRIORIDADES SETORIAIS

- a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter interregional e intrarregional;
- c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
- d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia, transporte, armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs);
- g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização;
- i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) Projetos de reciclagens e resíduos;
- o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- q) Projetos de apoio à agricultura de baixo carbono (ABC);
- r) Projetos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;
- s) Bioindústria (farmacêutica, biocombustíveis, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos);
- t) Indústria da verticalização minero-metalúrgica;

- u) Indústrias intensivas em trabalho (reciclagem, couro, artefatos, têxtil, confecções e movelaria);
- v) Indústria naval, inclusive fabricação de peças e componentes; e
- w) Indústria alimentícia (carne, peixe, cereais, frutas, leguminosas e seus derivados);
- x) Geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto;
- y) Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27/12/2012;
- z) Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empreendimentos caracterizados como prioritários, mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do Fundo;
- aa) Geração de energia nos casos de empreendimentos voltados ao aproveitamento das fontes de biomassa, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto; e
- bb) Geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.

c) PRIORIDADES ESPACIAIS

- a) Os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- b) Os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins) e Xingu; e
- c) Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Fundamentada na PNDR, a prioridade espacial considera o grau de desenvolvimento econômico e social, principalmente, dos estados com menor nível de renda e menor dinamismo econômico

As prioridades definidas pelos estados beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para o exercício de 2016, mantiveram consonância com as Diretrizes e Prioridades aprovadas pelo CONDEL da SUDAM.

d) RESTRIÇÕES

Na concessão de créditos através dos recursos do FNO foram rigorosamente observados os procedimentos restritivos decorrentes de imposição legal ou por não manterem compatibilidade com os princípios do desenvolvimento sustentável da Região, incorporados na política de financiamento do Banco da Amazônia. Assim, não poderão ser financiados pelo Fundo:

- a) Empreendimentos onde tenha sido comprovada a utilização de mão de obra infantil, escrava ou análoga à escrava;
- b) Proponentes que não estejam em dia com as obrigações trabalhistas;
- c) Empreendimentos do Setor Público, exceto aqueles de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo da SUDAM (conforme Art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, alterado pela Lei nº 11.775, de 2008);
- d) Produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, que não se encontrem em situação regular para com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os citados fundos de incentivos (conforme Art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, alterado pela Lei nº 11.775, de 2008);
- e) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos envolvidos de alguma forma em prática ilegal e/ou que utilize matéria-prima, insumos e/ou produtos em seu processo produtivo de origem ilegal;
- f) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que não se encontrem em consonância com a preservação do meio ambiente, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os princípios do Fundo e as políticas ambientais do Banco da Amazônia;
- g) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que se incompatibilizem com a inclusão social, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os princípios do Fundo e as políticas sociais do Banco da Amazônia;
- h) Cultivo de fumo; a fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria do fumo; e a fabricação e/ou comercialização do fumo e produtos do fumo, de armas, de munições, de equipamentos militares, de explosivos, pólvoras e de artigos pirotécnicos, exceto, a empreendimentos comerciais, cujos itens não se constituam a principal fonte de receita do beneficiário;
- i) Saunas e termas, exceto quando integradas a empreendimentos de meios de hospedagem, de recreação, de lazer ou à atividades esportivas;

- j) Atividades de serviços financeiros; seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde, atividades auxiliares dos serviços financeiros, de seguros, de previdência complementar e de planos de saúde, exceto plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade;
- k) Atividades imobiliárias, exceto:
 - I) imóveis destinados a locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semi-acabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas;
 - II) quando se tratar de plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos e capital de giro para o desempenho de sua atividade;
- l) Aluguéis de veículos, embarcações e aeronaves, exceto quando se tratar de:
 - I) empreendimentos turísticos, de recreação, de lazer, ou a eles integrados;
 - II) plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade;
- m) Atividades de jogos de azar e motéis;
- n) Aquisição de imóveis (terrenos e/ou edificações), exceto para as microempresas e empresas de pequeno porte quando for financiamento para ampliação, localização ou realocação do empreendimento;
- o) Unidades em construção, exceto itens que tenham se iniciado, comprovadamente, após a data de entrada do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
- p) Projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:
 - I) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;
 - II) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei n.º 12.767, de 27 de dezembro de 2012;

- III) nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do Fundo;
 - IV) nos casos de empreendimentos voltados à geração de energia por aproveitamento das fontes de biomassa; e
 - V) nos casos de geração de energia por Centrais Geradoras Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, fontes eólica e solar;
 - q) Item de plano ou projeto relativo à construção e/ou reforma de casa-sede, de casa do administrador ou de outro tipo de moradia, com área superior a 60m²;
 - r) Aquisição de plantas ornamentais, para fins decorativos de ambiente;
 - s) Máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves não relacionados diretamente com o desempenho da atividade ou do plano ou projeto do beneficiário e máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves usados, com percentual de vida útil inferior a 60%;
 - t) Aplicação de recursos a fundo perdido;
 - u) Encargos financeiros e refinanciamento de dívidas;
 - v) Tributos federais, estaduais e municipais como item específico de orçamento para financiamento;
- Nota: Não estão incluídos nesta restrição, portanto, os tributos que compõem o preço dos produtos, bens e serviços financiados.
- w) Recuperação de capitais já investidos ou pagamento de dívidas (saneamento de passivo), exceto quando se referirem a itens financiáveis integrantes do plano ou projeto e tiverem sido efetuados, comprovadamente, após o ingresso do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
 - x) Helicópteros e aviões, exceto aviões para pulverização agrícola, aviões para empresa aérea regional de transporte de passageiros e de cargas e aviões e helicópteros para empresa de táxi aéreo homologada pela ANAC para transporte de passageiros enfermos, limitado a uma operação por beneficiário; e
 - y) Aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:
 - I) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento; ou
 - II) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

- III) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação; ou
- IV) quando for para aquisição de sistemas fotovoltaicos destinados à geração de energia.

Nota 1: As máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60%, do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES, resguardadas as exceções I a III da alínea acima.

Nota 2: A comprovação de que não há produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX); ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado.

Nota 3: Para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB), deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do MCTI (Sepin), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do MDIC (SDP) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Polo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicada no Diário Oficial da União.

Nota 4: Deverão, ainda, ser observados os itens "s" e "x" das Restrições do FNO, no tocante ao financiamento de máquinas, equipamentos, veículos, embarcações, aviões e helicópteros.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício

Recursos Previstos para Aplicação

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para aplicação no exercício de 2016 era de R\$ 3.380,0 milhões, com a previsão de reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação
Exercício de 2016

Discriminação	R\$ Milhões
Origem de Recursos (A)	6.376,80
Disponibilidades ao final do exercício de 2015 ⁽¹⁾	1.467,04
Estimativa de reembolsos dos financiamentos já concedidos	2.807,67
Estimativa de ingressos via repasses da STN	1.608,62
Remuneração das disponibilidades do FNO	179,30
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco da Amazônia	194,17
Outras Receitas (recuperação de créditos em atraso)	120,00
Aplicação de Recursos (B)	2.996,80
Despesas com pagamento da taxa de administração	321,72
Despesas de auditoria externa independente	0,17
Despesas com bônus de adimplência	156,31
Despesas com rebates ⁽²⁾	0,00
Despesas com <i>Del credere</i>	608,23
Liberações/desembolsos de recursos previstos para 2016 decorrentes de operações contratadas em anos anteriores	1.700,00
Despesas com a remuneração das operações do PRONAF	199,83
Outras despesas (renegociações e descontos) ⁽³⁾	10,53
Disponibilidade (C=A-B)	3.380,00

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

(1) Recursos disponíveis para aplicação em 2016.

(2) Pelos normativos vigentes, os descontos concedidos nos pagamentos são a título de bônus de adimplência, não havendo no Banco provisionamento contábil de “despesas com rebates”, que estão inseridas em “outras despesas”.

(3) Benefícios dados ao tomador do crédito por normativos legais

Orçamento por Unidade Federativa

Tomando-se por base a disponibilidade prevista para contratação com recursos do FNO em 2016 e as expectativas de investimento de cada uma das Unidades Federativas da Região Norte em conformidade com seus planos plurianuais, foi configurada a matriz espacial da distribuição dos recursos com o propósito de dinamizar a economia regional e maximizar os resultados das contratações, conforme quadro 2.

**Quadro 2 Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	R\$ Milhões	Participação %
Acre	236,60	7,0
Amapá	169,00	5,0
Amazonas	642,20	19,0
Pará	1.014,00	30,0
Rondônia	574,60	17,0
Roraima	169,00	5,0
Tocantins	574,60	17,0
Total	3.380,00	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

Orçamento por Setor e Unidade Federativa

Para o exercício de 2016, o valor do FNO orçado para o financiamento dos empreendimentos do setor rural corresponde a R\$ 2.380,0 milhões (54,0% do total previsto) e dos demais setores R\$ 1.000,0 milhões (46,0%), conforme quadro 3.

**Quadro 3 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Setor Rural R\$ Milhões	Demais Setores R\$ Milhões	Todos os Setores R\$ Milhões	Participação %
Acre	144,19	92,46	236,60	7,0
Amapá	66,04	102,96	169,00	5,0
Amazonas	289,27	352,93	642,20	19,0
Pará	782,25	231,75	1.014,00	30,0
Rondônia	520,88	53,72	574,60	17,0
Roraima	78,65	90,35	169,00	5,0
Tocantins	498,77	75,83	574,60	17,0
Total	2.380,00	1.000,00	3.380,00	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

Distribuição por Atividade Econômica

As metas de aplicação dos recursos financeiros do FNO por estado e por programa de financiamento constituem um balizamento para o planejamento das ações de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte e são passíveis de ajustes ao longo do exercício, em função das prioridades possíveis de serem definidas por políticas setoriais, bem como pela dinâmica do desenvolvimento da economia regional e especificidades dos estados.

O cumprimento de tais metas depende ainda de fatores externos à capacidade de governança do Agente Financeiro. Nesse sentido, o Banco da Amazônia intensificou ações de fortalecimento e expansão das parcerias com os agentes locais, buscando a integração, a cooperação e a coresponsabilidade de todos no processo de desenvolvimento regional sustentável. (ver quadro 4)

**Quadro 4 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

R\$ Milhões

ATIVIDADES	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
Empreendimentos Rurais	144,14	289,27	66,04	782,25	520,88	78,65	498,77	2.380,00
Agricultura Familiar	63,85	54,34	18,90	287,62	157,90	1,39	116,00	700,00
Agricultura de Baixo Carbono	18,75	11,88	21,04	78,95	56,25	0,63	62,50	250,00
Agropecuária	50,18	217,85	21,45	393,08	288,74	76,10	305,60	1.353,00
Pesca e Aquicultura	7,61	2,82	0,95	6,82	6,23	0,40	2,17	27,00
Floresta	3,75	2,38	3,70	15,78	11,76	0,13	12,50	50,00
Empreendimentos Não Rurais	92,46	352,93	102,96	231,75	53,72	90,35	75,83	1.000,00
Agroindústria	4,42	18,06	6,24	5,78	7,41	5,06	7,03	54,00
Indústria	8,62	86,46	21,52	32,28	8,13	14,39	16,60	188,00
Turismo	2,40	23,14	2,11	33,09	8,00	2,86	8,40	80,00
Cultura	1,30	5,78	1,70	7,62	4,99	0,72	3,89	26,00
Infraestrutura	2,20	30,98	1,77	28,92	5,14	15,79	9,20	94,00
Exportação	2,69	1,23	0,25	1,61	1,58	0,44	1,20	9,00
Comércio e Serviços	69,72	185,10	68,94	117,42	16,65	50,73	27,44	536,00
Microempreendedor Individual	1,11	2,18	0,43	5,03	1,82	0,36	2,07	13,00
TOTAL	236,60	642,20	169,00	1.014,00	574,60	169,00	574,60	3.380,00

Distribuição por Porte do Beneficiário

A estimativa de aplicação dos recursos financeiros por porte do beneficiário expressa a definição das prioridades estaduais, mantendo consonância com as diretrizes do FNO, em dispensar tratamento preferencial aos empreendimentos de menor tamanho na estrutura econômica regional, conforme demonstrado no quadro 5 a seguir:

Quadro 5 Distribuição Orçamentária do FNO por Porte do Beneficiário
Exercício de 2016

Porte dos Beneficiários	R\$ Milhões	% de Recursos
Empreendedor Individual, Mini/Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	1.723,80	Mínimo de 51% (*)
Médio e Grande	1.656,20	Máximo de 49%
TOTAL	3.380,00	

(*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini/micro e pequeno porte.

Distribuição por Atividade Econômica

As metas de aplicação dos recursos financeiros do FNO por estado e por programa de financiamento constituem um balizamento para o planejamento das ações de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte e são passíveis de ajustes ao longo do exercício, em função das prioridades possíveis de serem definidas por políticas setoriais, bem como pela dinâmica do desenvolvimento da economia regional e especificidades dos estados.

Do mesmo modo, o cumprimento de tais metas depende ainda de fatores externos à capacidade de governança do Agente Financeiro. Nesse sentido, o Banco da Amazônia intensificou ações de fortalecimento e expansão das parcerias com os agentes locais, buscando a integração, a cooperação e a coresponsabilidade de todos no processo de desenvolvimento regional sustentável.

O quadro 6, a seguir, apresenta o desdobramento das metas de aplicação por atividade econômica em cada estado:

**Quadro 6 - Distribuição Orçamentária do FNO por Atividade Econômica e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

R\$ Milhões

ATIVIDADES	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
Empreendimentos Rurais	144,14	289,27	66,04	782,25	520,88	78,65	498,77	2.380,00
Agricultura Familiar	63,85	54,34	18,90	287,62	157,90	1,39	116,00	700,00
Agricultura de Baixo Carbono	18,75	11,88	21,04	78,95	56,25	0,63	62,50	250,00
Agropecuária	50,18	217,85	21,45	393,08	288,74	76,10	305,60	1.353,00
Pesca e Aquicultura	7,61	2,82	0,95	6,82	6,23	0,40	2,17	27,00
Floresta	3,75	2,38	3,70	15,78	11,76	0,13	12,50	50,00
Empreendimentos Não Rurais	92,46	352,93	102,96	231,75	53,72	90,35	75,83	1.000,00
Agroindústria	4,42	18,06	6,24	5,78	7,41	5,06	7,03	54,00
Indústria	8,62	86,46	21,52	32,28	8,13	14,39	16,60	188,00
Turismo	2,40	23,14	2,11	33,09	8,00	2,86	8,40	80,00
Cultura	1,30	5,78	1,70	7,62	4,99	0,72	3,89	26,00
Infraestrutura	2,20	30,98	1,77	28,92	5,14	15,79	9,20	94,00
Exportação	2,69	1,23	0,25	1,61	1,58	0,44	1,20	9,00
Comércio e Serviços	69,72	185,10	68,94	117,42	16,65	50,73	27,44	536,00
Microempreendedor Individual	1,11	2,18	0,43	5,03	1,82	0,36	2,07	13,00
TOTAL	236,60	642,20	169,00	1.014,00	574,60	169,00	574,60	3.380,00

Distribuição por Espaço Prioritário da PNDR

Em atendimento às determinações do TCU, constantes do Acórdão nº 1352/2011, item 9.2.2.1, o Banco da Amazônia passou a apresentar no Plano de Aplicação do FNO as metas distribuídas por microrregião instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), considerando os seguintes critérios: prioridades estaduais e setoriais; série histórica do comportamento das contratações anuais; e dinâmica da economia local. O Banco está disponibilizando recursos para todos os municípios agrupados pelas tipologias da PNDR, conforme distribuição a seguir:

Quadro 7 - Distribuição Orçamentária do FNO por Espaço Prioritário da PNDR e Unidade Federativa

Exercício de 2016

R\$ Milhões

TIPOLOGIA DA PNDR	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	Total	%
Alta Renda	73,35	353,21	70,98	152,10	143,65	40,56	143,65	977,50	28,9
Baixa Renda	-	224,77	15,21	152,10	-	35,49	57,46	485,03	14,4
Dinâmica	78,08	32,11	70,98	304,20	229,84	84,50	51,71	851,42	25,2
Estagnada	85,17	32,11	11,83	405,60	201,11	8,45	321,78	1.066,05	31,5
TOTAL	236,60	642,20	169,00	1.014,00	574,60	169,00	574,60	3.380,00	100,0

Distribuição por Mesorregiões Diferenciadas Definidas pela PNDR para a Região Norte e nos Municípios do Programa Faixa de Fronteira

Dos recursos financeiros previstos para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Tocantins, referente ao exercício de 2016, foi destinado o valor de **R\$ 361,8 milhões** para as Mesorregiões Diferenciadas da Região Norte definidas pela PNDR, conforme distribuição apresentada no quadro abaixo:

Quadro 8 Distribuição Orçamentária do FNO por Mesorregiões Diferenciadas pela PNDR e Unidades Federativas
Exercício de 2016

Mesorregião Diferenciada	Estado	N.º Municípios	Valor (R\$)
Alto Solimões	Amazonas	9	1.689.000,00
Vale do Rio Acre	Amazonas	2	2.695.000,00
	Acre	11	158.787.000,00
	Total Vale do Rio Acre		161.482.000,00
Bico do Papagaio	Pará	25	118.246.000,00
	Tocantins	25	43.920.000,00
	Total Bico do Papagaio		162.166.000,00
Chapada das Mangabeiras	Tocantins	8	1.013.000,00
Xingu	Pará	10	35.475.000,00
TOTAL MESORREGIÕES DIFERENCIADAS			361.825.000,00

Foram disponibilizados ainda **R\$ 882,8 milhões** para os projetos localizados nos municípios pertencentes ao Programa Faixa de Fronteira da Região Norte, conforme distribuição a seguir:

Quadro 9 Distribuição Orçamentária do FNO para o Programa Faixa de Fronteira da Região Norte

Exercício de 2016

FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	
Estado	Valor (R\$)
Acre	236.600.000,00
Amapá	125.060.000,00
Amazonas	15.886.000,00
Pará	15.210.000,00
Rondônia	321.100.000,00
Roraima	169.000.000,00
TOTAL	882.856.000,00

3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ação creditícia do FNO se mantém vinculada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; e às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo no exercício de 2016, aprovadas *Ad referendum* pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM), na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecida na Portaria nº 202, de 28/08/2015, alterada pelas Portarias nºs 67, de 20/04/2016, e 288, de 05/09/2016.

Assim, verifica-se que o Planejamento Anual do FNO é elaborado tendo por base a preocupação maior de disponibilizar meios para suplantar desigualdades regionais, mediante a formatação de programas e ações de incentivo aos sistemas produtivos locais.

Durante a fase anual de planejamento, há o envolvimento, em cada estado, dos atores sociais, que contribuem para estabelecer a atividade econômica a ser priorizada.

Na prática, a dinamicidade do planejamento contribuiu para a definição de estratégias, em fiel observância à política macroeconômica do Governo Federal e às Diretrizes e Prioridades para melhor aplicação dos recursos do Fundo no período a que o planejamento se destina, sempre observando suas aprovações *Ad referendum* pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM).

3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Este item informa a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do Exercício de 2016 desta UPC, com informação sobre os objetivos específicos, bem como uma análise sobre os resultados alcançados.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da Unidade

Importante destacar que no decorrer do exercício de 2016, houve necessidade de serem realizados ajustes na programação orçamentária, em função de alterações em algumas rubricas tanto da origem quanto da aplicação de recursos, especialmente nos desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores.

Assim, com a reprogramação orçamentária, a disponibilidade de recursos para aplicação nas atividades econômicas desenvolvidas na Região em 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões. Contudo, tais ajustes não se refletiam nas dotações definidas para as ações da Lei Orçamentária Anual, motivo pelo qual em alguns programas, nada obstante os expressivos volumes de recursos contratados chegam a ser verificados modestos percentuais de desempenho.

a) QUADRO 10 - Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2012 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar – MDA				
Objetivo		Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia e renda para a agricultura familiar. Código: 0411				
Programa		Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA Código: 2012 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)				
Ação Prioritária		(X)Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000.000,00	423.590.289,83	423.590.289,83	423.590.289,83	423.590.289,83	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Informações sobre os resultados alcançados			Percentual	100,00%	-	60,51%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 60,51% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base familiar, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas ao PRONAF, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor familiar, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar - GEMAF, base 31/12/2016).

b) QUADRO 11 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento. Objetivo 0618. Iniciativa 0087 - Concessão de crédito ao médio produtor rural da Região Norte ao amparo do Pronamp- (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Resol. Bacen 3987 de 30.06.11) abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
338.643.000,00	536.781.501,88	536.781.501,88	536.781.501,88	536.781.501,88	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	158,51%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 158,51% da meta financeira para o Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito ao médio produtor rural, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

c) QUADRO 12 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento. Objetivo 0618. Iniciativa 000K - Concessão de crédito aos produtores rurais da Região Norte pelo Banco da Amazônia, abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000.000,00	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	-	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Informações sobre os resultados alcançados	Percentual	100,00%	-	125,89%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 125,89% da meta financeira do Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. Houve, ao longo do exercício de 2016, um aumento da produtividade do setor agropecuário, como resultante do estímulo ao crescimento de financiamentos aos produtores rurais, bem como à adoção de meios sustentáveis de produção por parte dos agricultores regionais.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

d) QUADRO 13 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0743) / MAPA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - Objetivo 0743. Iniciativa 00EM - Linhas de crédito do Banco da Amazônia para financiamento em apoio à Agricultura de Baixo Carbono (ABC) na Região Norte, abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	Agropecuária Sustentável (0743) / MAPA Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					
Ação Prioritária	(☒) Sim (☐) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☒) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
260.000.000,00	89.307.215,00	89.307.215,00	89.307.215,00	89.307.215,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	34,35%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 34,35% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base rural, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas à agricultura de baixo carbono, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

e) QUADRO 14- Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0747) / MAPA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais. Objetivo 0747. Iniciativa 000P - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo BASA, na Região Norte, com recursos direcionados do FNO.					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização (0747) / MAPA Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.000.000,00	13.316.864,00	13.316.864,00	13.316.864,00	13.316.864,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	121,06%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 121,06% da meta definida para o exercício de 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por cooperativas e associações de produtores rurais. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito às cooperativas e associações de produtores rurais, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

f) QUADRO 15 - Programa: 2029 – Cultura Regional (0789) / MI

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI					
Objetivo	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00G3 - Promover a cultura regional através da concessão de financiamento aos empreendimentos culturais.					
Programa	Cultura Regional (0789) / MI Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	53000 Ministério da Integração Nacional (MI)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
38.413.000,00	11.658.449,00	11.658.449,00	11.658.449,00	11.658.449,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	30,35%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 30,35% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos artístico-culturais aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento voltados para a atividade cultural regional, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor de cultura.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

f) QUADRO 16 - Programa: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial (0789)/MI

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI					
Objetivo	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00KS - Concessão de crédito para promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter-regionais – (Aplicação dos recursos do FNO).					
Programa	Desenvolvimento Regional e Territorial (0789) Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	53000 Ministério da Integração Nacional (MI)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.400.000.000,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Informações sobre os resultados alcançados	Percentual	100,00%	-	43,22 %		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 43,22% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à promoção do desenvolvimento regional sustentável aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

g) QUADRO 17 - Programa: 2029 – Micro e Pequenas Empresas (0789) / MI

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI					
Objetivo	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00BR - Concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região.					
Programa	Micro e Pequenas Empresas (0789) / MI Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	53000 Ministério da Integração Nacional (MI)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
497.910.000,00	123.155.205,06	123.155.205,06	123.155.205,06	123.155.205,06	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	24,73%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 24,73% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor. Os resultados alcançados através dos financiamentos às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's, bem como a empreendedores individuais contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, elevando a disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Apesar dos esforços do Banco, com toda sua rede de distribuição voltada ao incentivo ao fomento das micro e pequenas empresas, a demanda por novos financiamentos foi afetada de forma significativa pela situação econômica do país, que influenciou na baixa demanda dessa linha de crédito.						
Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).						

h) QUADRO 18 - Programa: 2029– Turismo (0789) / MI

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI				
Objetivo		Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 005M - Concessão de crédito para o turismo regional.				
Programa		Desenvolvimento Regional e Territorial (0789)/ MI Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		53000 Ministério da Integração Nacional (MI)				
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
386.733.000,00	28.149.861,00	28.149.861,00	28.149.861,00	28.149.861,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	7,63%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 7,63% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Não obstante existir disponibilidade de recursos de financiamento voltados para o turismo, o baixo desempenho no setor foi afetado de forma significativa pela situação econômica do país, que teve como consequência a queda na renda das famílias, refletindo no setor de serviços voltados ao lazer.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

i) QUADRO 19 - Programa: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (1066) /MMA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	2078 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade/ MMA					
Objetivo	Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras. Objetivo 2078. Iniciativa 00E7 - Financiamento de projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento.					
Programa	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (1066) Código: 2078 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)					
Ação Prioritária	(☒) Sim (☐) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☒) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
147.000.000,00	31.908.786,46	31.908.786,46	31.908.786,46	31.908.786,46	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	21,71%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 21,71% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

j) QUADRO 20 - Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura (1133) / MAPA

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2052 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Pesca e Aquicultura / MAPA					
Objetivo	Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva. Objetivo 2052. Iniciativa 003C - Concessão de crédito aos pescadores (as) e e aquicultores (as) para a Região Norte com recursos direcionados do FNO.					
Programa	Pesca e Aquicultura (1133) / MAPA. Código: 2052 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000.000,00	42.518.200,59	42.518.200,59	42.518.200,59	42.518.200,59	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	141,73%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 a meta financeira do Programa atingiu 141,73%. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, contribuindo para o aumento da disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

k) QUADRO 21 - Programa: 2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (0289) / MTE

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2071 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária/MTE.				
Objetivo		Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Objetivo 2071 Iniciativa 00FW - Concessão de financiamento às instituições de microcrédito operadoras em 2º piso e/ou operações de 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares.				
Programa		Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (0289) / MTE Código: 2071 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)				
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
173.345.790,67	79.519.981,94	79.519.981,94	79.519.981,94	79.519.981,94	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	45,87%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 45,87% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário e Restos a Pagar de exercícios anteriores

Esse item, ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como integrante do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas e, nessa qualidade, não dispõe de valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores.

3.2.3 Informações sobre a realização das receitas

No que diz respeito ao item 3.2.3, ressaltamos que no exercício de 2016 as receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, sendo compostas pela disponibilidade ao final de 2015, as transferências da União via Secretaria do Tesouro Nacional, os reembolsos de créditos em 2016, a remuneração das disponibilidades, o retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos e a recuperação de crédito. O valor das despesas correspondeu a R\$ 2.996,8 milhões, contemplando a taxa de administração do Fundo, a despesa com auditoria externa, o bônus de adimplência, a despesa com del credere, os rebates, a remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF, os desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores e a renegociação de créditos baixados, conforme quadro 22.

Quadro 22 **Receitas e Despesas do Fundo**
Exercício de 2016

Discriminação	R\$ Milhões	Participação %
Origem de Recursos (Receitas)	6.376,8	100,0
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	23,0
Transferências da União	1.608,6	25,3
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	44,0
Remuneração das Disponibilidades	179,3	2,8
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	3,0
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	1,9
Aplicação de Recursos (Despesas)	2.996,8	100,0
Taxa de Administração	321,7	10,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,0
Bônus de Adimplência	156,3	5,2
Despesa com Del Credere	608,3	20,3
Rebates	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	6,7
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	56,7
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	0,4

Fonte: Banco da Amazônia / GECON

3.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Importante destacar que o item 3.2.4 - informações sobre a execução das despesas, ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como

integrante do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas e, nessa qualidade, não dispõe de valores que se enquadrem nas perspectivas demandadas por esse Órgão de Controle.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o exercício 2016, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional e das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo, conforme quadro 23.

**Quadro 23 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO
Exercício de 2016**

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado / Reprograma do R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador1		Avaliação ³	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_{mi} = \left(\frac{B}{A}\right) \times 100^2$	%		
1. Diretrizes							
a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte	3.380,0	2.333,9	-	69,1%	II	Balanco do exercicio de 2016.
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,5	1.879,1	-	78,2%	II	Balanco do exercicio de 2016
c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais.	Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho	3.380,0	2.333,9	-	69,1%	II	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R\$ bilhões na massa salarial. A aplicação do FNO contribuiu para incremento/manutenção de 388.826 postos de trabalho (99,9% da meta do exercício)
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Política Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), assim como outras Políticas, Planos e Programas do Governo Federal direcionados para a Região Norte.	Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa e pesca e aquicultura	1.446,0	954,7	-	66,0%	II	Balanco do exercicio de 2016
e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local.	Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve quantificação para esse indicador.
f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO para projetos/empreendimentos localizados nas áreas de ZEEs, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
i) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO.	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	I	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO para projetos/empreendimentos no âmbito dos APLs, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
j) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria)	1.407,0	1.195,8	-	85,0%	III	Balanco do exercicio de 2016
k) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.

l) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como, aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais; e	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais ⁽⁴⁾	1.723,8	1.370,8	-	79,5%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Prioridades Setoriais							
1. Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter interregional e intrarregional	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
3. Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura	27,0	42,5	-	157,4%	V	Balanco do exercicio de 2016
4. Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mais Alimentos e FNO-Pronaf Floresta	Apenas o Pronaf-A tem metas de aplicação; as metas para as demais linhas são agrupadas.		335,9	-	-	Balanco do exercicio de 2016
5. Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	2.080,0	1.593,2	-	76,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
6. Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
7. Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).							
8. Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região	80,0	28,2	-	35,2%	I	Balanco do exercicio de 2016
9. Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais	26,0	10,4	-	39,9%	I	Balanco do exercicio de 2016
10. Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos florestais em áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas (operações florestais)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
11. Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	5,0	0,94	-	0,19%	I	Balanco do exercicio de 2016
12. Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional						
13. Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
14. Projetos de recicláveis e resíduos.	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
15. Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	882,9	667,3	-	75,6%	II	Balanco do exercicio de 2016
16. Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	536,0	480,3	-	89,6%	III	Balanco do exercicio de 2016

17. Projeto de Apoio a Agricultura de Baixo Carbono.	Financiamentos para atividades com baixa emissão de gases de efeito estufa	250,0	89,3	-	37,7%	I	Balanco do Exercício de 2016
18. Projetos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
19. Bioindústria (farmacêutica, biocombustíveis, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos).	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercício de 2016
20. Indústria de verticalização minero-metálica.							
21. Indústrias intensivas de trabalho (reciclagem, couro e artefatos, têxtil, confecções moveleira).							
22. Indústria Naval, inclusive fabricação de peças e componentes;							
23. Indústria alimentícia (carne peixe, cereais, frutas leguminosas e seus derivados).							
24. Geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto.	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
25. Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.							
26. Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empreendimentos caracterizados como prioritários, mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.							
27. Geração de energia nos casos de empreendimentos voltados ao aproveitamento das fontes de biomassa, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.							
28. Geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.							
3. Prioridades Espaciais							
1. Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	882,9	667,3	-	75,6%	I	Balanco do exercício de 2016
2. Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas da Região Norte pela PNDR.	361,8	425,8	-	117,7%	V	Balanco do exercício de 2016
3. Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,5	1.879,1	-	78,2%	I	Balanco do exercício de 2016

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2016 / Sistema SIG-Controper 0,

(1) Meta Atingida

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.

(3) I) até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80%= meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) a partir de 95% até 100%= meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada

(4) A meta corresponde ao mínimo de 51% do orçamento do FNO para 2016, para os beneficiários de menor porte

Obs*.: as prioridades foram agrupadas na mesma discriminação por estarem correlacionadas as características setoriais.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Fundo tem como objetivo principal o de promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, tendo como gestor o Banco da Amazônia, mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos.

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – CONDEL/SUDAM tem por competência estabelecer as diretrizes de ação para o desenvolvimento regional. O CONDEL/SUDAM é presidido pelo Ministro da Integração Nacional e é integrado, ainda, pelas seguintes autoridades: os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento; seis Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo; os nove governadores da Amazônia Legal; três prefeitos de municípios de Estados diferentes indicados pela Associação Brasileira de Municípios, pela Confederação Nacional de Municípios e pela Frente Nacional de Prefeitos; três representantes da classe empresarial de Estados diferentes indicados pelas entidades da Agricultura, do Comércio e da Indústria; três representantes da classe dos trabalhadores indicados pelas entidades de trabalhadores da Agricultura, do Comércio e da Indústria, e pelo Superintendente da Sudam e pelo Presidente do Banco da Amazônia.

Em obediência às boas práticas de Governança Corporativa, o Banco da Amazônia adota como linhas mestras a transparência, a equidade, apresentação de contas e a responsabilidade corporativa através de um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento. Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo na gestão do FNO os relacionamentos entre Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal.

A preocupação da governança corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse geral da sociedade.

A estrutura da Governança do Banco da Amazônia, assim como sua composição, funcionamento, atribuições e competências obedecem às regulamentações vigentes e ao seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração é composto de seis membros, um dos quais indicado pelos acionistas minoritários para exercer atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. Na sua composição é proibida a presença dos diretores do Banco e a nomeação do Presidente para presidi-lo e possui ainda as seguintes unidades subordinadas.

O Comitê de Auditoria funciona como unidade de apoio ao Conselho de Administração e a ele é subordinado, atendendo às instruções emanadas CMN, através da Resolução nº 3.198/2004.

A Auditoria Independente, selecionada através de processo de licitação, é aprovada pelo Conselho de Administração, e não prestará serviços relevantes de consultoria que conflite com as suas funções.

A Auditoria Interna é vinculada, tecnicamente, ao Conselho de Administração e, administrativamente, à Presidência do Banco da Amazônia.

A Diretoria Executiva é o órgão da administração integrado pelo Presidente e cinco Diretores, dos quais, pelo menos dois, profissionais da atividade bancária. O Presidente é nomeado pelo Presidente da República e por ele demissível “ad nutum”. Os Diretores são eleitos, entre acionistas ou não, e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Os Diretores possuem mandato coincidente de três anos admitida a reeleição, estendendo-se o período de respectiva gestão até a investidura de novos membros.

O Banco dispõe também, em sua estrutura organizacional, de uma Ouvidoria, com a atribuição de assegurar observância das normas legais e regulamentares, e de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Como forma de estar alinhado às boas práticas de governança corporativa, o Banco possui quatorze Comitês para analisar e deliberar sobre os assuntos relevantes da Organização.

4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Ver informações no Quadro 24, abaixo

Quadro 24—Avaliação do Sistema de Controles Internos e de Riscos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações				X	

úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise Crítica:

A análise e avaliação dos quesitos considerou os aspectos de controles internos constantes no Relatório de Avaliação de Controles Internos (RACI) e Relatório de Risco Operacional (RRO), do segundo semestre/2016, elaborados pela Gerência de Controles Internos e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia, nos quais constam os indicadores utilizados pela Instituição para monitorar o nível dos riscos e a efetividade dos controles internos implementados.

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UPC.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UPC.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UPC.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

O item 5.1 – “GESTÃO DE PESSOAS” ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como integrantes do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas.

5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO utiliza os seguintes sistemas computacionais, que se mostram diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos dessa UPC:

Relação de sistemas utilizados e suas respectivas funções:

Quadro 25 Sistemas utilizados pelo FNO e suas respectivas funções

NOME DO SISTEMA	FUNÇÃO
CONTROPER	Controle de operações de crédito de fomento (mainframe).
SGF	Gestão de Fomento (plataforma baixa).

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

Quadro 26 Necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

SISTEMAS/FUNCIONALIDADE	JUSTIFICATIVA	MEDIDAS
• Projeto de desativação da plataforma Mainframe e porte do código fonte (COBOL) do CONTROPER para plataforma baixa.	Migrar os sistemas residentes no mainframe para uma nova plataforma de fácil evolução e com custos adequados	No ano de 2016 foram realizados os estudos de viabilidade para que a execução seja iniciada em 2017.

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Informações relevantes:

a) Plano Diretor do TI (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2016-2019 do Banco da Amazônia foi elaborado no ano de 2015 e aprovado pela Diretoria Executiva do Banco da Amazônia em Janeiro/2016. O Instrumento Institucional foi concebido a partir dos objetivos estratégicos da empresa e a partir das diretrizes emanadas pela área de estratégia sobre os planejamentos táticos das áreas de negócios do Banco. Foram considerados na elaboração deste PDTI as necessidades de melhorias da própria área de TI, com foco na mitigação dos riscos apontados pelas auditorias, bem como nas melhorias de processos de TI orientados pela consultoria Gartner, tudo com o objetivo

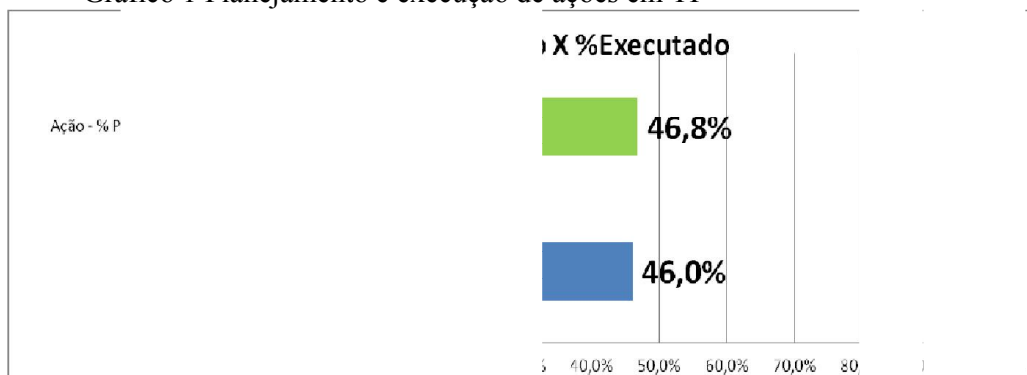
de tornar a “máquina TI” mais eficiente e com condições de entregar com qualidade os projetos demandados, além também, de estar apta para prestar serviços adequados de suporte tecnológico para os negócios do Banco.

Em síntese, o PDTI vigente foi elaborado para suportar o crescimento dos negócios do Banco, e, de onde podemos destacar os principais objetivos a serem alcançados por ele:

- *Manter o parque computacional adequado as necessidades da empresa;*
- *Eliminar erros em sistemas legados lançando constantes versões de melhorias;*
- *Agilizar e qualificar melhor o suporte operacional de Tecnologia às agências;*
- *Contribuir para a automatização dos processos de trabalho tanto da matriz quanto das agências;*
- *Manter evolução nos processos de Governança de TI e mitigar riscos apontados;*
- *Atender com qualidade todas as demandas de TI originadas a partir dos comitês de priorização;*
- *Lançar novos produtos e serviços alinhados à estratégia comercial do Banco.*

Adicionalmente informamos que no ano de 2016 houve uma revisão no plano de ações do PDTI 2016-2019, buscando manter a aderência à revisão da estratégia corporativa do Banco, materializando novos produtos e serviços para a Empresa. O Gráfico 1 abaixo demonstra o % Planejado VS % Realizado execução do PDTI vigente:

Gráfico 1 Planejamento e execução de ações em TI



Fonte: Banco da Amazônia

b) Comitê Gestor de TI

Atividades:

Os comitês de priorização de demandas a TI, CPORT (Comitê de Gestão de Portfólio de TI) e COGES (Comitê de Gestão em Manutenção de Sistemas), vem tendo importante papel dentro do encaminhamento das demandas à área de TI.

Efetivamente se preencheu a lacuna entre as solicitações de serviços à TI, sua relevância e resultados para a instituição, através da priorização tendo como principal balizador a estratégia corporativa. O resultado disso foi o alinhamento das ações de TI sob a perspectiva corporativa com as priorizações sugeridas pela Metodologia de Priorização de Demandas e sua avaliação pelos comitês. Essa era uma fragilidade por vezes apontada em relatórios de conformidade e risco que diziam respeito às ações de TI em consonância com a estratégia institucional. Segue abaixo as atribuições e atividades de cada comitê:

Sobre o CPORT:

O CPORT tem por finalidade definir as prioridades dos projetos de Tecnologia da Informação, identificando e priorizando os projetos de TI conforme a sua importância para os resultados do Banco e mensuração de riscos.

Suas competências são:

a) Apreciar e deliberar sobre:

- novos projetos de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- programação orçamentária de TI.

b) Avaliar e submeter à apreciação da DIREX, com sua manifestação:

- as demandas que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI;
- os projetos de TI considerados de grande porte e/ou corporativos e/ou estruturantes para ratificação ou retificação da ordem de prioridade sugerida pelo comitê aos mesmos;
- o Plano Estratégico e Diretor de TI – PDTI e suas respectivas atualizações.
- novos projetos de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- orçamento de TI e rubricas referentes aos principais investimentos, despesas e dispêndios da TI;
- priorização dos projetos de grande porte, ou seja, os projetos cuja duração estimada seja maior que 18 meses;
- andamento dos projetos em tramitação na área de TI aprovados pelo Comitê, como também sobre a alteração da ordem de execução se necessário;
- paralisação das atividades em execução para proporcionar o desenvolvimento de outras que julgar mais importantes;

- ocorrências que prejudiquem ou causem impactos no cumprimento dos cronogramas e solicitações de mudanças nos projetos;

- c) Monitorar a execução das demandas e projetos de TI, recomendando alterações, quando necessário;
- d) Apreçar e deliberar sobre demandas de manutenção de sistemas de Tecnologia da Informação que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI, oriundas do COGES;
- e) Encaminhar semestralmente à Diretoria relatório contendo portfólio de demandas de TI, inclusive as relativas aos sistemas, com acompanhamento de sua execução.

O Comitê é constituído dos seguintes membros:

Permanentes com direito a voto:

- a) Secretaria Executiva de Rede de Distribuição – SERED;
- b) Secretaria Executiva de Estratégia, Organização e Projetos – SEORP;
- c) Secretaria Executiva de Produtos e Serviços e de Tecnologia da Informação – SECTI;
- d) Gerência de Contadoria – GECON;
- e) Gerência de Planejamento, Políticas e Normas de Crédito – GEPEC;
- f) Gerência de Suporte Operacional – GESOP.

Permanentes sem direito a voto:

- a) Gerência de Desenvolvimento e Gestão de Produtos, Serviços e de Soluções Tecnológicas – GPROT;

São considerados como membros transitórios, sem direito a voto, Secretários Executivos e Gerentes Executivos das demais unidades do Banco, quando os assuntos em pauta exigirem suas presenças.

A Coordenação do CPORT será exercida pelo Secretário Executivo da SEORP. Nas ausências regulamentares será exercida pelo Secretário Executivo da SERED.

No ano de 2016, o CPORT realizou 22 reuniões, cuja principal deliberação relacionada ao crédito de fomento foi a Migração/Porte dos códigos fontes escritos em SADS/COBOL com as regras de negócio de todas as rotinas inerentes ao processo de RECÁLCULO do sistema CONTROPER para a linguagem PL/SQL e suas respectivas bases de dados UNISYS-DMSII para o Banco de dados relacional ORACLE 11G.

Sobre o COGES

O Comitê de Gestão de Manutenção em Sistemas – COGES, de caráter deliberativo, tem por finalidade definir as prioridades das demandas de manutenção de

sistemas de Tecnologia da Informação, identificando e priorizando tais demandas conforme a sua importância para os resultados do Banco e mensuração de riscos.

Suas competências são:

- a) Apreciar e deliberar sobre novas demandas de manutenção de sistemas de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- b) Avaliar e submeter à apreciação do CPORT, com sua manifestação, as demandas que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI;
- c) Monitorar a execução das demandas de manutenção de TI, recomendando alterações, quando necessário;
- d) Garantir que as decisões do comitê sejam respaldadas em metodologia específica para priorização de demandas;
- e) Encaminhar semestralmente ao CPORT relatório contendo portfólio de demandas de sistemas com acompanhamento de sua execução.

O Comitê é constituído dos seguintes membros permanentes com direito a voto:

- a) Gerência de Administração de Sistemas – GSIST;
- b) Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar – GEMAF;
- c) Gerência de Suporte Operacional – GESOP;
- d) Gerência de Planejamento, Políticas e Normas de Crédito – GEPEC;

A Coordenação do COGES será exercida pela Gerência de Suporte Operacional – GESOP. Nos casos de sua ausência, será exercida pelo Gerente Executivo da GSIST.

O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Coordenador, ou membros da Diretoria Executiva do Banco ou, ainda, por solicitação de quaisquer dos seus membros permanentes.

Dentre suas principais decisões estão:

- *Priorização de todas as demandas nas coordenações da Gerência de Sistemas que atua na sustentação;*
- *Acompanhamento e priorização sobre as demandas da sustentação e evolução.*

No ano de 2016, o COGES realizou 33 reuniões cujas principais deliberações relacionadas ao crédito de fomento foram:

- *Implantação do Plano SAFRA 2016-2017 - PRONAF;*
- *Implantação no CONTROPER: BNDES - FINAME Agrícola;*
- *Implantação do novo SIGCONTROPER, o SIG WEB - Sistema de Geração de Relatório do Fomento;*
- *Desenvolvimento de funcionalidade no Controper para o débito automático dos contratos inadimplentes, visando atender a central de crédito;*
- *Automatização das rotinas do FDA – Fase 1;*

- *SISCÉDULA – Sistema para geração automática das cédulas de crédito;*
- *Criação de relatório de gestão da inadimplência/provisão - INAD 90.*

a) Sistemas de informação da UPC

Quadro 27 - Sistemas de informação da UPC

SISTEMA	FUNÇÃO	CRITICIDADE
CONTROPER	Controle de operações de crédito de fomento (mainframe).	Alta
SGF	Gestão de Fomento (plataforma baixa).	Alta

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

b) Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de TI (PCTI) consiste no conjunto das capacitações necessárias para viabilizar ao pessoal de TI as competências necessárias para execução do PDTI 2016-2019. Tais capacitações foram planejadas para que os funcionários alocados nas unidades de TI adquiram o conhecimento necessário para suportar tecnicamente os produtos e serviços oferecidos pelo Banco. Os treinamentos concluídos no ano de 2016 foram:

Treinamento / Evento	Tipo Evento
Análise, modelagem e automação de processos com Bizagi	Treinamento Interno
Engenharia de Requisitos	Treinamento Interno
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) com Alfresco	Treinamento Interno
Indicadores e Métricas de Desempenho em TI	Treinamento Interno
Pentaho - Banco de Dados	Treinamento Interno
TOGAF Foundation 9.1	Treinamento Interno
TSHOOT - Troubleshooting and Maintaining Cisco IP Networks	Treinamento Interno
GPWEB	Treinamento Interno
Treinamento Oficial de Zabbix in company	Treinamento Interno
Mercado Financeiro: Produtos e Serviços	Treinamento Interno
VMware vCenter Site Recovery Manager: Install, Configure, Manage [V5.1]	Treinamento Interno
VMware vSphere: Install, Configure, Manage [V5.5]	Treinamento Interno
Evento Gartner – Data Center	Evento Externo
Evento Gartner – Segurança e Riscos	Evento Externo
Evento Gartner – Simpósio CIO	Evento Externo
CIAB - Congresso de Tecnologia da Informação para Instituições Financeiras	Evento Externo
AIM Banking Brazil 2016	Evento Externo
Evento USTDA – Vale do Silício – São Francisco - Califórnia	Evento Externo

c) Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Quadro 28 - Força de trabalho de pessoal de TI

a. quantitativo aprovado como força de trabalho em TI.	194
b. quantitativo necessário (ideal) como força de trabalho em TI.	244
c. quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI.	177
d. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.	130
e. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos de outras carreiras (não TI) da própria instituição.	49
f. quantitativo de servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.	0
g. quantitativo de servidores/empregados públicos não efetivos em cargos de livre nomeação.	0
h. quantitativo de estagiários lotados na área de TI.	6
i. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviços continuados com cessão de mão de obra).	26
j. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.	0
k. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.	23
l. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na instituição.	0

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

d) Processos de gerenciamento de serviços TI, relacionados com crédito de fomento, implementados na Unidade e em alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI

O Banco possui atualmente 20 processos (chamados internamente de Norma de Procedimento) de TI publicados em seu Sistema Corporativo de Normativos. Tais processos buscam padronizar as atividades da empresa relacionadas à tecnologia da informação, buscando qualidade e excelência nos serviços entregues pela TI, independente de quem os execute. Abaixo a lista dos processos publicados na Intranet do Banco:

- NP 020 - Homologação de Produtos e Serviços de TI
- NP 021 - Gestão de Acesso ao Ambiente Corporativo
- NP 023 - Administração de Dados
- NP 024 - Gestão de Integração de Dados, Sistemas e Serviços de TI
- NP 025 - Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação
- NP 026 - Administração de Banco de Dados
- NP 029 - Arquitetura de Sistemas
- NP 032 - Gestão de Política de Backup
- NP 036 - Gerenciar Serviços Terceirizados de TI
- NP 037 - Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI
- NP 038 - Gerenciar Mudanças e Liberações

- NP 039 - Gerenciar Central de Serviços e os Incidentes
- NP 040 - Gerenciar a Configuração
- NP 041 - Gerenciar Problemas
- NP 042 - Gerenciar Portfólio e Projetos de TI
- NP 044 - Gestão de Operações de TI
- NP 045 - Definir um plano estratégico de TI
- NP 046 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço
- NP 047 - Gerenciar o Desempenho e a Capacidade
- NP 048 - Gerenciar Eventos e Monitoramento de Infraestrutura de TI

Além dos processos já publicados, no ano de 2016 foram iniciadas diversas frentes para de revisão e elaboração de Normas e Procedimentos, conforme abaixo:

Elaboração de Novas NPs (ainda em elaboração ou pendente de publicação):

- NP 028 - Processo de Software;
- NP 031 - Gerenciar o Portfólio de TI;
- NP 049 - Gerenciar o Orçamento de TI.

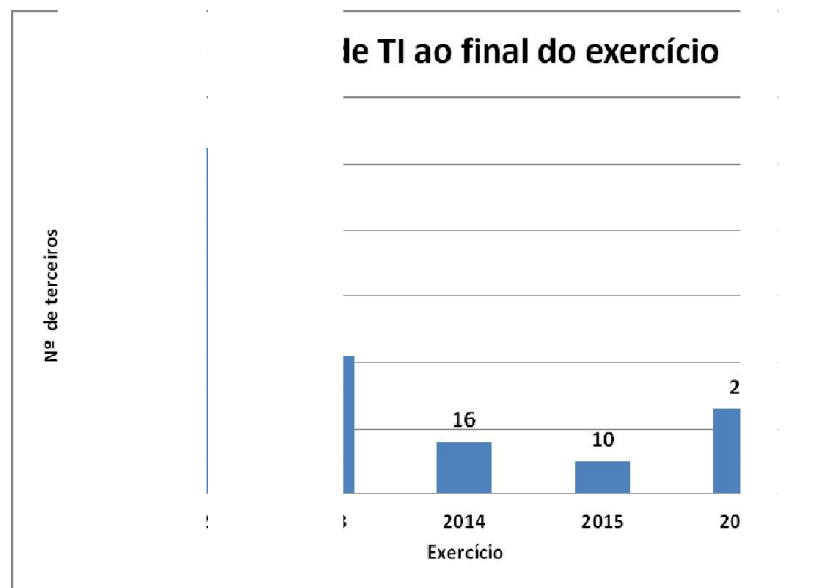
Revisão de NP's Já publicadas:

- NP 037 - Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI;
- NP 038 - Gerenciar Mudanças e Liberações;
- NP 039 - Gerenciar Central de Serviços e os Incidentes;
- NP 029 - Arquitetura de Sistemas;
- NP 042 - Gerenciar Portfólio e Projetos de TI
- NP 047 - Gerenciar o Desempenho e a Capacidade

e) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Unidade

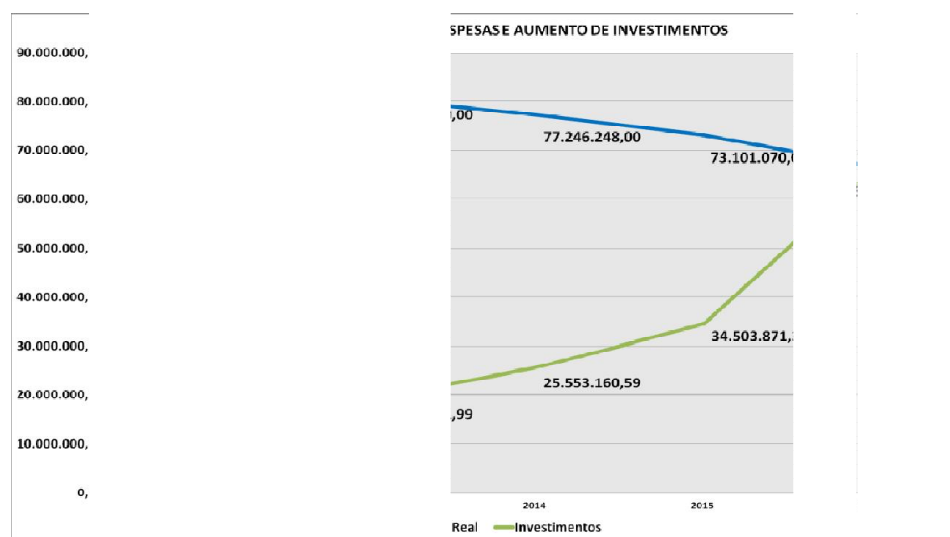
Atualmente o Banco da Amazônia não possui dependência de terceiros para sustentar seus processos críticos de negócio. Desde 2012 o Banco vem reduzindo o nível de terceirização, mantendo-os em patamares aceitáveis. No ano de 2016 a área de TI encerrou o ano com 26 prestadores de serviço terceirizados (realizando serviços continuados com cessão de mão de obra), cujo as atividades se concentraram principalmente em serviços de 1º nível como monitoramento TI e suporte na Central de Serviços de TI, não oferecendo riscos de dependência tecnológica. Abaixo gráfico 2, comparativo de prestadores de serviços terceirizados ao final de cada exercício.

Gráfico 2 – Demonstrativo de terceirizados ao final do exercício



Fonte: Banco da Amazônia - Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

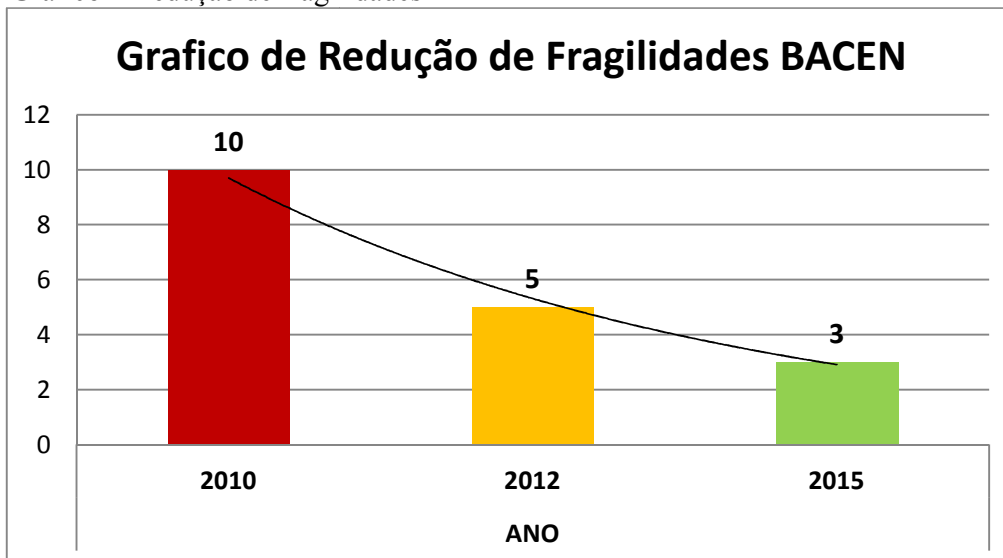
Gráfico 3 – Evolução da redução de despesas e do aumento de investimentos



Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Outro fato que merece destaque é a redução de fragilidades apontadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN na área de tecnologia, saindo de um quadro de 10 fragilidades em 2010, consideradas gravíssimas, para 3 (três) deficiências de controle em 2015 conforme gráfico 4, abaixo:

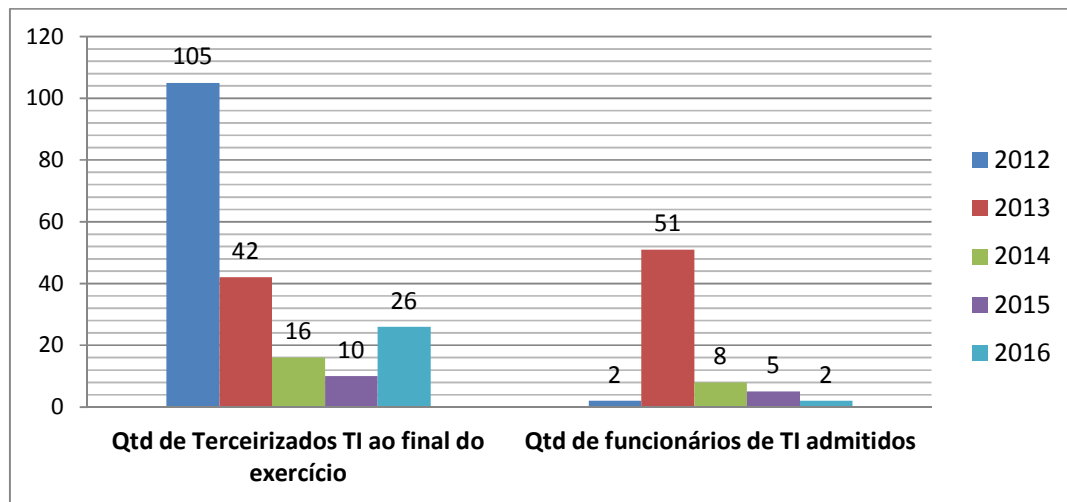
Gráfico 4 Redução de fragilidades



Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

- Redução do quadro de terceirizados e o aumento do quadro de empregados de TI admitidos através de concurso público pode ser visualizados através do gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5 - Comparativo quadro TI



Fonte: Banco da Amazônia S/A – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O Banco dispõe em sua estrutura organizacional de uma Ouvidoria com a atribuição de assegurar observância das normas legais e regulamentares, e de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Em relação às operações de crédito, a Ouvidoria do Banco recebeu, em 2016, um total de 29 manifestações, sendo 25 reclamações, 02 denúncias e 02 solicitações.

O total de manifestações no exercício de 2016 foi 3,57% superior ao registrado no exercício de 2015, que foi em número de 28, sendo 21 reclamações, 05 denúncias e 02 solicitações.

Os números se encontram expressos no quadro 25, abaixo:

Quadro 29 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016	2015/2016 Δ%
Reclamação	21	25	19,05
Denúncia	5	2	-60,00
Solicitação	2	2	0,00
TOTAL	28	29	3,57

Fonte: Banco da Amazônia - Ouvidoria

6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações sobre os financiamentos concedidos com os recursos do FNO são publicadas no portal desta UJ na Internet, para amplo conhecimento da sociedade e transparência da gestão do Fundo.

As informações da gestão do Fundo são disponibilizadas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/relatorio-gestao>

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Esse item demonstra os resultados obtidos por esta UPC na condução de sua gestão financeira, com informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros.

Assim, ao final de 2016, no ativo do Balanço Patrimonial, foram registradas disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 3.089,5 milhões, havendo incremento de 105,5% em comparação às verificadas ao término do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.503,6 milhões.

Quanto ao Patrimônio Líquido do FNO, este totalizou R\$ 23.277,0 milhões, representando incremento de 11,8% ao registrado no mesmo período de 2015, no valor de R\$ 20.824,9 milhões.

O ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, atingiu R\$ 6.989,1 milhões, havendo incremento de 41,4% em relação ao valor registrado no exercício de 2015, de R\$ 4.942,1 milhões.

7.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

7.3 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.4 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/1964 e 6.404/1976)

As demonstrações contábeis e Notas Explicativas do FNO, exigidas pela Lei nº 4.320/64, encontram-se pormenorizadas no Apêndice deste Relatório.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não foi internalizado na Secretaria Executiva de Auditoria Interna-SEAUD, em 2016, Acórdão do TCU para o Órgão/Entidade Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO que contivesse Determinações e/ou Recomendações.

A instância de “acompanhamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU” é a Secretaria Executiva de Auditoria Interna-SEAUD, que recebe as demandas e as encaminha aos setores responsáveis, por e-mail ou outro documento para as devidas providências. Com base no conteúdo das respostas, a Auditoria Interna classifica o atendimento das determinações/recomendações, de modo a decidir pela continuidade do envio de cobranças às áreas responsáveis. Contudo, o monitoramento da determinação somente é encerrado após a emissão de acórdão pelo TCU considerando a determinação/recomendação atendida. As formas de acompanhamento são por meio de planilhas eletrônicas (Excel).

Em atendimento à instrução normativa CGU 24 de 17 de novembro de 2015, a Auditoria Interna elabora o Relatório Gerencial Mensal contendo a situação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O acompanhamento das recomendações dos Órgãos de Controle é realizado pela Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Coordenadoria de Auditoria Contábil e Tributária).

Para acompanhamento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, a Coordenadoria utiliza como ferramentas de controle o sistema corporativo – EXTRANET-CGU, além de planilhas eletrônicas (Excel). O referido sistema denominado MONITOR centraliza o monitoramento das recomendações emitidas pela Secretaria Federal de Controle Interno com os gestores, possibilitando um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e o Banco, além de acesso aos processos em tempo real. Dessa forma com o Sistema Monitor as recomendações feitas pela CGU ao Banco da Amazônia passaram a ser acompanhadas online.

No exercício 2016 foram monitoradas pelo Banco três (3) recomendações oriundas de exercícios anteriores, haja vista que nesse exercício nenhuma nova recomendação referente ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO fora internalizada nesta Instituição.

Das três recomendações em monitoramento, a CGU prorrogou o prazo de atendimento para uma e considerou duas atendidas. Abaixo um resumo das recomendações em monitoramento durante o exercício de 2016:

Relatório de Auditoria 201109666:

Constatação 6:

Irregularidades na aprovação de financiamento, com recursos do FNO, no valor de R\$ 6.075.801,27.

Recomendação 62715:

Reveja os procedimentos relacionados à apuração do Risco de Crédito, certificando-se que o sistema utilizado pelo Banco reflete a realidade dos fatos na análise.

Situação: Prazo de atendimento prorrogado.

Constatação 14:

Baixo nível de execução das fiscalizações planejadas nos empreendimentos financiados com recursos do FNO.

Recomendação 36195:

Realize um planejamento adequado das fiscalizações nos projetos financiados com recursos do FNO, de modo a otimizar os recursos humanos disponíveis.

Situação: Considerada atendida pela CGU, em 18/05/2017.

Relatório de Auditoria 141655

Constatação 1.2.2.1:

Ausência de indicadores de eficiência para medir a gestão do FNO.

Recomendação 141655:

Providenciar a instituição de indicadores para medir a eficiência na atuação do Banco operador na aplicação dos recursos do fundo.

Situação: Considerada atendida pela CGU, em 24/04/2017.

Assim, do total de três (3) recomendações em monitoramento, restou apenas uma recomendação pendente de atendimento traduzindo o resultado do tratamento adequado, dispensado pelo Banco às recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno.

Importante registrar que referidas recomendações monitoradas no exercício provocaram impacto positivo na gestão da unidade, conforme abaixo:

Recomendação 62715 - RA 201109666

Descrição da Recomendação

Rever os procedimentos relacionados à apuração do Risco de Crédito, certificando-se que o sistema utilizado pelo Banco reflete a realidade dos fatos na análise.

A recomendação acima possibilitou ao Banco através da Gerência de Planejamento Política e Normas de Crédito – GEPEC retomar o processo de reconstrução de modelos para avaliar o risco de crédito de empresas. O Modelo dedicado às micro, pequenas e médias empresas do setor comercial (MPME Comercial) teve seu desenvolvimento finalizado e o modelo PJ Industrial (Micro, Pequenas e Médias empresas) está em fase final de construção com a realização dos testes de desempenho do modelo.

As manifestações do Banco sobre a citada recomendação encontram-se registradas no sistema corporativo Extranet-CGU, com status de “prorrogada”.

Recomendação 36195 - RA RA 201109666

Descrição da Recomendação

Realize um planejamento adequado das fiscalizações nos projetos financiados com recursos do FNO, de modo a otimizar os recursos humanos disponíveis

A recomendação possibilitou ao Banco, através da Gerência de Acompanhamento de Crédito Comercial e de Fomento - GEAFO, na busca pela otimização do processo, efetuar o monitoramento mensal junto às Superintendências, que, por sua vez, monitoram as agências com a finalidade de cumprir 100% da meta das fiscalizações programadas. O processo de gerenciamento de programação, acompanhamento e fiscalizações obrigatórias fica disponibilizado no servidor, tendo acompanhamento periódico tanto pela Matriz, quanto pelas Superintendências. Foi desenvolvido indicadores quanto ao cumprimento das fiscalizações obrigatórias, incluídas no Acordo de Trabalho do Sistema de Avaliação de Resultado e Desempenho (SISARD), tanto para as Agências, quanto para as Superintendências e também para a matriz. Com isso a CGU considerou a recomendação atendida.

Recomendação 141655 - RA 201407551

Descrição da Recomendação

Providenciar a instituição de indicadores para medir a eficiência na atuação do Banco operador na aplicação dos recursos do fundo.

A recomendação acima possibilitou o Banco através da Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG, incorporar no Relatório de Atividades do FNO os seguintes indicadores institucionais para medir a eficiência operacional do fundo. a) Índice de Retorno do Patrimônio Líquido do FNO (IRPL); b) Margem Financeira Sobre o Patrimônio Líquido do FNO (MFPL); c) Evolução da Inadimplência do FNO (EINAD); d) Destinação dos Recursos por Porte do Beneficiário (DRPB); e) Volume de Crédito Contratado (VCC); f) Volume de Crédito Liberado (VCL); g) Índice de Qualidade da Carteira (IQC); h) Percentual de Retrabalho na Análise das Operações (PRET); e i) Custo de Análise dos Projetos (CAP). Com a implementação dos indicadores a CGU, considerou a recomendação atendida.

9. CONTEUDO ESPECÍFICO

9.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

As informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos e da inadimplência constam do conteúdo do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do FNO – Exercício 2016, cuja cópia integral se encontra juntada no Anexo 1.

O Rol de Responsáveis, bem como as Declarações de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993, quanto à entrega das declarações de bens e rendas dos gestores da UJ, se encontram juntadas nos Anexos 2 e 3, respectivamente.



Governo da República Federativa do Brasil



**Ministério da
Integração Nacional**

**Ministério da
Fazenda**



FNO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016

**Belém
2017**

Diretoria Executiva

Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor de Análise e Reestruturação

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor de Controle e Risco

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor Comercial e de Distribuição

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor de Gestão de Recursos

Valdecir José de Souza Tose
Diretor de Infraestrutura do Negócio

Estrutura

Perspectivas:

- Aspectos Gerais
- PNDR
- Sustentabilidade do Fundo

Base Normativa:

- Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)
- Diretrizes e Orientações Gerais (Ministério da Integração Nacional)
- Diretrizes e Prioridades (CONDEL/SUDAM)
- Programação Anual (Banco da Amazônia)

Período do Relatório:

Exercício de 2016

Data Limite para Apresentação do Relatório ao MI e ao CONDEL/SUDAM:

31/3/2017

Responsável pelo Relatório:

Oduval Lobato Neto

Telefone:

(91) 4008-3512 / (91) 98814-1622

Sumário

Perspectiva: Aspectos Gerais.....	5
<i>Introdução</i>	<i>5</i>
1 Apresentação	5
2. Programação Orçamentária.....	7
2.1 Recursos Previstos para Aplicação	7
2.2 Orçamento por Unidade Federativa	7
2.3 Orçamento por Setor Produtivo e Unidade Federativa	8
3. Execução Orçamentária.....	9
Perspectiva PNDR	10
4 <i>Análise das Contratações</i>	<i>10</i>
4.1 Contratações por Unidade Federativa.....	10
4.2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR	10
4.3 Contratações por Área Prioritária da PNDR.....	11
4.4 Contratações por Programa de Financiamento.....	11
4.5 Contratações por Setor Produtivo.....	12
4.6 Contratações por Finalidade do Crédito	13
4.7 Contratações por Linha de Financiamento.....	13
4.8 Contratações por Porte do Beneficiário	13
4.9 Contratações por Pessoa Física e Pessoa Jurídica	14
4.10 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar	14
4.11 Contratações por Faixa de Valores	15
4.12 Contratações por Outras Instituições Financeiras.....	15
4.13 Contratações pela Primeira Vez	15
4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	16
4.15 Ticket Médio das Contratações.....	16
Perspectiva: Sustentabilidade do Fundo.....	17
5 <i>Demais informações sobre as contratações</i>	<i>17</i>
5.1 Contratações em Atendimento às Diretrizes e Prioridades Estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM	17
6 <i>Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia</i>	<i>20</i>
6.1 Formação de Alianças Institucionais	20
6.2 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR	20
6.3 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte.....	20
6.4 Extensão do Crédito para Novos Clientes	22
7 <i>Impactos Macroeconômicos do FNO</i>	<i>22</i>
7.1 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos	22
7.2 Análise dos Impactos Macroeconômicos	23
8 <i>Perfil da Carteira de Crédito</i>	<i>24</i>
8.1 Composição das Propostas em Carteira.....	24
8.2 Índices de Inadimplência.....	24
8.3 Composição da Conta de Provisão	25
8.4 Renegociação de Dívidas.....	26
9 <i>Demonstração do Resultado</i>	<i>26</i>
9.1 Demonstração do Fluxo de Caixa	26
9.2 Demonstração das Receitas e Despesas	27
9.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	28
10 <i>Plano de Providência sobre as Recomendações do MI.....</i>	<i>28</i>
11 <i>Avaliação do FNO</i>	<i>29</i>
11.1 Avaliação do Desempenho Acumulado.....	29
11.2 Avaliação pelos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência	29

Apêndice A Tabelas	32
Apêndice B – Plano de Providências	52
Apêndice C – Demonstrações Contábeis.....	55

Perspectiva: Aspectos Gerais

1 Introdução

1 Apresentação

O Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no Exercício de 2016**. Este Relatório foi elaborado conforme a legislação vigente e as orientações e recomendações do Ministério da Integração Nacional.

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001, cabendo-lhe a parcela de 20% do valor destinado para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e integrado da Região Norte mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços.

No exercício de 2016 foram contratadas 19.691 operações de crédito, no valor total de R\$ 2.333,9 milhões. O setor rural contratou R\$ 1.714,4 milhões (73,5% das contratações) e os demais setores R\$ 619,5 milhões (26,5%), com a priorização dos segmentos produtivos de menor porte, os quais absorveram 99,1% do total das operações de crédito contratadas no período (19.511 operações).

Atenção especial foi dispensada aos municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, que são comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Essas localidades demandaram 80,5% do total contratado no exercício de 2016 (R\$ 1.879,1 milhões) e 89,8% das operações de crédito contratadas (17.673 operações).

A ação creditícia do FNO confirma a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo para a obtenção de significativos benefícios como o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, a criação de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, a mitigação da pobreza, a inclusão social, a diminuição do êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar e das micro e pequenas empresas, a expansão do turismo e do agronegócio e a elevação da arrecadação fiscal dos estados.

Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente do Banco da Amazônia

2. Programação Orçamentária

2.1 Recursos Previstos para Aplicação

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para aplicação no exercício de 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões, com a previsão de reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões, conforme quadro 1.

**Quadro 1 Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação
Exercício de 2016**

Discriminação	R\$ Milhões
Origem de Recursos (A)	6.376,8
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0
Transferências da União	1.608,6
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7
Remuneração das Disponibilidades	179,3
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0
Aplicação de Recursos (B)	2.996,8
Taxa de Administração	321,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2
Bônus de Adimplência	156,3
Despesa com Del Credere	608,3
Rebates	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5
Disponibilidade (C=A-B)	3.380,0

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

2.2 Orçamento por Unidade Federativa

Com base na disponibilidade prevista para contratação do FNO em 2016 e expectativa de investimento de cada Unidade Federativa da Região Norte, em conformidade com seus planos plurianuais, foi configurada a matriz espacial da distribuição dos recursos com o propósito de dinamizar a economia regional e maximizar os resultados das contratações, conforme quadro 2.

**Quadro 2 Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	R\$ Milhões	Participação %
Acre	236,6	7,0
Amapá	169,0	5,0
Amazonas	642,2	19,0
Pará	1.014,0	30,0
Rondônia	574,6	17,0
Roraima	169,0	5,0
Tocantins	574,6	17,0
Total	3.380,0	100,0

2.3 Orçamento por Setor Produtivo e Unidade Federativa

Para o exercício de 2016, o valor do FNO orçado para o financiamento dos empreendimentos do setor rural corresponde a R\$ 2.380,0 milhões (70,4% do total previsto) e dos demais setores R\$ 1.000,0 milhão (29,6%), conforme quadro 3.

**Quadro 3 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor Produtivo e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Setor Rural R\$ Milhões	Demais Setores R\$ Milhões	Todos os Setores R\$ Milhões	Participação %
Acre	144,1	92,5	236,6	7,0
Amapá	66,0	103,0	169,0	5,0
Amazonas	289,3	352,9	642,2	19,0
Pará	782,3	231,7	1.014,0	30,0
Rondônia	520,9	53,7	574,6	17,0
Roraima	78,6	90,4	169,0	5,0
Tocantins	498,8	75,8	574,6	17,0
TOTAL	2.380,0	1.000,0	3.380,0	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

3. Execução Orçamentária

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para o exercício de 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões, sendo R\$ 6.376,8 milhões em reembolsos e R\$ 2.996,8 milhões em desembolsos. Ao final do exercício de 2016, o total de reembolsos foi de R\$ 7.542,4 milhões (superior 18,3% da meta) e os desembolsos R\$ 4.453,0 milhões (48,6% acima da meta), conforme quadro 4.

Quadro 4 Execução Orçamentária do FNO Exercício de 2016

Discriminação	Previsão Exercício de 2016 R\$ Milhões (A)	Realizado Exercício de 2016 R\$ Milhões (B)	% (B/A)
Origem de Recursos (A)	6.376,8	7.542,4	118,3
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	1.503,6	102,5
Transferências da União	1.608,6	2.438,8	151,6
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	3.120,0	111,1
Remuneração das Disponibilidades	179,3	268,3	149,6
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	186,8	96,2
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	24,9	20,8
Aplicação de Recursos (B)	2.996,8	4.453,0	148,6
Taxa de Administração	321,7	416,2	129,4
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,2	100,0
Bônus de Adimplência	156,3	167,3	107,0
Despesa com Del Credere	608,3	567,2	0,0
Rebates	-	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	95,9	48,0
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	3.154,1	185,5
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	52,1	496,2

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016 / GECON

Perspectiva PNDR

4 Análise das Contratações

4.1 Contratações por Unidade Federativa

No exercício de 2016 foram contratadas pelo FNO 19.691 operações de crédito, no valor de R\$ 2.333,9 milhões (69,1% do total orçado para o exercício, correspondente a R\$ 3.380,0). A demanda pelas Unidades Federativas é influenciada, entre outros fatores, pela dinâmica da economia local, melhor organização da produção, disponibilização de infraestrutura logística mais eficiente e melhores oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis. As contratações mais expressivas foram dos estados de Rondônia, com R\$ 692,0 milhões (29,7% do total contratado); Pará, com R\$ 642,9 milhões (27,5%); e Tocantins, com R\$ 563,5 milhões (24,1%), conforme Apêndice A – tabela 1.

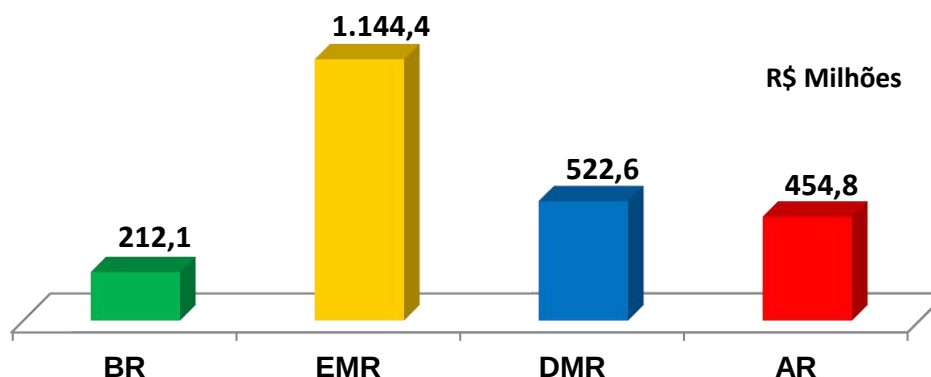
Destaque para as contratações no Estado de Roraima (R\$ 70,6 milhões), superior 127,0% em relação às contratações no exercício de 2015 (R\$ 31,1 milhões). Este resultado foi possível graças às ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia no Estado, a exemplo da otimização no processo de análise, possibilitando a contratação de R\$ 19,6 milhões para implantação de um grande frigorífico na Cidade de Boa Vista. A produção de carne pelo frigorífico destina-se ao consumo dos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia e exportação para a Venezuela. Houve também a contratação de R\$ 11,4 milhões destinados à avicultura, piscicultura, compra de matrizes bovinas e reprodutores e aquisição de maquinário para implementação e desenvolvimento da fruticultura no Estado.

4.2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR

Os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), dinâmicos de menor renda (DMR) e estagnados de média renda (EMR), os quais são prioritários nos financiamentos do FNO, contrataram no exercício de 2016 o valor de R\$ 1.879,1 milhões (80,5% do total contratado) mediante a contratação de 17.673 operações de crédito (89,8% das operações contratadas), conforme gráfico 1 e Apêndice A – tabela 2.

**Gráfico 1 Contratações do FNO por Município Conforme Tipologia da PNDR
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.3 Contratações por Área Prioritária da PNDR

Os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FNO (municípios localizados nas mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, da Chapada das Mangabeiras, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e do Xingu, bem como os municípios que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte) receberam atenção especial do Banco da Amazônia nas contratações do FNO realizadas no exercício de 2016. Os municípios localizados nas mesorregiões diferenciadas contrataram o valor de R\$ 425,8 milhões (superior 17,7% da meta prevista para o exercício, no valor de R\$ 361,8 milhões), sendo contratadas 2.874 operações de crédito. Os municípios da Faixa de Fronteira contrataram R\$ 667,3 milhões (75,6% da meta para o exercício, no valor de R\$ 882,9 milhões), com a contratação de 5.404 operações, conforme Apêndice A – tabelas 3 e 4.

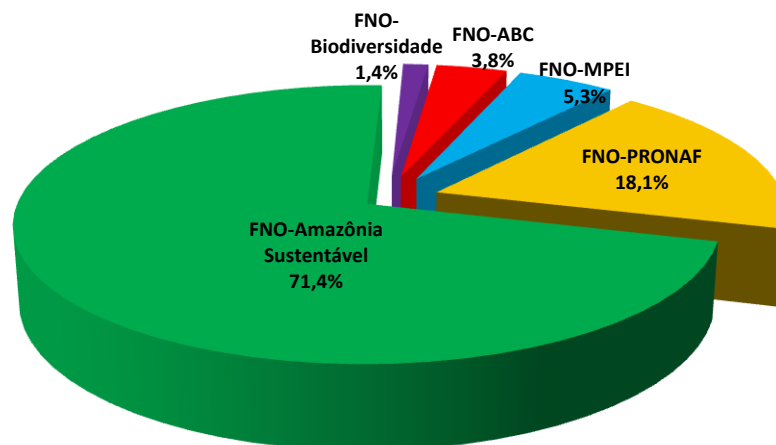
4.4 Contratações por Programa de Financiamento

O Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, foi o que apresentou o melhor desempenho nas contratações realizadas no exercício de 2016, com a demanda de R\$ 1.665,9 milhões (71,4% do total contratado), seguido pelo Programa FNO-PRONAF, com a contratação de R\$ 423,6 milhões (18,1%). Os programas FNO-Biodiversidade, FNO-ABC e FNO-MPEI absorveram juntos 10,5% das contratações realizadas, correspondente a R\$ 244,4 milhões, conforme gráfico 2 e Apêndice A – tabela 5.

O Estado do Pará foi o que mais demandou recursos nos programas FNO-PRONAF, FNO-Biodiversidade e FNO-MPEI, enquanto que Rondônia se destacou na contratação dos Programas FNO-Amazônia Sustentável e FNO-ABC.

**Gráfico 2 Participação dos Programas de Financiamento nas Contratações do FNO
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



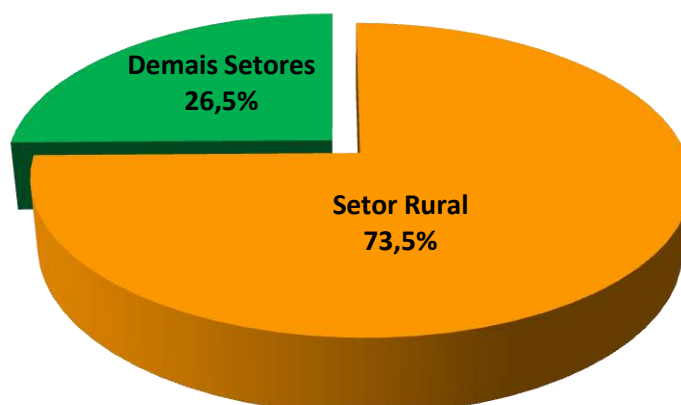
4.5 Contratações por Setor Produtivo

No exercício de 2016 foram contratadas 19.691 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 2.333,9 milhões. Os empreendimentos rurais demandaram 16.145 operações (82,0% das operações contratadas), no valor de R\$ 1.714,4 milhões (73,5% do total contratado). Os empreendimentos dos demais setores contrataram 3.546 operações (18,0%), no valor de R\$ 619,5 milhões (26,5%), conforme gráfico 3 e Apêndice A – tabela 6.

No setor rural, os estados que mais contrataram recursos foram Rondônia (R\$ 549,7 milhões), Tocantins (R\$ 502,2 milhões) e Pará (R\$ 478,9 milhões). Nos demais setores, as maiores demandas foram dos estados do Pará (R\$ 164,1 milhões), Rondônia (R\$ 142,3 milhões) e Amazonas (R\$ 125,9 milhões).

**Gráfico 3 Participação dos Setores Produtivos nas Contratações do FNO
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.6 Contratações por Finalidade do Crédito

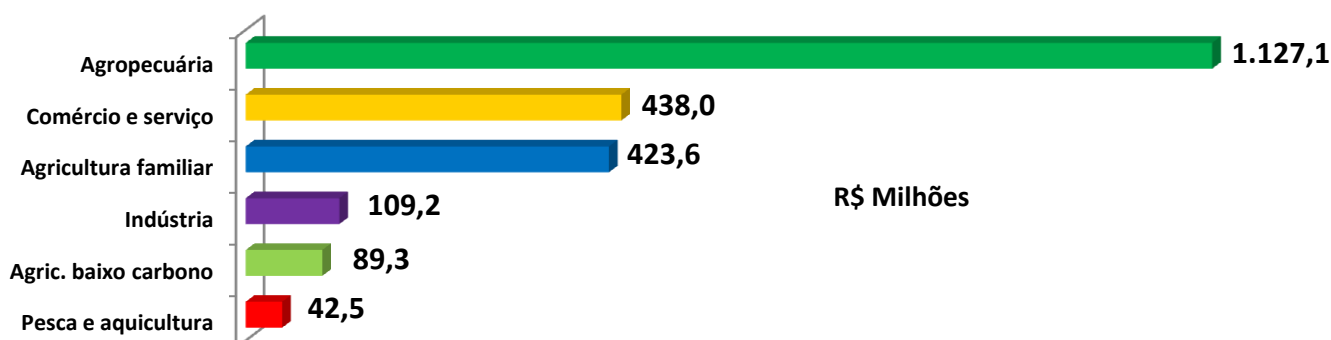
Considerando as contratações do FNO por finalidade do crédito, R\$ 1.455,2 milhões foram destinados para investimento (62,4% do total contratado), em 15.313 operações de crédito (77,8% das operações contratadas); R\$ 292,1 milhões para capital de giro associado ao investimento e aquisição de matéria-prima/insumos e aquisição de bens para formação de estoques (12,5%), em 2.896 operações (14,7%); e R\$ 586,6 milhões para custeio (25,1%), em 1.482 operações (7,5%), conforme Apêndice A – tabela 7.

4.7 Contratações por Linha de Financiamento

As linhas de financiamento que mais demandaram recursos do FNO no exercício de 2016 foram agropecuária, com R\$ 1.127,1 milhões (48,3% do total contratado); comércio e serviço, com R\$ 438,0 milhões (18,8%); e agricultura familiar, com R\$ 423,6 milhões (18,1%). Essas linhas de financiamento absorveram 85,2% das contratações realizadas, conforme gráfico 4 e Apêndice A – tabela 8.

Gráfico 4 Contratações do FNO por Linha de Financiamento
Exercício de 2016

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

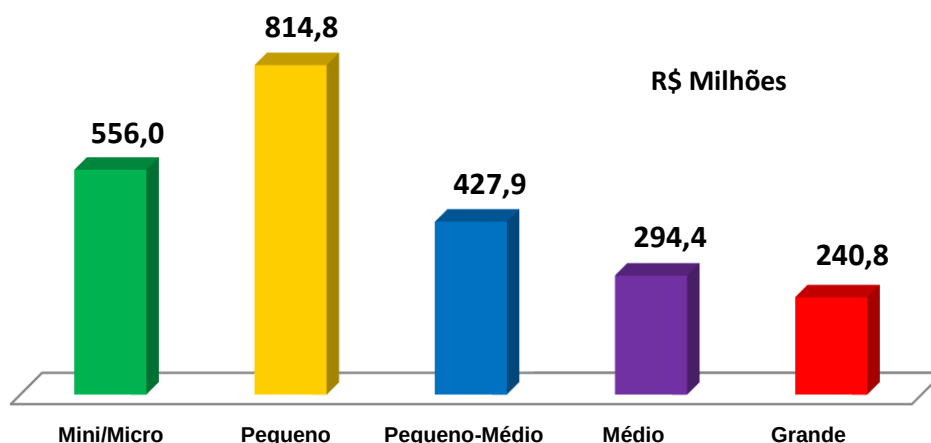


4.8 Contratações por Porte do Beneficiário

No exercício de 2016 os segmentos produtivos de menor porte contrataram recursos do FNO no valor de R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado), mediante a contratação de 19.511 operações de crédito (99,1% das operações contratadas). O resultado obtido no volume total de recursos contratados para os beneficiários de menor porte é maior 26,1% em relação ao limite de 51,0% estabelecido para esse público. Os empreendedores mini/micro e pequeno, juntos, contrataram R\$ 1.370,8 milhões (76,2%) e o restante (23,8%) foram destinados aos empreendimentos de pequeno-médio porte. Relativamente ao número de operações, os empreendimentos de mini/micro empreendedores foram os que apresentaram o maior número de operações contratadas (16.281 operações) e os empreendimentos de pequeno porte foram os que mais contrataram recursos (R\$ 814,8 milhões), conforme gráfico 5 e Apêndice A – tabela 9.

**Gráfico 5 Contratações do FNO por Porte do Beneficiário
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.9 Contratações por Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Do valor total contratado pelo FNO no exercício de 2016, os empreendimentos de pessoa física contrataram R\$ 1.634,5 milhões (70,0% do total contratado) e os de pessoa jurídica R\$ 699,4 milhões (30,0%). O Estado de Rondônia foi o que mais contratou recursos por pessoa física (R\$ 542,3 milhões) e o Estado do Pará por pessoa jurídica (R\$ 185,3 milhões), conforme Apêndice A – tabela 10.

4.10 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar

No exercício de 2016 o Banco da Amazônia financiou, em apoio à agricultura familiar, 14.432 operações de crédito do FNO (73,3% das operações contratadas), no valor de R\$ 423,6 milhões (18,1% do total contratado), proporcionando a geração de aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

O Estado que apresentou o melhor desempenho foi Roraima, ultrapassando em 212,9% a meta de contratação prevista. Em termos de linhas de financiamento, o destaque foi o PRONAF Mais Alimentos Familiar, que contratou 4.525 operações, no valor de R\$ 299,9 milhões (70,8% das contratações realizadas pelo Programa FNO-PRONAF), conforme Apêndice A – tabelas 11 e 12.

Importante registrar que das últimas cinco edições do Plano Safra do Governo Federal, em quatro delas, o apoio financeiro do Banco da Amazônia ultrapassou as metas estabelecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que no período 2015/2016 foi atingido 78,4% da meta. No atual Plano Safra 2016/2017, o Banco da Amazônia financiou, de julho a dezembro de 2016, R\$ 180,0 milhões (37,5% da meta prevista, no valor de R\$ 480,0 milhões), conforme quadro 5.

Quadro 5 Apoio do Banco da Amazônia ao Plano Safra

Plano Safra	Meta R\$ Milhões	Realizado R\$ Milhões	Índice de Consecução %
2011/2012	500,0	552,0	110,4
2012/2013	550,0	823,0	149,6
2013/2014	600,0	697,0	116,2
2014/2015	700,0	736,0	105,1
2015/2016	700,0	548,7	78,4
2016/2017	480,0	180,0 (*)	37,5

Fonte: Banco da Amazônia

(*) Período: julho a dezembro de 2016

4.11 Contratações por Faixa de Valores

Tanto no setor rural quanto nos demais setores, a maior demanda por financiamentos do FNO no exercício de 2016, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 mil, com a contratação, no setor rural, de 6.791 operações de crédito (42,1% do total das operações contratadas pelo setor) e, nos demais setores, de 1.168 operações (32,9% das contratações dos demais setores).

Quanto aos valores financiados, a maior demanda ocorreu na faixa entre R\$ 1,0 e R\$ 10,0 milhões, tanto no setor rural quanto nos demais setores, com o financiamento, no setor rural, de R\$ 714,0 milhões (41,7% dos financiamentos do setor) e, nos demais setores, de R\$ 195,1 milhões (31,4% dos financiamentos dos demais setores), conforme Apêndice A – tabela 13.

4.12 Contratações por Outras Instituições Financeiras

O Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei nº 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria nº 616/2003, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Atualmente vem mantendo contato com as seguintes instituições: Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB) e Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). Devido às dificuldades de natureza operacional dessas instituições, ainda não foi possível a realização de repasses de recursos do Fundo.

4.13 Contratações pela Primeira Vez

No exercício de 2016 foram contratadas 8.776 operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO (44,6% das operações contratadas), no valor de R\$ 647,4 milhões (27,7% do total contratado). O Estado do Pará, com R\$ 188,0 milhões (29,0%), e os mini/micro empreendedores, com R\$ 258,0 milhões

(39,9%), foram os que mais contrataram recursos do Fundo pela primeira vez, conforme Apêndice A – tabela 14.

4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Banco da Amazônia contribui com o Governo Federal no apoio ao PAC por meio do financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento dos setores estratégicos da economia regional. No período de 2007, quando ocorreu o lançamento do PAC, até dezembro de 2016, foram financiados pelo FNO 36 projetos, no valor total de R\$ 3.134,5 milhões. No exercício de 2016 não houve contratações no âmbito do PAC.

4.15 Ticket Médio das Contratações

No exercício de 2016 o ticket médio das contratações do FNO (valor contratado dividido pelo número de operações de crédito) foi de R\$ 118,5 milhões, inferior 13,4% em relação ao exercício de 2015, cujo ticket médio das contratações foi de R\$ 136,9 milhões. O ticket médio mais elevado foi do Estado do Tocantins (R\$ 308,3 milhões), seguido pelos estados de Roraima (R\$ 238,5 milhões), Rondônia (R\$ 163,2 milhões) e Amazonas (R\$ 148,9 milhões), conforme quadro 6.

Registra-se que a redução no valor do ticket médio das contratações no exercício de 2016 em comparação a 2015 foi decorrente, fundamentalmente, da conjuntura atual de desaceleração da economia brasileira, via retração dos investimentos, que tem atingido praticamente todos os segmentos econômicos.

Quadro 6 Ticket Médio das Contratações do FNO

UF	Exercício de 2016 R\$ Milhões	Exercício de 2015 R\$ Milhões
Acre	106,0	80,7
Amapá	68,4	82,7
Amazonas	148,9	134,5
Pará	63,3	104,9
Rondônia	163,2	185,0
Roraima	238,5	84,1
Tocantins	308,3	250,2
Total	118,5	136,9

Fonte: Banco da Amazônia

Perspectiva: Sustentabilidade do Fundo

5 Demais informações sobre as contratações

5.1 Contratações em Atendimento às Diretrizes e Prioridades Estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM

No exercício de 2016 as contratações do FNO atenderam a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o período, definidas por meio do Ato nº 27, de 27/10/2015, conforme quadro 7.

Quadro 7 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO Exercício de 2016

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador1		Avaliação ³	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_a = \left(\frac{B}{A}\right) \times 100^2$	%		
1. Diretrizes							
a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte	3.380,00	2.333,9	-	69,1%	I	Balanco do exercicio de 2016.
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda	2.402,50	1.879,1	-	78,2%	I	Balanco do exercicio de 2016
c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais.	Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho	Não há metas para incremento do salário	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R\$ 2,3 bilhão na massa salarial.
		Criação/manutenção de 388.936 novos postos de trabalho	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribuiu para incremento/manutenção de 388.826 postos de trabalho (99,9% da meta do exercício).
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria.	Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa e pesca e aquicultura	1.446,00	954,7	-	66,0%	I	Balanco do exercicio de 2016
e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local.	Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve quantificação para esse indicador.
f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).	Financiamentos para indústria	188,00	109,2	-	58,1%	I	Balanco do exercicio de 2016
g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,00	31,9	-	63,8%	I	Balanco do exercicio de 2016
h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO no projetos/empreendimentos localizados nas áreas de ZEEs concluídos pelos estados, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários.	Financiamentos para projetos de inovação tecnológica	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO.	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO no projetos/empreendimentos no âmbito dos APLs, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria)	1.407,00	1.195,8	-	85,0%	I	Balanco do exercicio de 2016
l) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO no projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais ⁽⁴⁾	1.723,80	1.370,8	-	79,5%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Prioridades Setoriais							
a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	Financiamentos para indústria	188,00	109,2	-	58,1%	I	Balanco do exercicio de 2016
b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve demanda.

c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura	27,00	42,5	-	157,4%	III	Balanço do exercício de 2016
d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mais Alimentos e FNO-Pronaf Floresta	Apenas o Pronaf-A tem metas de aplicação; as metas para as demais linhas são agrupadas.	335,9	-	-	-	Balanço do exercício de 2016
e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	2.080,00	1.593,2	-	76,6%	I	Balanço do exercício de 2016
f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)	Financiamentos para os projetos do PAC	Não há meta financeira para este item.	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Financiamentos para os projetos do PAC	Não há meta financeira para este item	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região	80,00	28,2	-	35,2%	I	Balanço do exercício de 2016
i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais	26,00	10,4	-	39,9%	I	Balanço do exercício de 2016
j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos florestais em áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas (operações florestais)	50,00	31,9	-	63,8%	I	Balanço do exercício de 2016
k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	Não há meta financeira para este item	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
n) Projetos de reciclagens e resíduos.	Financiamentos para projetos de reciclagem e resíduos	Não há meta financeira para este item.	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	882,86	667,3	-	75,6%	I	Balanço do exercício de 2016
p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	536,00	480,3	-	89,6%	I	Balanço do exercício de 2016
3. Prioridades Espaciais							
a) Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	882,86	667,3	-	75,6%	I	Balanço do exercício de 2016
b) Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas da Região Norte pela PNDR.	361,82	425,8	-	117,7%	II	Balanço do exercício de 2016
c) Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,50	1.879,1	-	78,2%	I	Balanço do exercício de 2016

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2016 / Sistema SIG-Controper

(1) Meta Atingida

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.

(3) I) Até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) a partir de 95% até 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

(4) A meta corresponde ao mínimo de 51% do orçamento do FNO para 2016, de R\$ 1,72 bilhões para os beneficiários de menor porte.

6 Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia

6.1 Formação de Alianças Institucionais

O processo de desenvolvimento sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia não pode ser conduzido de forma isolada por uma instituição. É indispensável a integração, de forma sinérgica e complementar, das iniciativas dos agentes que atuam em prol do desenvolvimento regional visando potencializar os resultados a serem alcançados, considerando a expertise, a experiência e o conhecimento de cada entidade.

Sob essa perspectiva, o Banco da Amazônia tem construído um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada resultando na formação de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias e de superar os desafios existentes, possibilitando a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre as ações voltadas para o fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo para a aplicação das fontes de recursos financeiros sob gestão do Banco da Amazônia. Anualmente são realizados em todos os estados da Amazônia encontros técnicos de planejamento, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a efetiva participação de seus parceiros institucionais, cuja finalidade é discutir a aplicação eficiente dos recursos financeiros, com vistas a maximizar os benefícios decorrentes dos financiamentos.

Além disso, para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, o Banco da Amazônia, por meio de sua Alta Gestão, vem atuando de forma integrada com os governos estaduais e municipais, firmando com essas esferas de Poder protocolos de intenções visando a implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, especialmente do FNO.

6.2 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR

As mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras e Xingu, bem como os municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte, que são considerados áreas prioritárias pela PNDR para financiamentos do FNO, têm recebido tratamento diferenciado da política de crédito do Banco da Amazônia. No exercício de 2016 foram contratadas nessas áreas 8.278 operações de crédito do Fundo, no valor de R\$ 1.093,1 milhões.

6.3 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos têm priorizado os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. No exercício de 2016 os empreendimentos de menor porte foram beneficiados com a contratação de 19.511

operações de crédito (99,1% das operações contratadas) e R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado).

No âmbito da agricultura familiar, além de auxiliar o Governo Federal na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, o Banco da Amazônia financia, por meio do Programa FNO-PRONAF, atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares na Região Norte. No exercício de 2016 foram financiadas pelo Programa 14.432 operações de crédito, no valor de R\$ 423,6 milhões, gerando aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo. O apoio financeiro do Banco da Amazônia aos agricultores familiares tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento na economia regional, a fixação do produtor no campo, a democratização do crédito, a inclusão social e bancária, a melhoria dos padrões de produção e qualidade de vida no meio rural amazônico, a viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e a geração de ocupações de mão de obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO à agricultura de base familiar destacam-se:

- a. Contribuição na realização do Plano Safra do Governo Federal, com a contratação, nas últimas cinco edições do Plano, do valor de R\$ 3.356,7 milhões. No atual Plano Safra 2016/2017, o Banco da Amazônia financiou, de julho a dezembro de 2016, R\$ 180,0 milhões;
- b. Realização anual de encontros técnicos de planejamento para a aplicação das fontes de recursos financeiros do Banco da Amazônia, em todos os estados da Região, com discussões específicas voltadas para os segmentos mais representativos da economia regional, entre os quais o da agricultura familiar;
- c. Realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes à agricultura familiar;
- d. Organização de fóruns com a participação de mini e pequenos produtores rurais, onde são apresentadas as condições operacionais do Programa FNO-PRONAF;
- e. Agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de 60 dias para apreciação;
- f. Permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- g. Construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF A e A/C;
- h. Criação da rede da agricultura familiar com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento;
- i. Realização de visitas aos assentamentos para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF;

- j. Realização de curso à distância (EAD) sobre agricultura familiar e crédito rural; e
- k. Participação em feiras, exposições, dia de campo e outros eventos promovidos por associações de agricultores familiares e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Outra prioridade na atuação do Banco da Amazônia tem sido o apoio às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais da Região. No exercício de 2016 foram financiados pelo Programa FNO-MPEI 1.437 projetos de incentivo ao desenvolvimento do segmento, com a contratação de R\$ 123,2 milhões. Entre as iniciativas da Instituição em apoio às micro e pequenas empresas regionais destacam-se a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a parceria firmada com o SEBRAE Nacional visando o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais.

6.4 Extensão do Crédito para Novos Clientes

Ao longo de mais de duas décadas de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, 100% dos municípios que integram a base político-institucional da Região Norte já foram contemplados com financiamentos. Esse resultado foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia de levar o crédito às localidades de difícil acesso, sendo fundamental nesse processo de expansão creditícia as parcerias firmadas com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada.

Uma das principais ações para o alcance da cobertura espacial integral dos financiamentos do Fundo é a realização dos seminários do FNO-Itinerante, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a parceria do Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais. No período de 2010 a dezembro de 2016 foram realizados 105 seminários do FNO-Itinerante contemplando municípios de todos os estados da Região Norte, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada. Somente no exercício de 2016 foram realizados 13 seminários resultando na contratação/prospecção de 212 operações de crédito, no valor de R\$ 15,0 milhões.

No exercício de 2016 foram contratadas 8.776 novas operações de crédito com clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO (44,6% do total das operações contratadas), no valor de R\$ 647,4 milhões (27,7% do total contratado), fato que ratifica o compromisso do Banco da Amazônia de combater a pobreza, a exclusão social e as desigualdades intra e inter-regionais.

7 Impactos Macroeconômicos do FNO

7.1 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos

A partir de simulações realizadas com base na metodologia de insumo-produto, cujos resultados foram calculados com o auxílio do *software Amazonsys*, estima-se que os

financiamentos do FNO concedidos no exercício de 2016 apresentam potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção regional, aumentar em R\$ 11.861,6 milhões o PIB da Região Norte, criar 388.827 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, gerar salários no valor de R\$ 2.281,2 milhões e elevar a arrecadação de tributos em R\$ 3.287,2 milhões, conforme quadro 8.

Quadro 8 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos do FNO
Exercício de 2016

Variável	Estimativa de Impacto (R\$ Milhões, exceto Empregos)
Valor Bruto da Produção (VBP)	23.049,5
Produto Interno Bruto (PIB)	11.861,6
Salários	2.281,2
Tributos	3.287,2
Empregos	388.827

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema Amazonsys

7.2 Análise dos Impactos Macroeconômicos

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2016 deverão impactar de forma positiva na economia local, regional e nacional. Prospecta-se que os créditos do Fundo contribuirão para a elevação do produto, da renda, do emprego, dos salários e da arrecadação tributária nas regiões onde se efetivam os empreendimentos financiados, bem como em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, via efeito transbordamento.

No exercício de 2016 foi financiado pelo FNO o valor de R\$ 2.333,9 milhões mediante a contratação de 19.691 operações de crédito. Estima-se que os efeitos multiplicadores dos financiamentos realizados possuem potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção regional e expandir o PIB da Região Norte em R\$ 11.861,6 milhões, além de proporcionar retornos significativos para as contas públicas por meio dos tributos a serem gerados pelos projetos financiados, no valor de R\$ 3.287,2 milhões.

Outro aspecto relevante a ser considerado como efeito dos financiamentos do FNO refere-se à qualidade de vida dos trabalhadores, já que a massa salarial, renda que remunera o fator de produção trabalho, deverá apresentar um crescimento de R\$ 2.281,2 milhões, com a geração de aproximadamente 389 mil novos postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos no campo e nas cidades.

Os impactos macroeconômicos estimados para a ação creditícia do Fundo no exercício de 2016 ratificam a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro propulsor do desenvolvimento regional sustentável, bem como o papel do Banco da Amazônia como agente executor das políticas, planos e programas do Governo Federal para

a Região Amazônica, com reflexos significativos na redução das desigualdades intra e inter-regionais e nos indicadores sociais da Região, a exemplo da melhoria da qualidade de vida da população, a mitigação da pobreza e a inclusão social.

8 Perfil da Carteira de Crédito

8.1 Composição das Propostas em Carteira

Ao final do exercício de 2016, a carteira de crédito do FNO apresentou a seguinte composição: 19.691 propostas apresentadas e contratadas, no valor de R\$ 2.333,9 milhões; 93 propostas aprovadas a contratar, no valor de R\$ 76,9 milhões; 1.292 propostas em análise, no valor de R\$ 1.204,3 milhões; e 39 propostas indeferidas, no valor de R\$ 52,0 milhões. Assim, foram apresentadas ao Banco da Amazônia 21.115 propostas de financiamento do Fundo no exercício de 2016, no valor total de R\$ 3.667,1 milhões, conforme Apêndice A – tabelas 15 a 18.

8.2 Índices de Inadimplência

No encerramento do exercício de 2016, havia 86.997 operações do FNO em situação de atraso, sendo 81.110 operações do setor rural (93,2%) e 5.887 operações dos demais setores (6,8%). O saldo em atraso atingiu R\$ 696,9 milhões, dos quais R\$ 455,1 milhões (65,3%) foram do setor rural e R\$ 241,8 (34,7%) dos demais setores. A inadimplência total atingiu 3,3%.

Os estados que apresentaram os menores níveis de inadimplência foram Rondônia (1,7%) e Acre (2,6%), enquanto os índices mais elevados foram atingidos pelos estados do Pará (4,9%) e Roraima (4,6%). Em termos de porte de empreendedores, a menor inadimplência foi registrada por grande porte (2,0%) e a maior por mini/micro (5,9%).

Considerando a inadimplência por risco de crédito, as contratações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia representaram 85,7% da inadimplência total (R\$ 597,3 milhões) e com risco integral do Fundo 14,3% (R\$ 96,6 milhões), conforme Apêndice A – tabelas 19 a 23.

Registra-se que a inadimplência do FNO verificada no exercício de 2016 foi uma das mais baixas dos últimos sete anos, resultado que demonstra a preocupação do Banco da Amazônia com a qualificação do crédito, conforme quadro 9.

Quadro 9 Inadimplência do FNO

Período	Inadimplência (%)	Variação (%)
Exercício de 2010	5,2	-
Exercício de 2011	5,8	11,5
Exercício de 2012	4,8	- 17,2
Exercício de 2013	4,3	- 10,4
Exercício de 2014	3,9	- 9,3
Exercício de 2015	2,8	- 28,2
Exercício de 2016	3,3	17,9

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

8.3 Composição da Conta de Provisão

Até 31/12/2016 o saldo dos créditos de liquidação duvidosa (principal mais encargos vencidos) totalizou R\$ 466,8 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 233,6 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias, totalizando R\$ 700,4 milhões.

Considerando as operações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa correspondeu a R\$ 408,0 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 195,8 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias.

No que se refere às operações com risco integral do Fundo, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 58,8 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 37,8 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias, conforme quadro 10.

**Quadro 10 Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas pelo FNO
Exercício de 2016**

Natureza da Operação	Tamanho do Atraso	
	Até 180 dias R\$ Milhões	De 181 a 360 dias R\$ Milhões
Com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia	408,0	195,8
Com Risco Integral do FNO	58,8	37,8
Total	466,8	233,6

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Ao final do exercício de 2016, o valor total dos créditos contabilizados como prejuízo alcançou R\$ 299,4 milhões, sendo R\$ 242,6 milhões em operações realizadas com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia e R\$ 56,8 milhões em operações contratadas com risco integral do Fundo, conforme quadro 11.

Quadro 11 Prejuízos Contabilizados pelo FNO - Exercício de 2016

Natureza da Operação	Prejuízos Contabilizados R\$ Milhões
Assumidos em Razão do Risco Compartilhado	242,6
Contabilizados pelo FNO	121,3
Contabilizados pelo Banco da Amazônia	121,3
Assumidos pelo FNO em Razão de Risco Integral	56,8
Total	299,4

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

No exercício de 2016 o Banco da Amazônia realizou a renegociação e recuperação de 743 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 64,4 milhões. Os estados do Pará, com 354 operações (47,7%) e R\$ 33,0 milhões (51,2%), e Tocantins, com 152 operações (20,5%) e R\$ 19,6 milhões (30,4%), foram os que apresentaram o melhor desempenho tanto

em quantidade de operações renegociadas e recuperadas quanto em valores renegociados e recuperados, conforme quadro 12.

Quadro 12 Renegociação e Recuperação do Crédito do FNO - Exercício de 2016

UF	Nº de Operações	%	R\$ Milhões	%
Acre	79	10,6	6,5	10,1
Amapá	7	0,9	0,1	0,2
Amazonas	33	4,4	0,7	1,1
Pará	354	47,7	33,0	51,2
Rondônia	92	12,4	3,4	5,3
Roraima	26	3,5	1,1	1,7
Tocantins	152	20,5	19,6	30,4
Total	743	100,0	64,4	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

8.4 Renegociação de Dívidas

No exercício de 2016 foram realizadas renegociações de dívidas com base nas resoluções nº 4.314 e 4.315, ambas de 27/3/2014, conforme Apêndice A – tabelas 24 e 25.

9 Demonstração do Resultado

9.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

No exercício de 2016 foi contratado o valor de R\$ 2.333,9 milhões com recursos do FNO (69,1% da previsão de contratação para o exercício, no valor de R\$ 3.380,0 milhões). O Estado de Rondônia foi o que apresentou o melhor desempenho (superior 20,4% da previsão), seguido por Tocantins e Acre, respectivamente 98,1% e 72,2% da previsão. Comparativamente com o exercício de 2015 (R\$ 3.964,9 milhões), as contratações realizadas no exercício de 2016 apresentaram uma retração de 41,1%, conforme quadro 13.

Importante registrar que a retração nos financiamentos do Fundo verificada no exercício de 2016 decorreu, fundamentalmente, por força de fatores exógenos à política de crédito do Banco da Amazônia, ou seja, foi diretamente influenciada pela conjuntura econômica nacional.

**Quadro 13 Fluxo de Caixa do FNO
Exercício de 2016**

Discriminação	UF							Total
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	
Previsão Exercício de 2016	236,6	169,0	642,2	1.014,0	574,6	169,0	574,6	3.380,0
Realizado Exercício de 2016	170,8	31,6	162,5	642,9	692,0	70,6	563,5	2.333,9
Índice de Consecução (%)	72,2	18,7	25,3	63,4	120,4	41,8	98,1	69,1
Realizado Exercício de 2015	197,9	69,6	333,9	1.475,5	943,0	31,1	913,9	3.964,9
Comparação entre Exercícios de 2016 e 2015 (%)	-13,7	-54,6	-51,3	-56,4	-26,6	127,0	-38,3	-41,1

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016 / Sistema SIG-Controper

9.2 Demonstração das Receitas e Despesas

No exercício de 2016 as receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, sendo compostas pela disponibilidade ao final de 2015, as transferências da União via Secretaria do Tesouro Nacional, os reembolsos de créditos em 2016, a remuneração das disponibilidades, o retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos e a recuperação de crédito. O valor das despesas correspondeu a R\$ 2.996,8 milhões, contemplando a taxa de administração do Fundo, a despesa com auditoria externa, o bônus de adimplência, a despesa com del credere, os rebates, a remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF, os desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores e a renegociação de créditos baixados, conforme quadro 14.

Quadro 14 Receitas e Despesas do FNO Exercício de 2016

Discriminação	R\$ Milhões	Participação %
Origem de Recursos (Receitas)	6.376,8	100,0
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	23,0
Transferências da União	1.608,6	25,3
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	44,0
Remuneração das Disponibilidades	179,3	2,8
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	3,0
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	1,9
Aplicação de Recursos (Despesas)	2.996,8	100,0
Taxa de Administração	321,7	10,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,0
Bônus de Adimplência	156,3	5,2
Despesa com Del Credere	608,3	20,3
Rebates	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	6,7
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	56,7
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	0,4

Fonte: Banco da Amazônia / GECON

9.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

No encerramento do exercício de 2016, o Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 23.276,98 milhões, incremento de 11,78% ao registrado no final de 2015 (R\$ 20.824,9 milhões). O ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, atingiu R\$ 6.989,1 milhões, crescimento de 41,41% em relação ao valor obtido no exercício de 2015 (R\$ 4.942,1 milhões).

Foi registrado, também, ao final do exercício de 2016, no ativo do Balanço Patrimonial, disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 3.089,5 milhões, aumento de 105,47% em comparação às verificadas ao término de 2015 (R\$ 1.503,6 milhões). As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Apêndice C deste Relatório.

10 Plano de Providência sobre as Recomendações do MI

Em observância às recomendações exaradas no Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI, de 22/7/2015, o Banco da Amazônia adotou as seguintes providências, conforme quadro 15.

**Quadro 15 Cumprimento das Recomendações do Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI
Plano de Providências**

Recomendação	Providência Adotada ou a ser Implementada	Prazo Proposto	Situação Atual
I. Instituir plano para melhoria de gestão da cobrança das operações	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	31/12/2016	Sem alteração
II. Rever o planejamento para incrementar a atuação nos estados do Amapá e Roraima	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	Permanente	Sem alteração
III. Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para atuar em todos os 450 municípios da Região e em todos os setores prioritários	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	31/12/2016	Sem alteração

Fonte: Banco da Amazônia

11 Avaliação do FNO

11.1 Avaliação do Desempenho Acumulado

Ao longo de mais de duas décadas e meia de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, foram contratadas 675.999 operações de crédito, injetando na economia regional R\$ 38.541,1 milhões. Do total das operações contratadas, 635.137 (94,0%) contemplaram empreendimentos do setor rural, sendo a maior parte contratações em apoio à agricultura de base familiar (479.889 operações), evidenciando a preocupação do Banco da Amazônia no sentido de atender prioritariamente os beneficiários de menor porte. Os empreendimentos dos demais setores foram contemplados com 40.862 operações (6,0%).

Em termos de valores financiados, os segmentos produtivos do setor rural absorveram R\$ 19.709,7 milhões (51,1% do total financiado) enquanto os segmentos dos demais setores contrataram R\$ 18.831,4 milhões (48,9% da demanda global). Esses números demonstram que o Banco da Amazônia tem procurado alocar os recursos do FNO de forma equilibrada entre os setores da economia regional, conforme quadro 16.

Quadro 16 Contratações Acumuladas do FNO - Período: 1989 a 2016

Setor Produtivo	Nº de Operações	%	Valor R\$ Milhões	%
Setor Rural	635.137	94,0	19.709,7	51,1
▪ Agricultura Familiar	479.889	75,6	6.337,4	32,2
▪ Demais Segmentos	155.248	24,4	13.372,3	67,8
Demais Setores	40.862	6,0	18.831,4	48,9
Total	675.999	100,0	38.541,1	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Apesar do desempenho satisfatório na gestão dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia tem consciência que ainda há espaço para a expansão dos financiamentos do Fundo, considerando as imensas potencialidades e oportunidades existentes na Região. No entanto, paralelamente existem, também, algumas necessidades, especialmente de natureza infraestrutural, que precisam ser atendidas para que o crédito do FNO não apenas contemple todos os municípios que compõem a base político-institucional da Região Norte, fato que já é uma realidade, mas também, possibilite a redução mais acentuada das desigualdades intra e inter-regionais, do êxodo rural, da pobreza extrema e dos níveis de desemprego, mediante a criação de mais oportunidades de trabalho no campo e nas cidades.

11.2 Avaliação pelos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência

O quadro 17, demonstrado a seguir, apresenta uma síntese de alguns indicadores de eficácia, efetividade e eficiência na aplicação do FNO no exercício de 2016. São indicadores que medem o desempenho quantitativo do Fundo, em termos de geração de emprego e renda, crescimento do PIB regional e outros agregados macroeconômicos, bem como o cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM, em consonância com a PNDR e demais políticas públicas voltadas para a Região.

Quadro 17 Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência do FNO - Exercício de 2016

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2016	Resultado – 2016	% Realização
1. Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária (CPO)	Indicador que estabelece o comparativo percentual entre os valores da programação orçamentária previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação de desempenho (em %).	$CPO_n = \left(\frac{V_R}{V_P} \right) \times 100$ Onde: VR é o valor realizado; VP é o valor programado; e n é o item orçamentário.	Ver Capítulo 3 Quadro 4	Ver Capítulo 3 - Quadro 4	Ver Capítulo 3 - Quadro 4
2. Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO (ADP)	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia às diretrizes e prioridades do FNO, estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM (em %).	$ADP_n = \left(\frac{V_R}{V_P} \right) \times 100$ Onde: VR é o valor realizado; VP é o valor programado; e n é a diretriz ou prioridade.	Ver Capítulo 5 Item 5.1 Quadro 7	Ver Capítulo 5 - Item 5.1 - Quadro 7	Ver Capítulo 5 Item 5.1 Quadro 7
3. Avaliação dos Impactos do FNO com base na Matriz de Insumo-Produto	Metodologia que avalia os impactos macroeconômicos na Região, devido à atuação do FNO, considerando a distribuição dos recursos conforme o recorte de oito setores com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas/CNAE (resultados obtidos pelo sistema AMAZONSYS, desenvolvido pelo Banco da Amazônia).	Indicadores de crescimento do PIB, VBP, Tributos, Salários e Postos de Trabalho.	Ver Capítulo 7 Quadro 8	Ver Capítulo 7 - Quadro 8	Ver Capítulo 7 - Quadro 8
4. Índice de Consecução do Fluxo de Caixa (ICFC)	Indicador que mede o índice percentual de consecução dos valores programados e realizados no exercício (em %).	Onde: é o valor realizado; e é o valor programado.	Ver Capítulo 9 Item 9.1 Quadros 13	Ver Capítulo 9 - Item 9.1 - Quadros 13	Ver Capítulo 9 Item 9.1 Quadros 13
5. Índice de Retorno do Patrimônio Líquido do FNO (IRPL)	Indicador que mede a rentabilidade ou retorno do Patrimônio Líquido do FNO em relação ao lucro líquido do Fundo no exercício corrente, tomando como base o patrimônio líquido do exercício anterior (em %).	$IRPL = (LQ / PLa) \times 100$ Onde: LQ é o lucro líquido do Fundo no exercício; e PLa é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício anterior	-	PL dez/2015: R\$ 20.824,85 mi PL dez/2016: R\$ 23.276,98 mi Lucro líquido-dez/2016: R\$ 13,38 mi $IRPL = \left(\frac{13,38}{20.824,85} \right) \times 100 = 0,06\%$	Rentabilidade do PL foi de 0,06%
6. Margem Financeira Sobre o Patrimônio Líquido do FNO (MFPL)	Indicador que mede a margem financeira sobre o Patrimônio Líquido do FNO, com base no comparativo direto entre as operações de risco e o patrimônio líquido do Fundo no exercício corrente (em %).	$MFPL = (MF / PL) \times 100$, sendo MF = PL - OCR Onde: OCR são as operações de crédito que oferecem risco para o FNO; MF é a margem financeira do PL; e PL é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício corrente.	-	Op.credito: R\$ 20.676,39 mi PL dez/2016: R\$ 23.276,98 mi MF: R\$ 2.600,59 mi $IRPL = \left(\frac{2.600,59}{23.276,98} \right) \times 100 = 11,17\%$	Margem financeira do FNO é 11,17% do PL
7. Evolução da Inadimplência do FNO (EINAD):	Indicador que mede a evolução da inadimplência do FNO, com base no comparativo entre o saldo vencido das operações e o saldo total da carteira (em %).	$EI = (SV / ST) \times 100$ Onde: SV é o saldo vencido das operações; ST é o saldo total da carteira.	-	Saldo vencido 31/12/16: R\$ 696,92 mi Saldo total 31/12/16: R\$ 20.831,23 mi $EINAD = \left(\frac{696,92}{20.831,23} \right) \times 100 = 3,35\%$	% dez/2012: 4,8% % dez/2013: 4,5% % dez/2014: 4,0% % dez/2015: 2,8% % dez/2016: 3,35%
8. Volume de Crédito Contratado (VCC)	Indicador que representa o total das contratações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCC = (TC / TCE) \times 100$ Onde: TC é o total das contratações no exercício; e TCE é o total estimado de contratações.	R\$ 3.380,0 mi	Contratado total: R\$ 2.333,9 mi $VCC = \left(\frac{2.333,9}{3.380,0} \right) \times 100 = 69,05\%$	69,05%

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2016	Resultado – 2016	% Realização
9. Destinação dos Recursos por Porte do Beneficiário (DRPB)	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia à diretriz do FNO de financiamento aos beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte, incluindo os microempreendedores individuais, até o limite mínimo de 51%, respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini/micro e pequeno porte (em % - este índice tem que ser igual ou maior do que 51%).	$DRPB = \left(\frac{TC_{mpe}}{TC} \right) \times 100$ Onde: TC_{mpe} é o total das contratações para os beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte + microempreendedores individuais; e TC é o total das contratações no exercício.	51%	Contratado MPE2: R\$ 1.798,7 mi Contratado total: R\$ 2.333,9 mi $DRPB = \left(\frac{1.798,7}{2.333,9} \right) \times 100 = 77,1\%$	151,18%
10. Volume de Crédito Liberado (VCL)	Indicador que representa o total das liberações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCL = \left(\frac{TL}{TLE} \right) \times 100$ Onde: TL é o total das liberações no exercício; e TLE é o total estimado de liberações.	R\$ 1.700,00 mi	Liberado total: R\$ 2.032,83 mi $VCC = \left(\frac{2.032,83}{1.700,0} \right) \times 100 = 19,58\%$	119,58%
11. Índice de Qualidade da Carteira (IQC)	Indicador que mede a qualidade da carteira de crédito do Banco, incluindo FNO (em % - o índice aceitável no mercado é em torno de 7,5%)	$IQC = IPFRCN - IPFRA$ Onde: IPFRCN é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Curso Normal; e IPFRA é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Atrasado.	7,8%	IPFRCN3: 7,69% IPFRA3: 1,08% IQC= IPFRCN-IPFRA IQC= 7,69-1,08= 6,62%	84,87%
12. Percentual de Retrabalho na Análise das Operações (PRET)	Indicador que mede o percentual de retrabalho na análise das operações do FNO (em %). Quanto menor o percentual, melhor a qualidade da análise.	$PRET = \left(\frac{TP_{apre}}{TP} \right) \times 100$ Onde: TP_{apre} é o total de propostas reapresentadas para análise na matriz do Banco4; e TP é o total de propostas internalizadas na matriz do Banco4.	-	TPreapre: 113 propostas TP: 270 propostas $PRET = \left(\frac{113}{270} \right) \times 100 = 41,85\%$	41,85%

(1) Inadimplência apurada com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2015, a qual considera apenas o valor das parcelas em atraso, e não o saldo da operação.

(2) MPE = beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte e microempreendedor individual.

(3) Extraídos do Sistema de Avaliação de Risco-SISiqc – base: 31/12/2016 (Banco da Amazônia).

(4) Propostas acima de R\$ 2 milhões.

Apêndice A Tabelas

**Tabela 1 Contratações por Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Acre	1.612	8,2	170.836.494	7,3
Amapá	462	2,4	31.590.067	1,4
Amazonas	1.091	5,5	162.375.686	7,0
Pará	10.163	51,6	642.948.336	27,5
Rondônia	4.239	21,5	691.980.538	29,7
Roraima	296	1,5	70.628.615	3,0
Tocantins	1.828	9,3	563.493.540	24,1
TOTAL	19.691	100,0	2.333.853.276	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Tipologia da PNDR										
	Baixa Renda		Estagnada de Média Renda		Dinâmica de Menor Renda		Alta Renda		Total		
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	%
Acre	-	-	503	46.362.292	975	75.960.998	134	48.513.204	1.612	170.836.494	7,3
Amapá	151	3.560.466	11	220.470	145	6.489.775	155	21.319.356	462	31.590.067	1,4
Amazonas	308	18.961.477	154	16.421.729	463	23.983.641	166	103.008.839	1.091	162.375.686	7,0
Pará	3.761	71.511.522	2.396	276.017.886	3.700	253.956.364	306	41.462.564	10.163	642.948.336	27,5
Rondônia	-	-	2.571	474.548.438	795	102.668.554	873	114.763.546	4.239	691.980.538	29,7
Roraima	14	7.143.148	1	20.000	185	14.038.014	96	49.427.453	296	70.628.615	3,0
Tocantins	403	110.968.614	916	330.784.748	221	45.419.616	288	76.320.562	1.828	563.493.540	24,1
Total	4.637	212.145.227	6.552	1.144.375.563	6.484	522.516.962	2.018	454.815.524	19.691	2.333.853.276	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 3 Contratações por Área Prioritária da PNDR – Municípios das Mesorregiões Diferenciadas

Exercício de 2016

UF	Área Prioritária da PNDR											
	Alto Solimões				Chapada das Mangabeiras				Vale do Rio Acre			
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	861	118.765.737
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	9	7	58	2.812.915	-	-	-	-	2	2	74	4.639.429
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	8	7	69	14.196.633	-	-	-	-
Total	9	7	58	2.812.915	8	7	69	14.196.633	13	13	935	123.405.166
Municípios Atendidos %	77,8				87,5				100,0			
UF	Área Prioritária da PNDR											
	Bico do Papagaio				Xingu				Total			
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	861	118.765.737
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	11	9	132	7.452.344
Pará	25	23	1.054	171.892.703	10	9	440	57.781.618	35	33	1.494	229.674.321
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	25	24	318	55.714.921	-	-	-	-	33	31	387	69.911.554
Total	50	47	1.372	227.607.624	10	9	440	57.781.618	90	83	2.874	425.803.956
Municípios Atendidos %	94,0				90,0				92,2			

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 4 Contratações por Área Prioritária da PNDR – Municípios da Faixa de Fronteira
Exercício de 2016

UF	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Municípios Atendidos %	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	22	22	100,0	1.612	170.836.494
Amapá	8	5	62,5	219	24.888.034
Amazonas	21	16	76,2	235	13.303.667
Pará	5	5	100,0	499	13.872.233
Rondônia	26	26	100,0	2.543	373.813.155
Roraima	15	14	93,3	296	70.628.615
Tocantins	-	-	-	-	-
TOTAL	97	88	90,7	5.404	667.342.198

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 5 Contratações por Programa de Financiamento e Unidade Federativa
Exercício de 2016

UF	PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO											
	FNO-PRONAF		FNO-Amazônia Sustentável		FNO-Biodiversidade		FNO-ABC		FNO-MPEI		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.144	66.915.714	301	74.023.471	2	1.640.948	8	8.157.495	157	20.098.866	1.612	170.836.494
Amapá	305	5.917.485	95	23.862.255	-	-	-	-	62	1.810.327	462	31.590.067
Amazonas	493	15.082.406	412	125.725.482	3	4.241.142	-	-	183	17.326.656	1.091	162.375.686
Pará	8.337	171.385.101	1.223	404.946.575	18	12.915.560	12	21.861.658	573	31.839.442	10.163	642.948.336
Rondônia	3.218	123.374.970	801	496.583.589	3	8.585.366	32	34.646.336	185	28.790.277	4.239	691.980.538
Roraima	101	4.348.785	113	60.502.392	-	-	1	1.300.926	81	4.476.512	296	70.628.615
Tocantins	834	36.565.829	771	480.249.280	6	4.525.861	21	23.340.800	196	18.811.770	1.828	563.493.540
TOTAL	14.432	423.590.290	3.716	1.665.893.044	32	31.908.877	74	89.307.215	1.437	123.153.850	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 6 Contratações por Setor Produtivo e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Setor Produtivo					
	Setor Rural		Demais Setores		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.293	115.997.466	319	54.839.028	1.612	170.836.494
Amapá	310	8.987.409	152	22.602.658	462	31.590.067
Amazonas	526	36.436.961	565	125.938.725	1.091	162.375.686
Pará	8.800	478.883.127	1.363	164.065.209	10.163	642.948.336
Rondônia	3.728	549.713.120	511	142.267.418	4.239	691.980.538
Roraima	138	22.137.779	158	48.490.836	296	70.628.615
Tocantins	1.350	502.221.767	478	61.271.773	1.828	563.493.540
TOTAL	16.145	1.714.377.629	3.546	619.475.647	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 7 Contratações por Finalidade do Crédito
Exercício de 2016**

Finalidade do Crédito	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Custeio	1.482	7,5	586.610.710	25,1
Investimento	15.313	77,8	1.455.184.130	62,4
Capital de Giro	2.896	14,7	292.058.436	12,5
Infraestrutura	-	0,0	-	0,0
TOTAL	19.691	100,0	2.333.853.276	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 8 Contratações por Linha de Financiamento e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

Linha de Financiamento	UF															
	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	1.293	115.997.466	310	8.987.409	526	36.436.961	8.800	478.883.127	3.728	549.713.120	138	22.137.779	1.350	502.221.767	16.145	1.714.377.629
1. FNO- PRONAF	1.144	66.915.714	305	5.917.485	493	15.082.406	8.337	171.385.101	3.218	123.374.970	101	4.348.785	834	36.565.829	14.432	423.590.290
PRONAF A	360	7.909.354	48	1.258.378	2	33.790	152	3.869.608	275	7.003.155	69	1.761.466	189	4.560.804	1.095	26.396.555
PRONAF A/C	12	81.217	-	-	-	-	1	7.473	15	101.064	4	25.630	5	34.682	37	250.066
PRONAF Agroindústria	1	1.815.997	-	-	-	-	-	-	2	194.112	-	-	-	-	3	2.010.109
PRONAF B	65	162.249	4	10.000	131	327.500	1.229	3.071.060	732	1.825.187	-	-	74	185.000	2.235	5.580.996
PRONAF B - MPO	-	-	71	265.520	45	128.273	2.733	9.146.021	-	-	-	-	-	-	2.849	9.539.814
PRONAF Custeio	43	15.230.307	1	39.668	5	103.729	312	6.927.076	267	5.833.976	5	465.061	27	437.402	660	29.037.219
PRONAF Ecologia	-	-	-	-	-	-	12	979.844	-	-	-	-	-	-	12	979.844
PRONAF Floresta	-	-	179	4.336.419	-	-	1.444	31.476.655	8	229.064	-	-	-	-	1.631	36.042.138
PRONAF Jovem	1	14.977	-	-	-	-	9	107.786	120	1.769.414	-	-	2	29.796	132	1.921.973
PRONAF Mais Alimentos Familiar	637	41.578.690	-	-	308	14.441.807	1.411	105.751.864	1.662	104.877.605	23	2.096.628	484	31.123.497	4.525	299.870.091
PRONAF Mulher	25	122.923	2	7.500	2	47.307	1.034	10.047.714	137	1.541.393	-	-	53	194.648	1.253	11.961.485
2. FNO-Amazônia Sustentável	139	39.283.309	5	3.069.924	30	17.113.413	433	272.720.808	475	383.106.448	36	16.488.068	489	437.789.277	1.607	1.169.571.247
Agropecuária	93	36.484.039	4	2.376.898	17	13.493.859	379	270.992.486	395	360.751.295	27	10.081.574	462	432.872.896	1.377	1.127.053.047
Pesca e Aquicultura	46	2.799.270	1	693.026	13	3.619.554	54	1.728.322	80	22.355.153	9	6.406.494	27	4.916.381	230	42.518.200
3. FNO- ABC	8	8.157.495	-	-	-	-	12	21.861.658	32	34.646.336	1	1.300.926	21	23.340.800	74	89.307.215
Agricultura de Baixo Carbono	8	8.157.495	-	-	-	-	12	21.861.658	32	34.646.336	1	1.300.926	21	23.340.800	74	89.307.215
4. FNO- Biodiversidade	2	1.640.948	-	-	3	4.241.142	18	12.915.560	3	8.585.366	-	-	6	4.525.861	32	31.908.877
Floresta	2	1.640.948	-	-	3	4.241.142	18	12.915.560	3	8.585.366	-	-	6	4.525.861	32	31.908.877

Linha de Financiamento	UF															
	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Demais Setores	319	54.839.028	152	22.602.658	565	125.938.725	1.363	164.065.209	511	142.267.418	158	48.490.836	478	61.271.773	3.546	619.475.647
1. FNO-Amazônia Sustentável	162	34.740.162	90	20.792.331	382	107.674.579	790	132.225.767	326	113.477.141	77	44.014.324	282	42.460.003	2.109	495.384.307
Comércio e Serviço	139	33.214.142	73	19.321.799	312	84.436.349	649	70.898.923	271	87.529.874	60	23.357.164	225	32.886.303	1.729	351.644.554
Cultura	2	139.700	-	-	1	80.000	11	1.698.307	6	4.240.164	1	99.000	6	339.800	27	6.596.971
Turismo	11	564.200	7	614.000	21	3.661.068	47	10.261.664	23	1.777.650	11	755.500	36	2.383.900	156	20.017.982
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19.601.470	-	-	1	19.601.470
Indústria	10	822.120	10	856.532	48	19.497.162	83	49.366.873	26	19.929.453	4	201.190	15	6.850.000	196	97.523.330
2. FNO-MPEI	157	20.098.866	62	1.810.327	183	18.264.146	573	31.839.442	185	28.790.277	81	4.476.512	196	18.811.770	1.437	124.091.340
Comércio e Serviço	38	17.676.994	2	1.547.366	28	14.089.110	25	15.029.053	52	21.111.745	8	3.833.412	22	13.094.818	175	86.382.498
Cultura	2	965.470	-	-	-	-	2	1.314.594	1	500.653	-	-	1	1.000.000	6	3.780.717
Turismo	1	827.640	-	-	5	2.499.705	3	1.236.558	3	2.629.620	-	-	2	938.356	14	8.131.879
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	6.586.252	-	-	-	-	-	-	1	6.586.252
Indústria	-	-	-	-	2	683.038	2	4.617.214	4	3.718.632	-	-	4	2.634.424	12	11.653.308
Microempreendedor Individual	116	628.762	60	262.961	148	992.293	540	3.055.771	125	829.627	73	643.100	167	1.144.172	1.229	7.556.686
Total	1.612	170.836.494	462	31.590.067	1.091	162.375.686	10.163	642.948.336	4.239	691.980.538	296	70.628.615	1.828	563.493.540	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 9 Contratações por Porte do Beneficiário e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	PORTE											
	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.331	78.593.681	251	58.037.422	19	10.592.960	8	16.886.693	3	6.725.738	1.612	170.836.494
Amapá	371	6.338.478	82	10.873.091	3	2.440.830	4	1.900.000	2	10.037.668	462	31.590.067
Amazonas	668	18.957.254	362	50.113.718	27	23.451.368	28	51.040.691	6	18.812.655	1.091	162.375.686
Pará	9.024	201.035.159	966	237.332.347	122	110.663.965	33	46.261.177	18	47.655.688	10.163	642.948.336
Rondônia	3.541	172.800.442	580	210.971.294	72	96.768.655	32	99.019.137	14	112.421.010	4.239	691.980.538
Roraima	183	6.371.785	95	16.271.277	12	11.477.651	3	2.000.000	3	34.507.902	296	70.628.615
Tocantins	1.163	71.889.100	516	231.240.319	123	172.511.810	20	77.250.540	6	10.601.771	1.828	563.493.540
Total	16.281	555.985.899	2.852	814.839.468	378	427.907.239	128	294.358.238	52	240.762.432	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 10 Contratações por Pessoa Física/Pessoa Jurídica e Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.288	100.284.509	324	70.551.985	1.612	170.836.494
Amapá	310	8.987.409	152	22.602.658	462	31.590.067
Amazonas	525	34.569.359	566	127.806.327	1.091	162.375.686
Pará	8.789	457.632.603	1.374	185.315.733	10.163	642.948.336
Rondônia	3.726	542.266.247	513	149.714.291	4.239	691.980.538
Roraima	138	22.137.779	158	48.490.836	296	70.628.615
Tocantins	1.334	468.610.296	494	94.883.244	1.828	563.493.540
Total	16.110	1.634.488.202	3.581	699.365.074	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 11 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar
Exercício de 2016**

UF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Previsão R\$ 1,00	Índice de Consecução %
Acre	1.144	7,9	66.915.714	15,8	63.850.000	104,8
Amapá	305	2,1	5.917.485	1,4	18.900.000	31,3
Amazonas	493	3,4	15.082.406	3,6	54.340.000	27,8
Pará	8.337	57,8	171.385.101	40,5	287.620.000	59,6
Rondônia	3.218	22,3	123.374.970	29,1	157.900.000	78,1
Roraima	101	0,7	4.348.785	1,0	1.390.000	312,9
Tocantins	834	5,8	36.565.829	8,6	116.000.000	31,5
TOTAL	14.432	100,0	423.590.290	100,0	700.000.000	60,5

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 12 Contratações por Linha de Financiamento do PRONAF
Exercício de 2016**

Linha de Financiamento PRONAF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Oportunidades de Trabalho
PRONAF A	1.095	7,6	26.396.555	6,2	4.380
PRONAF A/C	37	0,3	250.066	0,0	148
PRONAF Agroindústria	3	0,0	2.010.109	0,5	12
PRONAF B	2.235	15,5	5.580.996	1,3	8.940
PRONAF B - MPO	2.849	19,6	9.539.814	2,3	11.396
PRONAF Custeio	660	4,6	29.037.219	6,9	2.640
PRONAF Ecologia	12	0,1	979.844	0,2	48
PRONAF Floresta	1.631	11,3	36.042.138	8,5	6.524
PRONAF Jovem	132	0,9	1.921.973	0,5	528
PRONAF Mais Alimentos Familiar	4.525	31,4	299.870.091	70,8	18.100
PRONAF Mulher	1.253	8,7	11.961.485	2,8	5.012
TOTAL	14.432	100,0	423.590.290	100,0	57.728

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 13 Contratações por Faixa de Valores
Exercício de 2016**

Faixa de Valores	Setor Rural													
	PRONAF A		PRONAF B		PRONAF Demais		Biodiversidade		Amazônia Sustentável/ABC		Total			
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	1	1.000	-	-	-	-	1	0,0	1.000	0,0
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	51	366.418	2.235	5.580.996	4.504	16.291.597	-	-	1	9.750	6.791	42,1	22.248.761	1,3
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	1.044	26.030.137	-	-	2.925	65.003.262	-	-	50	1.277.575	4.019	24,9	92.310.974	5,4
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	-	-	2.901	192.978.850	1	95.000	253	18.190.689	3.155	19,5	211.264.539	12,3
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	-	-	755	100.801.345	2	314.576	303	44.702.653	1.060	6,6	145.818.574	8,5
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 500.000,00	-	-	-	-	13	3.219.821	7	2.654.324	426	141.684.189	446	2,8	147.558.334	8,6
Acima de R\$ 500.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	13	10.089.232	348	266.212.141	361	2,2	276.301.373	16,1
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	2	2.816.864	9	18.755.745	294	692.390.586	305	1,9	713.963.195	41,7
Acima de R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	1	10.500.000	-	-	6	94.410.879	7	0,0	104.910.879	6,1
Total	1.095	26.396.555	2.235	5.580.996	11.102	391.612.739	32	31.908.877	1.681	1.258.878.462	16.145	100,0	1.714.377.629	100,0

Faixa de Valores	Demais Setores																	
	Agroindústria		Indústria		Turismo/Cultura		Exportação		Infraestrutura		Comércio e Serviço		Microempreendedor Individual		Total			
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	-	-	4	40.000	4	33.350	-	-	-	-	38	319.200	1.122	6.158.735	1.168	32,9	6.551.285	1,2
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	-	-	39	945.722	45	1.137.150	-	-	-	-	407	10.038.848	107	1.397.951	598	16,9	13.519.671	2,2
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	68	4.656.543	91	5.953.700	-	-	-	-	898	59.850.426	-	-	1.057	29,8	70.460.669	11,4
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	19	2.674.540	29	4.014.729	-	-	-	-	243	35.832.519	-	-	291	8,2	42.521.788	6,9
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 500.000,00	-	-	36	11.147.313	15	5.011.602	-	-	-	-	167	53.516.015	-	-	218	6,2	69.674.930	11,2
Acima de R\$ 500.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	-	-	19	15.069.205	14	10.130.512	-	-	-	-	75	55.156.669	-	-	108	3,0	80.356.386	13,0
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	1	6.586.252	21	43.723.082	5	12.246.506	-	-	-	-	72	132.538.280	-	-	98	2,8	195.094.120	31,4
Acima de R\$ 10.000.000,00	1	19.601.470	2	30.920.233	-	-	-	-	-	-	5	90.775.095	-	-	8	0,2	141.296.798	22,7
Total	2	26.187.722	208	109.176.638	203	38.527.549	-	-	-	-	1.904	438.027.052	1.229	7.556.686	3.546	100,0	619.475.647	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 14 Contratações pela Primeira Vez
Exercício de 2016**

	PORTE											
	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	624	26.637.872	91	26.815.464	3	1.706.841	-	-	1	1.925.738	719	57.085.915
Amapá	235	5.037.161	37	4.254.842	-	-	2	1.000.000	1	7.137.668	275	17.429.671
Amazonas	369	8.843.172	192	26.608.159	12	8.192.887	12	31.433.659	-	-	585	75.077.877
Pará	4.131	108.455.483	317	57.905.580	25	11.109.083	5	9.751.814	1	750.000	4.479	187.971.960
Rondônia	1.667	71.945.768	139	56.812.103	10	17.058.281	6	5.650.000	-	-	1.822	151.466.152
Roraima	124	2.688.335	48	6.981.068	2	2.278.033	-	-	1	19.601.470	175	31.548.906
Tocantins	572	34.418.614	131	67.093.067	11	8.300.681	5	14.997.396	2	2.000.000	721	126.809.758
TOTAL	7.722	258.026.405	955	246.470.283	63	48.645.806	30	62.832.869	6	31.414.876	8.776	647.390.239

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 15 Composição das Propostas em Carteira por Setor Produtivo
Exercício de 2016**

Setor	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 16 Composição das Propostas em Carteira por Unidade Federativa
Exercício de 2016**

UF	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.612	170.836.494	2	2.536.933	14	158.875.638	-	-	1.628	332.249.065
Amapá	462	31.590.067	2	1.985.401	17	203.166.095	-	-	481	236.741.563
Amazonas	1.091	162.375.686	13	14.071.657	20	117.121.632	1	7.324.991	1.125	300.893.966
Pará	10.163	642.948.336	28	15.986.542	1.069	352.118.607	25	3.894.924	11.285	1.014.948.409
Rondônia	4.239	691.980.538	9	12.666.951	17	55.743.352	2	20.363.362	4.267	780.754.203
Roraima	296	70.628.615	1	632.000	1	10.110.625	-	-	298	81.371.240
Tocantins	1.828	563.493.540	38	28.998.664	154	307.173.184	11	20.447.052	2.031	920.112.440
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 17 Composição das Propostas em Carteira por Porte do Beneficiário
Exercício de 2016**

Porte	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Mini	14.953	544.782.197	23	3.527.596	1.028	23.084.977	31	2.907.355	16.035	574.302.125
Pequeno	903	569.892.338	31	33.549.503	140	121.062.356	5	22.819.363	1.079	747.323.560
Pequeno-Médio	249	369.486.440	5	6.640.913	25	139.416.825	1	16.555.229	280	532.099.407
Médio	35	176.292.303	1	107.000	8	129.344.846	-	-	44	305.744.149
Grande	5	53.924.351	-	-	7	33.121.898	-	-	12	87.046.249
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Micro	1.328	11.203.702	5	2.636.139	4	720.930	-	-	1.337	14.560.771
Pequeno	1.949	244.947.130	16	11.953.622	34	28.678.036	1	2.423.390	2.000	288.002.178
Pequeno-Médio	129	58.420.799	4	4.685.401	9	16.907.713	-	-	142	80.013.913
Médio	93	118.065.935	6	7.710.883	16	216.525.154	1	7.324.992	116	349.626.964
Grande	47	186.838.081	2	6.067.091	21	495.446.398	-	-	70	688.351.570
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 18 Composição das Propostas em Carteira por Linha de Financiamento
Exercício de 2016**

Linha de Financiamento	Propostas Apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Agricultura Familiar	14.432	423.590.290	17	1.239.567	1.045	13.321.140	27	1.599.632	15.521	439.750.629
Agricultura de Baixo Carbono	74	89.307.215	13	13.083.471	32	64.953.499	5	19.103.127	124	186.447.312
Agropecuária/ Pesca e Aquicultura	1.607	1.169.571.247	29	28.864.226	129	365.630.390	5	21.579.188	1.770	1.585.645.051
Floresta	32	31.908.877	1	637.748	2	2.125.873	-	-	35	34.672.498
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Comércio e Serviço	1.904	438.027.052	25	26.358.772	68	272.571.986	-	-	1.997	736.957.810
Agroindústria	2	26.187.722	-	-	2	36.510.898	-	-	4	62.698.620
Indústria	208	109.176.638	6	5.454.758	14	449.195.347	1	7.324.992	229	571.151.735
Turismo/Cultura/Microempreendedor Individual	1.432	46.084.235	2	1.239.606	-	-	1	2.423.390	1.435	49.747.231
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 19 Inadimplência por Setor Produtivo
Posição em 31/12/2016

Setor	Nº Op. em Atraso	%	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	%	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	%	Inadimplência % (B/A)
Setor Rural	81.110	93,2	9.788.236.575	47,0	455.112.272	65,3	4,6
Demais Setores	5.887	6,8	11.042.994.754	53,0	241.807.909	34,7	2,2
Total	86.997	100,0	20.831.231.329	100,0	696.920.181	100,0	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 20 Inadimplência por Unidade Federativa
Posição em 31/12/2016

Setor Rural			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	571.087.428	18.406.155	3,2
Amapá	99.098.320	9.419.122	9,5
Amazonas	402.370.745	64.440.652	16,0
Pará	3.650.778.981	237.653.270	6,5
Rondônia	2.154.673.549	22.961.158	1,1
Roraima	90.901.438	8.007.179	8,8
Tocantins	2.819.326.114	94.224.736	3,3
Total	9.788.236.575	455.112.272	4,6
Demais Setores			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	590.643.356	12.102.196	2,0
Amapá	415.008.077	7.390.760	1,8
Amazonas	2.712.990.801	40.562.144	1,5
Pará	3.155.148.462	94.540.513	3,0
Rondônia	3.140.235.951	65.483.967	2,1
Roraima	181.578.193	4.542.123	2,5
Tocantins	847.389.914	17.186.206	2,0
Total	11.042.994.754	241.807.909	2,2
Todos os Setores			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	1.161.730.784	30.508.351	2,6
Amapá	514.106.397	16.809.882	3,3
Amazonas	3.115.361.546	105.002.796	3,4
Pará	6.805.927.443	332.193.783	4,9
Rondônia	5.294.909.500	88.445.125	1,7
Roraima	272.479.631	12.549.302	4,6
Tocantins	3.666.716.028	111.410.942	3,0
Total	20.831.231.329	696.920.181	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 21 Inadimplência por Porte do Beneficiário
Posição em 31/12/2016

Setor Rural			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini	4.247.524.636	249.018.608	5,9
Pequeno	2.345.919.982	60.861.160	2,6
Pequeno-Médio	1.226.742.794	27.206.201	2,2
Médio	1.136.337.831	66.959.406	5,9
Grande	831.711.332	51.066.897	6,1
Total	9.788.236.575	455.112.272	4,6
Demais Setores			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Micro	103.179.320	7.435.591	7,2
Pequeno	1.885.227.855	84.537.463	4,5
Pequeno-Médio	507.795.195	12.584.064	2,5
Médio	2.090.024.820	44.437.221	2,1
Grande	6.456.767.564	92.813.570	1,4
Total	11.042.994.754	241.807.909	2,2
Todos os Setores			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini/Micro	4.350.703.956	256.454.199	5,9
Pequeno	4.231.147.837	145.398.623	3,4
Pequeno-Médio	1.734.537.989	39.790.265	2,3
Médio	3.226.362.651	111.396.627	3,5
Grande	7.288.478.896	143.880.467	2,0
Total	20.831.231.329	696.920.181	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 22 Inadimplência por Linha de Financiamento do PRONAF
Posição em 31/12/2016

Linhas de Financiamento do PRONAF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
PRONAF A	361.557.597	25.130.633	7,0
PRONAF A/C	948.507	325.047	34,3
PRONAF Agregar	3.675.425	1.337.193	36,4
PRONAF Agricultor Familiar	495.574.670	67.943.407	13,7
PRONAF Agroindústria Familiar	312.539	23.915	7,7
PRONAF Agroindústria	6.078.403	432.941	7,1
PRONAF Amazônia Recuperação	25.992.327	-	0,0
PRONAF B	16.304.349	5.005.742	30,7
PRONAF B - MPO	18.397.274	3.405.475	18,5
PRONAF B - MPR	12.262	1.059	8,6
PRONAF C	12.541.555	3.517.204	28,0
PRONAF Custeio	35.054.005	4.289.143	12,2
PRONAF D	176.543.738	49.152.448	27,8
PRONAF E	12.919.699	4.476.572	34,7
PRONAF ECO	76.799.460	219.981	0,3
PRONAF Emergencial – AF	94.473.655	16.912.638	17,9
PRONAF Emergencial – B	2.821.105	1.584.480	56,2
PRONAF Emergencial - Mais Alimentos	170.679	14.066	8,2
PRONAF Floresta	158.504.825	5.262.722	3,3
PRONAF Jovem	3.800.368	39.119	1,0
PRONAF Mais Alimentos Familiar	1.912.496.438	39.724.689	2,1
PRONAF MPO - Amazônia Florescer	32.040	8.861	27,7
PRONAF Mulher	13.124.105	1.827.835	13,9
PRONAF Mulher - MPO	30.339.427	417.810	1,4
PRONAF Mulher - MPO GP B	3.717.920	369.627	9,9
TOTAL	3.462.192.372	231.422.607	6,7

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 23 Inadimplência por Risco de Crédito
Posição em 31/12/2016

Risco de Crédito	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	%	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	%	Inadimplência % (B/A)
Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia	19.638.124.575	94,3	597.326.739	85,7	3,0
Integral do FNO	1.193.106.754	5,7	99.593.442	14,3	8,3
TOTAL	20.831.231.329	100,0	696.920.181	100,0	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 24 Dívidas Passíveis de Renegociação e Renegociadas com Base nos Normativos em Vigor
Posição em 31/12/2016

Total Passível de Renegociação + Renegociado			
Normativo: Resolução nº 4.315, de 27/3/2014 Setor Rural			
Medida	Setor	Nº de Operações	R\$ Mil
Renegociação	PRONAF	76.611	733.211
	Demais	42.686	823.236
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
Total		119.297	1.556.447
Normativo: Resolução nº 4.314, de 27/3/2014 Demais Setores			
Medida	Setor	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Renegociação	PRONAF	-	-
	Demais	1.118	508.164
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
Total		1.118	508.164

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 25 Dívidas Renegociadas com Base nos Normativos em Vigor
Posição em 31/12/2016

Total Renegociado			
Normativo: Resolução nº 4.315, de 27/3/2014			
Setor Rural			
Medida	Setor	Nº de Operações	R\$ Mil
Renegociação	PRONAF	304	4.104
	Demais	416	47.005
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
Total		720	51.109
Normativo: Resolução nº 4.314, de 27/3/2014			
Demais Setores			
Medida	Setor	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Renegociação	PRONAF	-	-
	Demais	23	13.317
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
Total		23	13.317

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Apêndice B – Plano de Providências

1 Recomendação 1: Instituir plano para melhoria de gestão da cobrança das operações

1.1 Manifestação do Gestor

Sem alteração em relação ao relatório apresentado ao final do exercício de 2015. Processo contínuo.

1.2 Prazo: 31/12/2016.

2 Recomendação 2: Rever o planejamento para incrementar a atuação nos Estados de Roraima e Amapá

2.1 Manifestação do Gestor

Sem alterações em relação ao relatório apresentado ao final do exercício de 2015, contudo, há que se registrar, o volume de contratações no Estado de Roraima no exercício de 2016, no valor de R\$ 70,6 milhões (41,8% da meta do exercício, correspondente a R\$ 169,0 milhões). Este resultado é superior 127,0% em relação ao exercício de 2015, quando Roraima contratou R\$ 31,1 milhões. A otimização no processo de análise e outras ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia no Estado possibilitaram a contratação de R\$ 19,6 milhões para implantação de um grande frigorífico na Cidade de Boa Vista. A produção de carne pelo frigorífico destina-se ao consumo dos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia e exportação para a Venezuela. Houve também a contratação de R\$ 11,4 milhões destinados à avicultura, piscicultura, compra de matrizes bovinas e reprodutores e aquisição de maquinário para implementação e desenvolvimento da fruticultura no Estado.

2.2 Prazo: Permanente.

3 Recomendação 3: Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para em todos os 450 Municípios da Região e em todos os setores prioritários

3.1 Manifestação do Gestor

Ao final do exercício de 2016, o Banco da Amazônia aplicou recursos do FNO em 420 municípios da Região Norte, correspondente a 93,3% do total de 450 municípios.

3.2 Prazo: 31/12/2016.

Apêndice C – Demonstrações Contábeis

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei N° 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO		31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		6.989.096	4.942.132
Disponibilidades	(Nota 4 a)	3.089.511	1.503.621
Recursos a Alocar		1.365.336	-
Recursos Alocados		1.724.175	1.503.621
Titulos e Créditos a Receber	(Nota 11 a)	30.980	32.555
Proagro a Receber - Rural	(Nota 11 b)	390	390
Devedores por Repasses	(Nota 5 a)	849	841
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5 a)	223.600	246.075
Financiamentos Pronaf		162.984	170.481
Financiamentos Rurais		100.422	134.937
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		1.206	1.644
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(41.012)	(60.987)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5 a)	3.712.885	3.237.738
Financiamentos Pronaf		528.332	485.634
Financiamentos Rurais		1.640.430	1.406.243
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		611.735	523.344
Financiamentos - Comércio e Serviços		1.021.690	896.749
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(98.302)	(74.232)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	(69.119)	(79.088)
NÃO CIRCULANTE		16.399.207	15.922.451
Devedores por Repasses	(Nota 5 a)	7.075	7.925
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5 a)	914.900	953.589
Financiamentos Pronaf		490.157	500.355
Financiamentos Rurais		434.175	463.309
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		4.162	4.782
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(13.594)	(14.857)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5 a)	15.825.004	15.332.915
Financiamentos Pronaf		2.170.684	2.087.858
Financiamentos Rurais		4.252.053	3.993.483
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		3.919.620	3.976.095
Financiamentos - Comércio e Serviços		5.484.581	5.278.821
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(1.934)	(3.342)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	(347.772)	(371.978)
TOTAL DO ATIVO		23.388.303	20.864.583
PASSIVO			
CIRCULANTE		111.316	39.730
Outras Obrigações	(Nota 7 a)	111.316	39.730
Taxa de Administração		111.316	39.730
NÃO CIRCULANTE		23.276.987	20.824.853
Patrimônio Líquido	(Nota 9)	23.276.987	20.824.853
Repasses do Tesouro no Exercício		2.438.748	2.131.594
Primeiro Semestre		1.156.763	1.173.639
Segundo semestre		1.281.985	957.955
Repasses do Tesouro nos Exercícios Anteriores		20.402.720	18.271.126
Lucros de Exercícios Anteriores		422.133	558.954
Lucro (Prejuízo) no Exercício		13.386	(136.821)
Primeiro Semestre		(57.047)	(190.778)
Segundo semestre		70.433	53.957
TOTAL DO PASSIVO		23.388.303	20.864.583

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente

Manivaldo Gonçalves de Melo
Conselheiro

Ivandro Monteiro da Silva
Conselheiro

Fábio Ribeiro Servo
Conselheiro

Wilson Carvalho da Silva Júnior
Conselheiro

Paulo Mauger
Conselheiro

Diretoria Executiva

Manivaldo Gonçalves de Melo
Presidente

Valdecir José de Souza Tole
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petry de Moraes Aguiar
Diretor

Luz Otávio Monteiro Maciel Junior
Diretor

Luz Cláudio Teixeira Campaio
Diretor

Belém Cotta
Contador
CRC-PA 007217/O
CPF-039.842.812-34



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Exercício/2016</u>	<u>Exercício/2015</u>
Receitas		1.054.226	1.018.961
Operações de crédito	(Nota 5 i)	708.204	620.560
Remuneração das disponibilidades	(Nota 4 b)	268.310	220.526
Recuperação de créditos baixados	(Nota 5 g)	77.712	177.875
Despesas		(1.040.840)	(1.155.782)
De administração	(Nota 7 b)	(487.750)	(426.319)
De remuneração agente - Pronaf	(Nota 8 a)	(95.892)	(199.831)
De auditoria externa		(177)	(172)
De renegociações e descontos	(Nota 5 d e 5 e)	(10.995)	(11.025)
De bônus de adimplência	(Nota 6 b)	(133.094)	(195.910)
De provisão operações de crédito	(Nota 5 b)	(312.932)	(321.711)
De remissão Procera	(Nota 5 f)	-	(814)
Lucro (Prejuízo) no Exercício		13.386	(136.821)

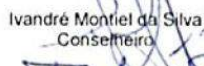
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

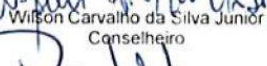
Conselho de Administração

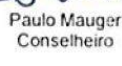

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente


Marivaldo Gonçalves de Melo
Conselheiro


Ivandré Montiel da Silva
Conselheiro


Fábio Ribeiro Servo
Conselheiro


Wilson Carvalho da Silva Junior
Conselheiro


Paulo Mauger
Conselheiro

Diretoria Executiva


Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente


Valdecir José de Souza Tose
Diretor


Francimar Rodrigues Maciel
Diretor


Luis Petrólio Nunes Aguiar
Diretor


Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior
Diretor


Luiz Claudio Teixeira Sampaio
Diretor


Maria de Belém Silva Colla
Contador
CRC-PA 007217/O
CPF-039.842.812-34



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S		
SALDO ANTERIOR EM 31.12.2014		18.830.080
Recursos repassados no exercício	(Nota 9)	2.131.594
Resultado do exercício	(Nota 9)	(136.821)
SALDO FINAL EM 31.12.2015		20.824.853
Recursos repassados no exercício	(Nota 9)	2.438.748
Resultado do exercício	(Nota 9)	13.386
SALDO FINAL EM 31.12.2016		23.276.987

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

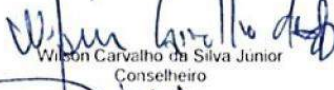
Conselho de Administração


Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente


Marivaldo Gonçalves de Melo
Conselheiro


Ivandré Montiel da Silva
Conselheiro

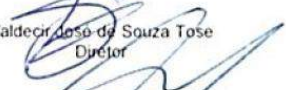

Fábio Ribeiro Sampaio
Conselheiro


Wilson Carvalho da Silva Junior
Conselheiro


Paulo Mauger
Conselheiro

Diretoria Executiva

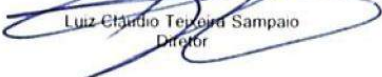

Marivaldo Gonçalves de Melo
Presidente


Valdecir José de Souza Toste
Diretor


Francimar Rodrigues Maciel
Diretor


Luis Petronio Nunes Aguiar
Diretor


Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior
Diretor


Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor


Maria de Belém Silva Costa
Contador
CRC-PA 007217/O
CPF-039.842.812-34

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

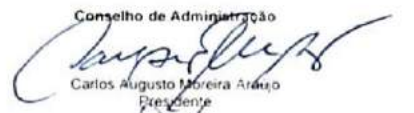
(Em milhares de Reais)

		31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) no exercício	(Nota 9)	13.386	(136.821)
Despesa de provisão para operações de crédito	(Nota 5 b)	312.932	321.711
Despesa de provisão para bônus de adimplência	(Nota 6 b)	133.094	195.910
Lucro líquido ajustado		459.412	380.800
Redução (Aumento) em títulos e créditos a receber		1.575	(2.546)
Redução de devedores por repasses		841	834
(Aumento) em operações de crédito		(1.386.273)	(3.682.001)
Aumento em outras obrigações		71.586	1.014
Caixa líquido utilizado proveniente das atividades operacionais		(1.312.271)	(3.682.699)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	(Nota 9)	2.438.748	2.131.594
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		2.438.748	2.131.594
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.585.890	(1.170.305)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		1.503.621	2.673.926
No fim do período	(Nota 4 a)	3.089.511	1.503.621
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.585.890	(1.170.305)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

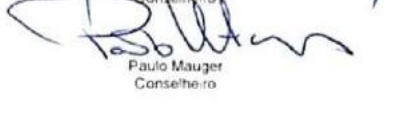
Conselho de Administração


 Carlos Augusto Moreira Araújo
 Presidente


 Marivaldo Gonçalves de Melo
 Conselheiro


 Ivandré Monteiro da Silva
 Conselheiro

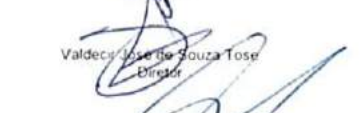

 Fábio Ribeiro Servo
 Conselheiro


 Wilson Carvalho da Silva Júnior
 Conselheiro


 Paulo Mauger
 Conselheiro

Diretoria Executiva


 Marivaldo Gonçalves de Melo
 Presidente


 Valdecir José de Souza Toste
 Diretor


 Francimar Rodrigues Maciel
 Diretor


 Luis Petropoulos Aguiar
 Diretor


 Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
 Diretor


 Luiz Claudio Teixeira Sampaio
 Diretor


 Mariana Belém Silva Costa
 Contador
 CRC-PA 007217/O
 CPF-039.842.812-34

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", e regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989 e demais legislações referentes ao assunto. O FNO representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, sendo administrado pelo Banco da Amazônia S.A. (Banco), instituição financeira pública federal de caráter regional, que tem sede administrativa na Av. Presidente Vargas, n.º 800, Belém (PA).

a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b) Política de alocação de recursos

Os recursos do FNO são aplicados pelo Banco de acordo com o Plano Anual de Aplicação de Recursos Financeiros, elaborado em conformidade com a legislação vigente; contemplando políticas, planos e programas do Governo Federal; e, alinhamento com diretrizes, prioridades e orientações estratégicas, compreendendo:

- a) Diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) Orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Região, como o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 – o "Plano Mais Brasil", o Plano Brasil Maior, o Plano Brasil Sem Miséria, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, a Política Nacional de Turismo (PNT), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Mais Cultura, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; e
- c) Políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

c) Programas de financiamento

Em 2016, o FNO está sendo operacionalizado através de cinco programas de financiamento, a saber: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI) e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

d) Fiscalização

Na forma exigida pelo art. 19 da Lei nº 7.827/1989, as demonstrações financeiras do FNO são auditadas e publicadas semestralmente. Além disso ficam à disposição dos Órgãos de fiscalização como Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive sendo encaminhadas anualmente ao Congresso Nacional.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 2 - Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, quando aplicáveis, legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827/1989 e Portaria Interministerial MI/MF nº 11, de 28 de dezembro de 2005, instruções do Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo banco administrador em 17 de fevereiro de 2017.

a) Base de mensuração moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco, para com o FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- rebates, descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- remissão dos financiamentos vinculados ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA);
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são devidos e consequentemente calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) os encargos variam de acordo com as legislações e regulamentos dos Programas constantes no Manual de Crédito Rural (MCR), no capítulo 10, do Banco Central do Brasil (BACEN).



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco é calculada mensalmente, com base na alíquota de 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

c) Remuneração do agente financeiro Pronaf

A remuneração do agente financeiro devida ao banco administrador é apurada, mensalmente, sobre os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF, em conformidade com as regras definidas nos itens 17, 17-A, 17-B, 18 e 19 da Seção 1, capítulo 10 do MCR do BACEN.

d) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco, enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas da STN e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extramercado divulgada pelo BACEN pagas pelo banco administrador, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

e) Devedores por repasses

As operações de repasses a outras instituições financeiras estão demonstradas pelo valor principal do crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

f) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos incidentes sobre cada parcela vencida, inclusive os de inadimplência, são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses ao do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo não circulante.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do FNO - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998 de acordo com a Lei nº 7.827/1989, operações vinculadas aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, operações da linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o FNO) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998, conforme regulamento da Lei 10.177/2001.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MIN/MF nº 11/2005.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 244, de 14 de outubro de 2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no ativo não circulante.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do banco administrador reverterem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

h) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação, sendo classificada nos ativos circulante e não circulante.

i) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco, acrescidos dos resultados operacionais.

j) Sistemática contábil

O FNO possui contabilidade própria, valendo-se para tal do sistema contábil do Banco da Amazônia S.A., todos os registros de atos e fatos, incluindo a apuração de receitas e despesas são realizados em contas de compensação conforme previsto na Carta Circular do Banco Central nº 2.217 de 09 de setembro de 1991.

k) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

NOTA 4 - Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos a alocar	1.365.336	-
Recursos alocados	1.724.175	1.503.621
	3.089.511	1.503.621

b) Rendimentos sobre valores disponíveis

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração das disponibilidades	268.310	220.526



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 5 - Operações de crédito
a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	4.812	556	5.368	5.655	771	6.426
Pronaf	595.607	57.533	653.140	618.897	51.939	670.836
Rurais	493.194	41.404	534.598	533.006	65.240	598.246
Subtotal	1.093.613	99.493	1.193.106	1.157.558	117.950	1.275.508
Provisão para operações de crédito	(13.594)	(41.012)	(54.606)	(14.857)	(60.987)	(75.844)
Devedores por repasses	7.924	-	7.924	8.766	-	8.766
Total líquido	1.087.943	58.481	1.146.424	1.151.467	56.963	1.208.430

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	10.796.375	241.251	11.037.626	10.509.125	165.884	10.675.009
Pronaf	2.551.626	149.354	2.700.980	2.445.142	128.350	2.573.492
Rurais	5.692.796	206.723	5.899.519	5.245.175	154.551	5.399.726
Subtotal	19.040.797	597.328	19.638.125	18.199.442	448.785	18.648.227
Provisão para operações de crédito	(1.934)	(98.302)	(100.236)	(3.342)	(74.232)	(77.574)
Total líquido	19.038.863	499.026	19.537.889	18.196.100	374.553	18.570.653

Circulante		3.937.334	3.484.654
Não circulante		16.746.979	16.294.429

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(153.418)	(219.332)
Risco Integral FNO	(75.844)	(132.719)
Risco Compartilhado	(77.574)	(86.613)
Provisões constituídas	(312.932)	(321.711)
Risco Integral FNO	(103.566)	(136.314)
Risco Compartilhado	(209.366)	(185.397)
Valores baixados	311.508	387.625
Risco Integral FNO	124.804	193.190
Risco Compartilhado	186.704	194.435
Saldo final	(154.842)	(153.418)
Risco Integral FNO	(54.606)	(75.844)
Risco Compartilhado	(100.236)	(77.574)



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***c) Créditos baixados**

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$489.396 (R\$582.060 em 2015), sendo que R\$186.704 (R\$194.435 em 2015) foi assumido pelo Banco.

d) Renegociações de operações ativas

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$1.766.564 (R\$715.267 em 2015), sendo que 3.975 (3.307 em 2015) operações, no valor de R\$1.763.340 (R\$455.359 em 2015) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 801 (5.602 em 2015) operações, correspondente a R\$93.223 (R\$259.908 em 2015) tiveram por base medidas emanadas do Governo Federal.

Até 31.12.2016, não houve liquidação ou renegociação efetuada ao amparo da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.929, de 09/12/2016.

As despesas com renegociação neste exercício importaram R\$10.983 (R\$2.578 em 2015).

e) Rebates

As Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299/2014 autorizaram concessão de rebates de até 80% para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito do Pronaf. No exercício foram registradas despesas de rebates no montante de R\$12 (R\$8.447 em 2015).

f) Remissão - Procera

Em cumprimento ao artigo 8º da Lei nº 13.001/2014 foi publicada a Resolução CMN nº 4.365/2014 que dispõe sobre a remissão e liquidação de dívidas das operações de crédito rural contratadas ao amparo do PROCERA. No exercício não houveram operações remitidas.

g) Recuperação de créditos baixados

O FNO foi ressarcido pelo valor de R\$77.712 (R\$177.875 em 2015) e o Banco por R\$52.096 (R\$115.774 em 2015), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

h) Outras despesas

Foi ressarcido ao Banco o valor de R\$8.643 (R\$ 2.987 em 2015), referente regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao FNO.

i) Rendas de operações de crédito

As rendas de operações de crédito estão demonstradas pelo valor líquido do del credere do banco administrador:

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros operações de crédito	1.275.376	1.129.565
Del Credere do banco administrador	(567.172)	(509.005)
Total líquido	708.204	620.560

NOTA 6 - Provisão para bônus de adimplência**a) Movimentação**

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(451.066)	(411.362)
Constituição	(133.094)	(195.910)
Concessão	167.269	156.206
Saldo final	(416.891)	(451.066)

b) Despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com bônus no exercício	(133.094)	(195.910)

NOTA 7 - Taxa de administração

A taxa de administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada em cada exercício, a 20% do valor das transferências efetuadas pela STN, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

a) Obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de administração a pagar	111.316	39.730

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorre no primeiro dia útil subsequente.

A elevação se deu em razão do montante de repasses do Tesouro Nacional ocorrido em dezembro de 2016 de R\$672.423, sendo que em dezembro de 2015 foi de R\$198.648.

b) Despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de administração do exercício	487.750	426.319

Neste exercício, a taxa de administração foi constituída pelo limitador de 20% dos repasses da STN, conforme sistemática de cálculo definida no art. 3º do Decreto nº 5.641/2005, a seguir demonstrada.

Exercício	Patrimônio Líquido final	0,25% a.m s/ PL ajustado (a)	Repasses STN	20% Repasses (b)	(b - a)
2016	23.276.987	654.309	2.438.748	487.750	(166.559)
2015	20.824.853	592.201	2.131.594	426.319	(165.882)

NOTA 8 - Remuneração agente PRONAF

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2015 foi registrado o valor de R\$107.030, correspondente à remuneração adicional, incidente sobre as operações de PRONAF de risco compartilhado, devida no período de maio 2013 a dezembro 2014, que foi calculada de acordo com a Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013, constituindo-se evento não recorrente.

a) Despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração PRONAF risco integral FNO	15.870	18.398
Remuneração PRONAF risco compartilhado	80.022	74.403
Remuneração PRONAF risco compartilhado (não-recorrente)	-	107.030
Total despesas	95.892	199.831

NOTA 9 - Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências da STN e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827/1989, os repasses da STN aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências da STN e do Lucro (Prejuízo) do exercício, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Repasses da STN no exercício	2.438.748	2.131.594
Repasses da STN no exercício anterior	20.402.720	18.271.126
Lucros de exercícios anteriores	422.133	558.954
Lucro (Prejuízo) do exercício	13.386	(136.821)
Patrimônio Líquido	23.276.987	20.824.853

NOTA 10 - Contingências

Até o final do exercício de 2016 e 2015, o Banco não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao FNO e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do administrador Banco.

NOTA 11 - Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu administrador, o Banco. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extramercado divulgada pelo BACEN, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, alterado pela Lei nº 10.177/2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

As atualizações das movimentações de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4(a)	3.089.511	1.503.621
Títulos e créditos a receber – Nota 11(a)	30.980	32.555
Proagro a receber – crédito rural – Nota 11(b)	390	390
Passivo		
Taxa de administração a pagar – Nota 7(a)	111.316	39.730
Resultado		
Rendas de remuneração das disponibilidades – Nota 4(b)	268.310	220.526
Despesas de administração – Nota 7(b)	487.750	426.319
Despesas de remuneração agente Pronaf – Nota 8(a)	95.892	199.831
Despesas de reembolsos operações indenizadas – Nota 5(h)	8.643	2.987

- a) Os títulos e créditos a receber serão efetivados no segundo dia útil subsequente, conforme permitido pela Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, e estão assim constituídos correspondem a :
- Valores a serem repassados pelo Banco referentes aos 50% das parcelas baixadas, no mês de dezembro, assumido como prejuízo, em razão de sua responsabilidade face o risco ser compartilhado; e
 - Valores recebidos por recuperação de operações de crédito já baixadas como prejuízo, nos dois últimos dias úteis do mês de **dezembro**, .
- b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento do BACEN.

NOTA 12 - Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

a) Risco de crédito

Risco de crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco, na função de administrador, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, portanto considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

O FNO compartilha o risco de sua carteira com o banco administrador.

b) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros, é mitigada, no mínimo em 50%, considerando que no exercício 2016 e 2015 cerca de **94%** de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco.

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o FNO está sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

NOTA 13 - Registro no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Os saldos do FNO estão disponíveis no Siafi, por força da Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.


Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O
CPF: 039.842.812-34



KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição de uso

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração dessas das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 17 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE	2016	Atual
ÓRGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE	EMISSION	PÁGINA
		12/01/2017	2
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	23.277.028.749,33	20.823.734.066,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.277.028.749,33	20.823.734.066,83

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	3.009.613.701,74	1.498.496.088,34	PASSIVO FINANCEIRO	62.055.451,64	75.260.659,55
ATIVO PERMANENTE	20.267.415.047,59	19.325.237.978,49	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	23.214.973.297,69	20.748.473.407,28

Quadro de Compensações

		ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Execução dos Atos Potenciais Ativos		-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	
Direitos Convençados e Outros Instrumentos Cong		-	-	Obrigações Convençadas e Outros Instrum Congen	
Direitos Contratuais a Executar		-	-	Obrigações Contratuais a Executar	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	
TOTAL		-	-	TOTAL	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
Recursos Ordinários			2.947.558.250,10
Recursos Vinculados			-62.055.451,64
Transferências Constitucionais e Legais			3.009.613.701,74
Demais Recursos			2.947.558.250,10
TOTAL			

M^{te} de Belém S. Costa
Contador
CRC: Pa-007217/O



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE	2016	Anual
ÓRGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE	EMISSION	PÁGINA
		12/01/2017	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		4.110.861.155,35	3.682.396.425,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.575.969.192,38	1.394.774.859,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.575.969.192,38	1.394.774.859,10
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.438.748.292,91	2.131.594.097,34
Transferências Intragovernamentais		2.438.748.292,91	2.131.594.097,34
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos		54.169.398,19	151.153.893,31
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		54.169.398,19	151.153.893,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		41.974.271,87	4.873.575,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autarquia Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE
ÓRGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual
MISSÃO	PÁGINA
12/01/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		41.974.271,87	4.873.575,76
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.657.566.472,85	1.688.742.707,76
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.163.240.258,16	1.155.806.713,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.163.240.258,16	1.155.806.713,46
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		494.326.214,69	532.935.994,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		494.326.214,69	532.935.994,30
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Désincorporação de Ativos		-	-



VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Tributárias		-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		-	-
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Incentivos	-	-	-
Subvenções Econômicas	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-
Constituição de Provisões	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.453.294.682,50	1.993.653.717,7

Reinhold
M^o de Belém S. Costa
Contador
CRC-Pa-007217/O



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE
ÓRGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
12/01/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.425.543.085,00	2.103.776.970,17
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.425.543.085,00	2.103.776.970,17
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.438.748.292,91	2.131.594.097,34	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.363.487.633,36	2.028.516.310,62	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	2.363.487.633,36	2.028.516.310,62	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	75.260.659,55	103.077.786,72	Aporte ao RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	75.260.659,55	103.077.786,72	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	2.736.532.668,62	1.231.067.373,01	Despesas Extraorçamentárias	1.238.500.917,71	2.427.056.908,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	62.055.451,64	75.260.659,55	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	75.260.659,55	103.077.786,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.163.240.258,16	1.155.806.713,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.163.240.258,16	1.155.806.713,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.511.236.958,82	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Valores em Trânsito	119.345,42	-	Valores em Trânsito	-	-
Demais Recebimentos	1.511.117.613,40	-	Demais Pagamentos	1.167.114.074,12	1.058.334,59
Saldo do Exercício Anterior	1.467.037.942,99	2.635.210.351,70	Saldo para o Exercício Seguinte	2.978.274.901,81	1.467.037.942,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.467.037.942,99	2.635.210.351,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.978.274.901,81	1.467.037.942,99
TOTAL	6.642.318.904,52	5.997.871.822,05	TOTAL	6.642.318.904,52	5.997.871.822,05

Nº de Belém S. Corta
Contador
CRC-PA-007217/O



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)
(UG 537002)**

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2016 refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com os ajustes citados em correspondência específica, face a exiguidade de tempo para encerramento no referido sistema.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém (PA), 01 de março de 2017


MARIA DE BELEM SILVA COTTA
Contador
CRC-PA n. 007217/0
CPF:039.842.812-34



BANCO DA AMAZÔNIA

Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
UG 537002**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

1. A movimentação do FNO referente ao mês de dezembro de 2016 foi inserida no SIAFI com valores estimados, considerando que o Banco da Amazônia S. A. não dispunha de todas as informações definitivas dentro do prazo exíguo de encerramento. Ao serem concluídas as peças contábeis com base na Lei nº 6.404/1976, inclusive com o Parecer dos Auditores Independentes, foi identificada divergência no Patrimônio Líquido em relação aos demonstrativos constantes no SIAFI.
2. Assim, no SIAFI 2017 foram registrados os seguintes ajustes:

<u>Ajustes modificativos</u>	<u>(Em milhares)</u>
Rendas de operações de crédito	(R\$ 17)
Rendas de remunerações disponíveis	(R\$ 24)
<u>Total ajustes</u>	<u>(R\$ 41)</u>

3. Conciliação Patrimônio Líquido:

Patrimônio líquido (SIAFI)	R\$23.277.028
Ajustes modificativos	(R\$ 41)
<u>Patrimônio líquido final</u>	<u>R\$23.276.987</u>


Maria de Belém Silva Cotta
CRC/PA-007217/0
CPF:039.842.812-34

ROL DE RESPONSÁVEIS – BASE DEZ/2016

I – Diretoria Executiva:

UNIDADE JURISDICIONADA			BANCO DA AMAZÔNIA S/A				
DADOS DO RESPONSÁVEL							
Nome:		MARIVALDO GONÇALVES DE MELO		CPF:	276.084.172-34		
Endereço Residencial:		Rua Dom Romualdo de Seixas, 1080, apto 1801, Ed. Piazza San Pietro, Umarizal.					
Cidade:	Belém		UF:	PA	CEP: 66055-200		
Telefone:	(91) 4008-3340	Fax:	-	E-mail:	marivaldo.melo@bancoamazonia.com.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)							
Nome do Cargo ou Função:			Presidente do Banco.				
Ato de designação			Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e Nº		Data	Nome e Nº		Data	Início	Fim
Nomeação pela Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União.		3/11/2015	-		-	1/1/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA			BANCO DA AMAZÔNIA S/A				
DADOS DO RESPONSÁVEL							
Nome:		ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES		CPF:	064.153.422-15		
Endereço Residencial:		Tv. Rui Barbosa, 770, apto. 803, Reduto.					
Cidade:	Belém		UF:	PA	CEP: 66053-260		
Telefone:	(91) 4008-3580	Fax:	(91) 4008-3421	E-mail:	antonio.carlos@bancoamazonia.com.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)							
Nome do Cargo ou Função:			Membro da Diretoria Executiva. DINEG – Diretoria de Infraestrutura do Negócio.				
Ato de designação			Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e Nº		Data	Nome e Nº		Data	Início	Fim
181ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.		29/6/2009	262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração		29/4/2016	1/1/2016	29/4/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE		CPF:	560.192.542-91
Endereço Residencial:		Travessa Boaventura da Silva 1227, apto 504. Umarizal.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66060-060
Telefone:	(91) 4008-3580	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	valdecir.tose@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DINEG – Diretoria de Infraestrutura do Negócio.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		JOSÉ MARQUES DE LIMA		CPF:	143.485.191-53
Endereço Residencial:		Av. Gentil Bittencourt, 563, apto. 904, Ed. La Residence, Batista Campos.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66035-340
Telefone:	(91) 3223-1106	Fax:	(91) 4008-3526	E-mail:	josemarques.lima@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DICOR – Diretoria de Controle e Risco.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
264ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	27/6/2014	297ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração	29/2/2016	1/1/2016	29/2/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		LUIS PETRÔNIO NUNES AGUIAR		CPF:	411.063.261-72
Endereço Residencial:		Travessa Dom Pedro I, 575. Edifício Quadra Residence, apto 301. Umarizal.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66050-100
Telefone:	(91) 4008-2408	Fax:	(91) 4008-3526	E-mail:	luis.aguiar@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DICOR – Diretoria de Controle e Risco.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR		CPF:	377.765.842-15
Endereço Residencial:		Rua dos Caripunas, 1399, apto 301, bairro do Jurunas.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66033-337
Telefone:	(91) 4008-2408	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	otavio.jr@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DIREC – Diretoria de Gestão de Recursos.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
264ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	27/6/2014	-	-	1/1/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA				BANCO DA AMAZÔNIA S/A				
DADOS DO RESPONSÁVEL								
Nome:		MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS			CPF:	666.717.524-00		
Endereço Residencial:		Av. Gentil Bittencourt, 563, apto 1702, Ed. La Residence, Batista Campos.						
Cidade:	Belém			UF:	PA	CEP:	66035-340	
Telefone:	(91) 4008-3170	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	ma.queiroz@bancoamazonia.com.br			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO								
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)								
Nome do Cargo ou Função:				Membro da Diretoria Executiva. DIARE – Diretoria de Análise e Reestruturação.				
Ato de designação				Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e Nº		Data		Nome e Nº		Data	Início	Fim
277ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.		20/3/2015		300ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Desligamento em 3/4/2016.		31/3/2016	1/1/2016	3/4/2016

UNIDADE JURISDICIONADA				BANCO DA AMAZÔNIA S/A					
DADOS DO RESPONSÁVEL									
Nome:		FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL				CPF:	868.778.521-68		
Endereço Residencial:		Av. Visconde de Inhaúma, 1370. Edifício G. Coutinho, apto 1206. Pedreira.							
Cidade:	Belém			UF:	PA		CEP:	66087-640	
Telefone:	(91) 4008-3170	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	francimar.maciел@bancoamazonia.com.br				
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO									
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)									
Nome do Cargo ou Função:				Membro da Diretoria Executiva. DIARE – Diretoria de Análise e Reestruturação.					
Ato de designação				Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e Nº		Data		Nome e Nº		Data		Início	Fim
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração		29/4/2016		-		-		29/4/2016	31/12/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		WILSON EVARISTO		CPF:	079.915.502-06
Endereço Residencial:		Avenida Magalhães Barata, 110, Ed Palazzo Verona, apto 1701. Nazaré.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66040-901
Telefone:	(91) 4008-3461	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	wilson.evaristo@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DICOM – Diretoria Comercial e de Distribuição.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
203ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	28/10/2011	262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	1/1/2016	29/4/2016

UNIDADE JURISDICIONADA		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:		LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA SAMPAIO		CPF:	454.931.702-72
Endereço Residencial:		Avenida José Bonifácio, 788. Edifício Pedra de Jade, apto 1302. São Brás.			
Cidade:	Belém	UF:	PA	CEP:	66063-075
Telefone:	(91) 4008-3461	Fax:	(91) 3223-5175	E-mail:	luiz.sampaio@bancoamazonia.com.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)					
Nome do Cargo ou Função:		Membro da Diretoria Executiva. DICOM – Diretoria Comercial e de Distribuição.			
Ato de designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e Nº	Data	Nome e Nº	Data	Início	Fim
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016

ROLRES

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 07/06/2017
ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 001
UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE REF. : 2017
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 411.063.261-72 - LUIS PETRONIO NUNES AGUIAR
E-MAIL :
ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - BELEM-PARA
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
CARGO : DIRETOR DE CONTROLE BANCO DA AMAZONIA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
29/Abr/2016 262 ORD CA 01/Jan/2017 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
03/Mai/2016

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 248.657.612-68 - ANA MARIA TOLOTTI LIMA
E-MAIL : ANA.LIMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 - BELEM PARA
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
CARGO : GERENTE EXECUTIVO TITULAR
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
23/Dez/2016 ATA DIR 4171 01/Jan/2017 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
23/Dez/2016

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 328.219.722-53 - VALDECIR DA SILVA CAMPOS
E-MAIL : VALDECIR.CAMPOS@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 3º ANDAR
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
CARGO : ANALISTA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
31/Dez/2011 CI GECON2011 01/Jan/2017 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
31/Dez/2011

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 081.803.002-00 - NORMA CELIA PEREIRA REYMAO
E-MAIL : NORMA.REYMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS, 800 BELEM PARA
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
CARGO : COORDENADOR
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
26/Dez/2016 XXXXXXXX 01/Jan/2017 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP P/CONTROLE OP CRE, AVAIS, GAR E DIREITOS
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 931.726.643-68 - NELIO DE JESUS GUSMAO JUNIOR
E-MAIL : NELIO.GUSMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS Nº 800.
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
CARGO : GERENTE GERAP

=====CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 07/06/2017
ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 002
UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE REF. : 2017
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
CONTINUACAO...
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
11/Mar/2015 RES 2015/003 13/Jan/2017 RES 2017/002 01/Jan/2017 A 12/Jan/2017
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
12/Mar/2015 14/Jan/2017

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 868.778.521-68 - FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL

ROLRES

E-MAIL : FRANCIMAR.MACIEL@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS Nº800
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : DIRETOR DIARE BANCO DA AMAZONIA S. A
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 29/Abr/2016 262 ORD CA
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 03/Mai/2016

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2017 A

SEQ: 001 -
 AGENTE : 180.750.452-20 - MARILENE DE SENA RIBEIRO
 E-MAIL : MARILENE.RIBEIRO@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS, 800 BELEM/ PARA
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : GERENTE GERAN
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 13/Jan/2017 RES 2017/002
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

TIPO: SUBSTITUTO

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO
 13/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIGENTE MAXIMO DE BANCO OPERADOR

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 276.084.172-34 - MARIVALDO GONCALVES DE MELO
 E-MAIL : PRESIDENCIA@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDEREÇO : IBAMA-BOCA DO ACRE
 MUNICIPIO : 139 - RIO BRANCO
 CARGO : PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZONIA
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 30/Out/2015 DECRETO
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 03/Nov/2015

UF: AC CEP: 69900-000

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 039.842.812-34 - MARIA DE BELEM SILVA COTTA
 E-MAIL : MARIADEBELEM@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - 3ºANDAR - CENTRO - BELEM /PARÁ
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : CONTADOR RESPONSÁVEL BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 19/Mar/2003 RES.2003/002
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 19/Mar/2003

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSAO: 07/06/2017

ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE

PAGINA : 003

UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE

REF. : 2017

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

CONTINUACAO...

AGENTE : 625.943.702-15 - HELDER ZAHLUTH BARBALHO

E-MAIL : HELDER.BARBALHO@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDEREÇO : RESIDENCIAL LAGO AZUL, AL. WADY CHAMIE, N 11

MUNICIPIO : 415 - ANANINDEUA

UF: PA CEP: 67020-340

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

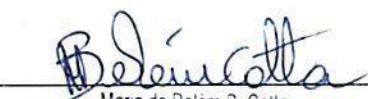
PERIODO(S) GESTAO

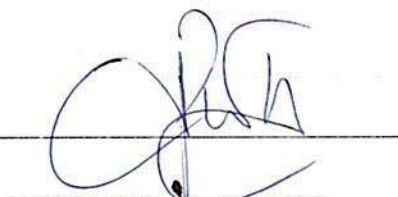
12/Mai/2016 DECRETO

01/Jan/2017 A

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

13/Mai/2016


 Maria de Belém S. Cotta
 2151 - Gerente GECON
 ENCARREGADO DO SETOR


 DIRIGENTE DA UNIDADE

Luis Petrólio Nunes Aguiar
 Diretoria de Controle e Risco
 DICOR

CONSELHEIROS CONDEL/SUDAM - 2017

ÓRGÃO	CONTATO	CONSELHEIRO	EMAIL	TELEFONE	ENDEREÇO
1 Ministério da Integração Nacional	(61) 2034-5827	Helder Zahluth Barbalho (titular) - Ministro de Estado da Integração Nacional.	gustavo.camuto@integracao.gov.br	(61) 2034-5815	Esplanada dos Ministérios, Bloco E - 8º andar
	(61) 2034-5837	Emília Maria Silva Ribeiro Curi (suplente) - Secretária-Executiva do Ministério da Integração Nacional.	emilia.curi@integracao.gov.br	(61) 2034-5801	
2 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(61) 2020-4102/4103 - FAX: 55 (61) 2020-5009	Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro interino) (titular)	gabinete.ministro@planejamento.gov.br	(61) 2020-4102/2020-4103.	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar CEP: 70040-906 - Brasília-DF.
	(61) 2020-4300/4301 - FAX: 55 (61) 2020-7745	Dyogo Henrique de Oliveira (Secretário Executivo) (suplente)			
	(61) 3412 2515 / Fax: (61) 3412 1720	Henrique de Campos Meirelles- Ministro de Estado do Ministério da Fazenda (titular)	gabinete.ministro@fazenda.gov.br/ henrique.meirelles@fazenda.gov.br/ agendamf@fazenda.gov.br	(61) 3412-2515/3412-1721(fax)	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º Andar CEP: 70048-900- Brasília/DF.
3 Ministério da Fazenda	1) 3412 2407 / 24	Eduardo Refinetti Guardia-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. (suplente)	gabinete.sc.df@fazenda.gov.br	(61) 3412-2410	
4 Governo do Estado do Pará	(91) 3216 - 8869/8887/8848/ 8849/8841	Simão Robison Oliveira Jansen- Governador do Estado do Pará. (titular)	auxinieri@gmail.com/ cerimonial@palacio.pa.gov.br	(91) 99279-9704/3216-8869/98895-7007/98835-	Avenida Dr. Freitas, 2.531, Bairro Marco. CEP: 66087-812
	(91) 3201-3622/3631/3606/ 993009649(vice-gov)	José da Cruz Marinho-Vice Governador do Estado do Pará. (suplente)	vicegov.pa@gmail.com	(91) 98321-8958/3201-3622/3201-3631/3201-	
5 Governo do Estado do Acre	(68) 3215-2812/2813/2829	Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana)-Governador do Estado do Acre. (titular)	gabinete.civil@ac.gov.br/ gabinete.governador@ac.gov.br/rosana.caldieri@ac.gov.br/eventos.gabinete@ac.gov.br.	(68) 3215-2812/3215-2813/3215-2829(fax)/3215-	Av. Brasil, nº 297 - Bairro Centro- CEP: 69900-078 - Rio Branco-AC.
	(68) 3224-4345/4062	Nazareth Lambert-Vice-governadora do Estado do Acre. (suplente)	gabinete.vicegovernadora@ac.gov.br/vicegovernadora@ac.gov.br/nazareth.araujo@ac.gov.br.	(68) 3224-4345/3224-4062/9985-4446/9946-	

6	Governador do Estado do Amapá	(96) 9152-7275/(gov)/2101-8437/8404/9920-5-3412	Antonio Waldez Góes da Silva- Governador do Estado do Amapá. (titular)	secretaria@amapa.gov.br gabinete.governador@amapa.gov.br/marcio_riroza@gmail.com/cerimonialgabinete.gov@amail.com	(96) 98100-9488/2101-8437/2101-8404/2101-	Rua. General Rondon, nº 259- Bairro Centro. CEP: 68906-130. Macapá-AP.
		(96) 3212-1026	João Bosco Papaleo Paes-Vice-Governador do Estado do Amapá. (suplente)	papaleopces@vicegov.ap.gov.br/camillcmagalhaes@vicegov.ap.gov.br	(96) 99971-6549/3212-1026/98133-7003	
7	Governador do Estado do Amazonas		David Antonio Abisai Pereira de Almeida -Governador do Estado do Amazonas (em exercício)(titular)	agenda_gagov@casacivil.am.gov.br	(92) 3303-8343/84/47	AV. Brasil nº 3925, Compensa II- Manaus-AM. Cep:69036-110
		(65)3613-4129/4140/4100/3853	José Pedro Gonçalves Taques- Governador do Estado do Mato Grosso (titular)	agendagov@gabgov.erno.mt.gov.br/agendagov@governador@ac.gov.br/gabinete@governador.mt.gov.br/cerimonial.mt.gov.br	(65) 3613-4122/3613-4140/	Rua Centro Político Administrativo. Palácio Paigangs- Curitiba-MT-CEP:78050-970.
8	Governador do Estado do Mato Grosso	(65)3613-3800/3803/3804	Carlos Henrique Baqueta Fávoro-Vice Governador do Estado de Mato Grosso (suplente)	agendagab@vicegovernador.mt.gov.br/agendagov@gabverno.mt.gov.br/carlosfavaro@vicegovernadoriamt.gov.br/asmagendagov.ernadorconfucio@gmail.com/gabelfini3030@gmail.com/confuciomoura@gmail.com.br/confuciomoura@yahoo.com/waldemarbuquerque@gmail.com/michelelemachado1704@hotmail.com/decomro@gmail.com	(65) 3613-3853/3613-3800/3613-(69) 3216-5028/3216-5024/3216-5025/8484-7166/3216-5074/3216-	Palácio Presidente. Vargas. Praça Getúlio Vargas s/n CEP: 78.900-000 - Porto Velho- RO
		(69) 3216-5024/5025/5028/98482-7575	Confúcio Aires Moura-Governador do estado de Rondonia (titular)			
9	Governador do Estado de Rondônia	(69) 32165168/5179/5166	Daniel Pereira-Vice-Governador do Estado de Rondonia (suplente)	danielpereira140@uol.com.br/oficialpmto@gmail.com/vgro@gmail.com	(69) 99256-8756/3216-5168/3216-5179/3216-1987/2108-	
		(98)3214-1718/3214-1723/1766/2108-9220	Flavio Dino de Castro e Costa- Governador do Estado do Maranhão (titular)	agenda.gov@governadoria.ma.gov.br/gabinete2015@gmail.com/gabgov@casacivil.ma.gov.br/cerimonialpl@casacivil.ma.gov.br/cerimonialgov.ma@gmail.com; gabinete.gov@governadoria.ma.gov.br	9220/21089000/2108-9215/2108-9231/2108-2220/2108-0236	Av. D. Pedro II, s/n. Palácio dos Leões. CEP: 65010-904-São Luis – MA
10	Governador do Estado do Maranhão	(98)3214-1766/1798	Carlos Orleans Brandão Junior-Vice-governador do estado do Maranhão. (suplente)	wallmoraes@gmail.com/llvaguim@gmail.com	(98) 3214-1798/3214-1766/98121-4925/3214-	

11	Governo do Estado de Roraima	(95) 2121-7930/7931/7926	Maria Suely Silva Campos- Governadora do Estado de Roraima (titular)	governadora@governadoria.rr.gov.br/ governador@ci.rr.gov.br/bruna.barros @governadoria.rr.gov.br	(95) 2121-7930/21217931/21217926/21217956/21217904/21217900/21	Palácio Senador Hélio Campos, Praça do Centro Cívico, nº10- Bairro Centro, Boa Vista - RR, CEP:69301-380
		(95) 2121-7920/3626-7106	Paulo Justo Quarteiro-Vice-governador do estado de Roraima (suplente)	sbbrinaromcio@hotmail.com	(95) 2121-7920/21217930/3626-7106/99971-(05) 3212-	
12	Governo do Estado do Tocantins	(63) 3212-4145/4149/4000/4144	Marcelo de Carvalho Miranda- Governador do Estado do Tocantins (titular)	gabinete@gabgov.to.gov.br/ alexandra.silva@gabgov.to.gov.br/cer imonialto@gmail.com/gabgovto@gab gov.to.gov.br/apoto@gabgov.to.gov.br	4149/3212-4144/3212-4000/3212-4145/3212-4083/3212-	Palácio Araguaia, Praça dos Girassóis - CEP:77001-900-Palmas-TO.
		(63) 3212-4193/4094/4180	Claudia Martins Lelis-Vice Governadora do Tocantins, (suplente)	claudia.lelis@vicegov.to.gov.br	(63) 3212-4180/3212-4193/3212-4094/3212-	
13	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM	(91) 4008-5440/5442	Paulo Roberto Correia da Silva- Superintendente da Sudam e Secretário Executivo do Condel/Sudam (titular)	paulo.silva@sudam.gov.br	(91) 98439-5440/4008-5421/40085440	Travessa Antônio Buena - 1113 CEP 66093-082 - Belém/PA
		(91) 4008-5422	Keila Adriana Rodrigues de Jesus- Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam, (suplente)	keila.rodrigues@sudam.gov.br	(91) 4008-5422	Travessa Antônio Buena - 1113 CEP 66093-082 - Belém/PA
14	Banco da Amazônia	(91) 4008-3340/2518/3350	Mairivaldo Gonçalves de Melo- Presidente do Banco da Amazônia. (titular)	presidencia@bancoamazonia.com.br/ri ta.lamar@bancoamazonia.com.br/sand rasueli.souza@bancoamazonia.com.br	(91) 4008-3340/40082518/40083350/4008-3510	Av. Pres. Vargas, nº 800, 15º andar CLP:66017-901 - Campina, Belém - PA
			Qualquer diretor que estiver no exercício designado para suplencia, (suplente)			
15	ABM	(92) 99461-0133/336931064	Jair Souto(titular) - Prefeito de Manauquiri/AM	prefeitura@manauquiri.am.gov.br jairsouto@manauquiri.am.gov.br	(92) 99461-0133/336931064	Rua Prof Sebastião Gomes, I. Manauquiri-AM, Cep: 69435-000
		(92) 99461-0133	Maria Madalena Oliveira de Freitas (suplente)-Vice Prefeita	prefeitura@manauquiri.am.gov.br	(92) 99461-0133	Rua Prof Sebastião Gomes, I. Manauquiri-AM, Cep: 69435-000

16	CNA	(96)3242-1049/1055 / Fax (96) 3242-1055	Luiz Inácio Guimarães Colares - Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá - FAEAP	trassu.colares@senar-ap.org.br / frassucolares@yahoo.com.br / lu.santos@senar-ap.org.br / listfricias@bol.com.br	(96) 3242-1049/3242-11055 (fax)	Av. Dr. Diógenes Silva, 2045-Bairro Buritizal - CEP: 68.901-326 Macapá-AP.
		(92) 3198-8400/8401 Fax: (92) 3233-3933	Muni Lourenço Silva Júnior- Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas-FAE.A.	muni.lourenco@falea.org.br/ karollynchastos@gmail.com	(92) 3198-8401/(92)3198-8400/(92)3233-3933 (fax)	Rua José Paraguana, nº 435- Bairro Centro CEP: 69.005-130-Manaus-AM.
17	CNC	(61) 3329-9561/3329-9500 / 3329-9501	José Roberto Tadtros (titular) - Presidente da Federação do Comércio do estado do Amazonas.	fecomercio-am@fecomercio-am.org.br / agr@cnc.org.br / cassianarquies@cnc.org.br	(92)3234-5668	Alameda Luiz Mendes nº 555 - Adrianópolis, Manaus - Amazonas - CEP:69057250
		(91) 3223-7570/ 3224-7763	Ademir dos Santos (suplente) - presidente da Federação do Comércio do Estado de Roraima.	santosrepre@terra.com.br	(95)3224-5353	Rua General Penha Brasil nº 1423 359 - Bairro São Francisco - Boa Vista-Roraima - CEP:69.305130
18	CNI	(91) 4009-4806/(91) 4009-4808	José conrado Azevedo santos (titular) - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.	presidencia@fiepa.org.br;	(91)40094806	Trav. Quintino Bocaiuva, nº 1588 - 8º andar - Belém-PA - CEP:66035-190
		(91) 4009-4807	Marcelo Thomé da Silva de Almeida (suplente) presidente da da Federação das Indústrias do Estado de Rondonia.	marcelo.thome@fiero.org.br/ jane.moras@fiero.org.br/representaca@fcm.org.br	(69) 9968-3495/3216-3457/3216-3458	Av. Rui Barbosa, 1112,Arigolandia-Porto Velho-RO
19	CNM	(63)99249-4619	Jairo Soares Mariano Prefeito de Pedro Afonso/TO	presidente@cmm.org.br/ gabjairaomariano@gmail.com	(61)2101-6000/(63) 3466-1220 /	Prefeitura Municipal de Pedro Afonso Rua. Getúlio Vargas, nº 400 - Estado de Tocantins- CEP: 77.710-000
		(63) 3466-1220	Gilmar Lacerda (suplente) - Vice-Prefeito de Pedro Afonso/TO	presidente@cmm.org.br/prefeiturajulhao@cmm.org.br	(65)3644-1967/(65)3325-1140/3325-1915.	Prefeitura Municipal de Pedro Afonso Rua. Getúlio Vargas, nº 400 - Estado de Tocantins CEP :77.710-000
20	CNTC	(65) 3325-11-40/ 99622-7769 (61) 3217-7100. (81)3019-	Valdemar Manrich (titular) - Diretor Tesoureiro da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de Mato Grosso.	valdemar_iga@hotmail.com presidencia@seccs.org.br		Av. Bosque da Saúde - Cuiabá-MT - CEP:78050-000
		(81)98726-4655	Saulo Silva (suplente) - Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Mato Grosso	saulo.silva@cnc.org.br/ss@fecomt.com.br	(65)3644-1967	Av. Bosque da Saúde - Cuiabá-MT - CEP:78050-000

21	CNTI	(61) 3448-9900. (91) 998107-8338	Ronci de Lima (titular) - Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Mato Grosso - FETITEMT.	fetitemt@hotmail.com sgeral@cnti.org.br/claudefetitemt@hotmail.com	(65)3623-1661/(65)99982-1730	Rua São Luiz nº 476, Bairro Linxira - Cuiabá-MT - CEP:78008-515.
		(96) 3242-8516/99128-6594	Diego Fernando Oliveira (suplente) - Advogado da FETITEMT.	diego_f.oliveira@hotmail.com	(65)98117-0811	Rua São Luiz nº 476, Bairro Linxira - Cuiabá-MT - CEP:78008-515.
22	CONTAG	(61) 2102-2288/2102-2299	Carlos Augusto Santos Silva (titular) - Secretário de Formação e Organização Sindical da Contag.	guto@contag.org.br	(61) 98285-0930	SMPW QD 01, Conjunto 02, Lote 02- Brasília-DF CEP: 71735-102
		(96) 99904-8611	Maria Eliene da Silva Costa (suplente) - Secretária-Geral da Fetagrap/presidente do STTR	fetagrap@gmail.com	(96) 99904-8611	PA Nova Vida, Linha - F, Zona Rural - Tartarugalzinho/AP CEP: 68990000
23	FNP		falta indicação			

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.


MARIVALDO GONÇALVES DE MELO
Presidente do Banco da Amazônia

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL
Diretor de Análise e Reestruturação

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



LUIS PETRÔNIO NUNES AGUIAR
Diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA SAMPAIO
Diretor Comercial e de Distribuição

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR

Diretor de Gestão de Recursos

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE
Diretor de Infraestrutura do Negócio

Arquivar na pasta de Parecer.

02/03/2017
Nº 2017/068

COMUNICAÇÃO INTERNA

Origem:	Destino:	Data:
SECRE	GECON	20 FEV. 2017

Assunto:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016.

Senhora Gerente Executiva,

Para os devidos fins, comunicamos que o Conselho de Administração em sua 272ª reunião ordinária, realizada em 16 e 17/2/2017, tomou conhecimento das demonstrações financeiras do FNO relativas ao exercício de 2016, objeto da Proposição 2017/014 de 13/2/2017.

Referido assunto foi aprovado pela Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, com base no Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

Assim, devolvemos através da presente o processo capeado pela decisão da Diretoria Executiva.

Atenciosamente,


ROSEANE SILVA ROCHA
Secretária Executiva Intª


PATRICK FERNANDES FONSECA
Consultor Especial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**PROPOSIÇÃO CA Nº 2017/014**

Ref.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –
FNO – EXERCÍCIO 2016

Senhor Presidente,
Senhor(a) Conselheiro(a),

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, nas instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na legislação tributária e das sociedades por ações e nas determinações da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia, procedeu-se ao levantamento do balanço e das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. A Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, aprovou as demonstrações financeiras do FNO referentes ao exercício de 2016 na forma do Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

3. Vale destacar que o patrimônio líquido do FNO é constituído pelos ingressos de recursos do Tesouro Nacional e os resultados do Fundo. No exercício, o patrimônio líquido cresceu 23,55%, justificado pelo aumento dos repasses (R\$2.131.594 em 2015, R\$2.438.748 em 2016). Comparativamente com o período de 2015, os valores seguem abaixo:

FNO**1. Patrimônio líquido**

	2016	2015	Δ%
Patrimônio líquido inicial	20.824.853	18.830.080	23,62
Recursos repassados pela STN	2.438.748	2.131.594	14,41
(Prejuízo) Lucro do exercício	13.386	(135.821)	(109,78)
Patrimônio líquido final	23.276.987	20.824.853	23,55

4. Assim, de acordo com o art. 33, inciso XI do Estatuto Social, e considerando que os demonstrativos do FNO, exercício 2016, corresponderem ao que está registrado nas movimentações contábeis ocorridas no período, submetemos o assunto à deliberação do Conselho de Administração, propondo sua aprovação.

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2017.


MARIVALDO GONÇALVES DE MELO
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**PROPOSIÇÃO CA Nº 2017/014**

Ref.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –
FNO – EXERCÍCIO 2016

Senhor Presidente,
Senhor(a) Conselheiro(a),

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, nas instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na legislação tributária e das sociedades por ações e nas determinações da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia, procedeu-se ao levantamento do balanço e das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. A Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, aprovou as demonstrações financeiras do FNO referentes ao exercício de 2016 na forma do Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

3. Vale destacar que o patrimônio líquido do FNO é constituído pelos ingressos de recursos do Tesouro Nacional e os resultados do Fundo. No exercício, o patrimônio líquido cresceu 23,55%, justificado pelo aumento dos repasses (R\$2.131.594 em 2015, R\$2.438.748 em 2016). Comparativamente com o período de 2015, os valores seguem abaixo:

FNO**1. Patrimônio líquido**

	2016	2015	Δ%
Patrimônio líquido inicial	20.824.853	18.830.080	23,62
Recursos repassados pela STN	2.438.748	2.131.594	14,41
(Prejuízo) Lucro do exercício	13.386	(136.821)	(109,78)
Patrimônio líquido final	23.276.987	20.824.853	23,55

4. Assim, de acordo com o art. 33, inciso XI do Estatuto Social, e considerando que os demonstrativos do FNO, exercício 2016, corresponderem ao que está registrado nas movimentações contábeis ocorridas no período, submetemos o assunto à deliberação do Conselho de Administração, propondo sua aprovação.

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2017.


MARIVALDO GONÇALVES DE MELO
Conselheiro

DIRETORIA

ORIGEM/GERÊNCIA: **DICOR/GECON**
DOCUMENTO(S): **PARECER GECON-COANC 2017/02, DE 06.02.2017.**
ASSUNTO: **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNO
RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016.**
**4.183ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) - DATA: 10.02.2017 - PAUTA Nº 2017/010
ASSUNTO Nº 10**

DECISÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., em reunião realizada nesta data, resolveu APROVAR as Demonstrações Financeiras do FNO, relativas ao exercício de 2016, que trata o Parecer GECON/COANC 2017/02, de 06.02.2017, devendo o assunto ser submetido à apreciação do Conselho de Administração, na forma prevista no Art. 34, inciso XI do Estatuto Social.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2017.


ROSEANNE SILVA ROCHA
Secretária Executiva interina